

**Práticas Educativas Parentais: Uma Comparação entre
Famílias Adoptivas e Famílias Não-Adoptivas**

Marta Marques

Orientador de Dissertação

Professora Doutora Eva Delgado Martins

Coordenador de Seminário de Dissertação

Professora Doutora Vera Monteiro

Tese Submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Educacional

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professora Doutora Eva Delgado Martins, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para a obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Educacional conforme o despacho da DGES, nº 19673/2006 publicado em Diário da República 2º série de 26 de Setembro, 2006.

Agradecimentos

Com o finalizar desta etapa da minha aprendizagem torna-se indispensável agradecer a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para o meu crescimento académico e pessoal enquanto aluna do ISPA. Assim, neste ano em particular o meu muito obrigado,

À Professora Doutora Eva Delgado Martins, pela orientação, compreensão e simpatia que sempre demonstrou no decorrer desta investigação.

À Professora Doutora Vera Monteiro pelo rigor, confiança e generosidade de tempo que sempre nos disponibilizou.

À Professora Doutora Manuela Machado, pelas críticas construtivas que permitiram uma importante crescimento pessoal e académico e pela sensibilidade e apoio constantemente disponibilizados.

À Professora Doutora Glória Ramalho, pela sua disponibilidade, simpatia e generosidade no apoio ao tratamento estatístico.

Aos meus pais, Jesus e José, especialmente pelo esforço e sacrifício que fizeram para que pudesse chegar aqui. E à minha irmã, pelo apoio e descontração sempre demonstrados.

Ao Jorge, pelo apoio e compreensão incansáveis...por dizer sempre as palavras certas nos momentos certos...e por acreditar em mim e tornar a minha vida mais cor-de-rosa.

À Cátia, minha amiga e colega, pelo seu carinho e apoio que me ajudaram tanto ao longo deste ano...sem ela nada disto seria possível.

À Dra. Madalena e à Dra. Ana que tanta paciência tiveram para me ouvir falar vezes infindáveis sobre este trabalho, por todo o interesse demonstrado e pelo precioso contributo que tiveram para a minha formação.

A todos os amigos que me acompanharam neste percurso, que me fizeram sorrir nos momentos mais tristes e me deram confiança para concluir.

A todos aqueles que me ajudaram a encontrar famílias adoptivas para que pudesse concluir o meu trabalho, em especial à minha mãe e à Graça dos escuteiros que com os seus vastos contactos foram fulcrais para a concretização deste objectivo.

Em último, e não menos importante, a todas as famílias que participaram neste estudo, pela amabilidade que demonstraram, por permitirem que muitas vezes interrompesse as suas horas de descanso, pelo interesse demonstrado e por me ajudarem com novos contactos, o meu eterno agradecimento.

Resumo

As Práticas Educativas Parentais têm sido um assunto pouco estudado nas famílias adoptivas. Estas reflectem os comportamentos e acções parentais que estruturam o comportamento da criança e lhe proporcionam a maior autonomia e conforto possíveis, contribuindo assim para o seu desenvolvimento sustentável.

Este estudo teve como objectivo perceber se existem diferenças entre as Práticas Educativas Parentais (PEP) em famílias adoptivas e não-adoptivas. Assim, participaram nesta investigação 16 famílias adoptivas e 16 famílias não-adoptivas, compostas por mãe, pai e criança entre os 7 e os 10 anos de idade. O instrumento utilizado na recolha dos dados foi a entrevista de práticas educativas parentais, que contempla quatro dimensões: Autonomia Apoiada, Estrutura, Afecto e Percepção da Família.

Os resultados demonstraram-nos mais Práticas Educativas Parentais de Autonomia Apoiada, Estrutura e Afecto e uma melhor Percepção da Família nas famílias adoptivas que nas famílias não-adoptivas. Neste sentido, verificaram-se diferenças entre as PEP dos pais adoptivos em comparação com os pais não-adoptivos (sexo masculino) relativamente ao apoio prestado na integração e exploração social, ao uso de comportamentos indutivos na regulação do comportamento da criança e a um maior envolvimento afectivo. Esta maior participação nas tarefas parentais resulta numa melhor percepção das crianças e dos próprios pais relativamente à sua família. Por conseguinte, verificou-se que nas famílias adoptivas existe uma maior partilha das tarefas inerente às práticas educativas parentais, em contraste com um padrão mais tradicional nas famílias não-adoptivas, no qual a mãe assume a maior responsabilidade destas tarefas.

Palavras-Chave: Práticas Educativas Parentais, Famílias Adoptivas e Famílias Não-adoptivas.

Abstract

Parental Practices are a subject with little research among adoptive families. They reflect parental actions and behaviors that structure children's behavior, and provide more autonomy and comfort, hence contributing to their sustainable development.

The present investigation was aimed to understand differences between Parental Practices in adoptive and nonadoptive families. Therefore, in this investigation participated 16 adoptive families and 16 nonadoptive families, composing on mother, father and child, between 7 and 10 years old. The instrument used for data collection was the parental practices interview, contemplating four dimensions: Autonomy Support, Structure, Affect, and Family Perception.

Results reported more Parental Practices of Autonomy Support, Structure, and Affect and a better Family Perception among adoptive families. Furthermore, differences were verified between Parental Practices of adoptive fathers and nonadoptive fathers, concerning to given support in social integration and exploration, to usage of inductive behaviour on child behaviour regulations, and a more affective involvement. This larger participation in parental tasks results in a better child and parental perception of their family. Therefore, was verified that adoptive families share more tasks regarding Parental Practices. Contrastingly, there is a traditional pattern in nonadoptive families, in which mothers takes more responsibility about these particular tasks.

Key-words: Parental Practices, Adoptive Families and Nonadoptive Families

Índice

I. INTRODUÇÃO.....	1
II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	2
2.1 A Família como Contexto de Desenvolvimento.....	2
2.2 Adopção: História e Direito.....	4
2.3 Práticas Educativas Parentais.....	6
2.4 Estilos Parentais.....	7
2.5 Modelo Motivacional das Seis Dimensões da Parentalidade.....	8
2.5.1 Autonomia Apoiada.....	10
2.5.2 Estrutura.....	12
2.5.3 Afecto.....	16
2.6 Percepção da Família.....	18
2.7 Práticas educativas parentais em Famílias Adoptivas e Famílias Não-adoptivas.....	20
III. PROBLEMÁTICA.....	25
3.1 Pertinência.....	25
3.2 Objectivo e Problema.....	25
IV. MÉTODO.....	27
4.1 Participantes.....	27
4.1.1 Famílias Adoptivas.....	27
4.1.2 Famílias Não-adoptivas.....	28
4.1.3 Outras Características das Famílias Adoptivas.....	29
4.2 Instrumento.....	30
4.3 Procedimento.....	31
4.3.1 Procedimento de análise de conteúdo.....	33

4.3.1.1 Autonomia apoiada	34
4.3.1.2 Estrutura.....	35
4.3.1.3 Afecto.....	36
4.3.1.4 Percepção da família	37
V. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	38
5.1 Autonomia Apoiada.....	38
5.1.1 Descrição Sinóptica dos resultados na dimensão Autonomia Apoiada.....	46
5.2 Estrutura.....	47
5.2.1 Descrição sinóptica dos resultados na dimensão Estrutura.....	55
5.3 Afecto.....	56
5.3.1 Descrição sinóptica dos resultados na dimensão Afecto	59
5.4 Percepção da família	60
5.4.1 Descrição sinóptica dos resultados na dimensão Percepção da Família....	64
VI. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	65
6.1 Breve Enquadramento do estudo	65
6.2 Autonomia Apoiada.....	66
6.3 Estrutura.....	67
6.4 Afecto.....	69
6.5 Percepção da Família	70
6.7 Discussão global dos resultados.....	71
VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
VIII. REFERÊNCIAS	76
IX. ANEXOS	81
A1 – Participantes: Caracterização das Famílias Adoativas	78

A2 - Participantes: Caracterização das Famílias Não-Adoptivas	83
B1 – Caracterização das Famílias	85
B2 – Caracterização Especifica das Famílias Adoptivas	89
C1 – Guião de Entrevista para os pais e para as crianças	91
D1 – Carta de Consentimento informado	97
E1 – Exemplo de três entrevista realizadas a Famílias Adoptivas.....	99
E2 – Exemplo de três entrevistas realizadas a Famílias Não-adoptivas	135
F1 – Procedimento de análise de conteúdo: categoria, explicação e exemplos.....	173
G1 – Tabelas de resultados que não apresentam diferenças estatísticas significativas na dimensão Autonomia Apoiada.....	191
G2 - Tabelas de resultados que não apresentam diferenças estatísticas significativas na dimensão Estrutura.....	197
G3 - Tabelas de resultados que não apresentam diferenças estatísticas significativas na dimensão Afecto.....	201
H1 – Outputs de Análise Estatística na dimensão Autonomia Apoiada.....	203
H2 - Outputs de Análise Estatística na dimensão Estrutura	271
H3 – Outputs de Análise Estatística na dimensão Afecto.....	343
H4 - Outputs de Análise Estatística na dimensão Percepção da Família.....	363

Lista de Tabelas

Tabela 1 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 2: Quantas horas está com o seu filho?</i>	39
Tabela 2 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 2: Quantas horas por dia o teu pai/ a tua mãe está contigo</i>	39
Tabela 3 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 4: Quem é que habitualmente trata da alimentação em sua casa?</i>	40
Tabela 4 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não adotivos à pergunta 5: Quem é que ajuda o seu filhos nos trabalhos de casa?</i>	41
Tabela 5 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 5: Quem é que te ajuda nos trabalhos de casa?</i>	41
Tabela 6 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 6: Quem é que leva o seu filho à escola?</i>	41
Tabela 7 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 6: Quem é que te leva à escola?</i>	42
Tabela 8 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 7: Quem é que te vai buscar à escola?</i>	42
Tabela 9 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 8: Quem é que vai à escola quando os professores pedem?</i>	43
Tabela 10 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 8: Quem é que vai à escola quando os professores pedem?</i>	43
Tabela 11 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 10: O que é que o teu pai/mãe faz quando percebe que errou ou foi injusto contigo?</i>	44
Tabela 12 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 12: Sobre que assuntos costuma falar com a sua mulher/ o seu marido sobre o seu filho?</i>	45
Tabela 13 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 13: O que costumam fazer juntos mãe, pai e filho?</i>	46

Tabela 14 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 14: Quais são as regras fundamentais que o teu pai/mãe diz que tens que cumprir?</i>	47
Tabela 15 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 15: O que é que faz para verificar se o seu filho cumpriu ou não essas regras?</i>	48
Tabela 16 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 16: O que é que o teu pai/mãe faz quando te portas mal?</i>	48
Tabela 17 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 17: O que é que faz quando o seu filho se porta bem?</i>	49
Tabela 18 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 18: O que faz quando o seu filho se recusa a fazer aquilo que lhe pediu?</i>	50
Tabela 19 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 18: O que é que o teu pai/mãe faz quando te recusas a fazer aquilo que eles te pediram?</i>	50
Tabela 20 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta: Como reage o seu filho quando o proíbe de fazer alguma coisa?</i>	51
Tabela 21 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 19: Em que situações costuma castigar o seu filho?</i>	52
Tabela 22 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 20: Em que situações o teu pai/mãe te castiga?</i>	52
Tabela 23 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 21: Quais são os castigos que habitualmente o teu pai/mãe te dá?</i>	53
Tabela 24 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 22: O teu pai/mãe costuma explicar-te porque te castigou?</i>	53
Tabela 25 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 23: Em que situações bate ao seu filho?</i>	54
Tabela 26 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 25: Como demonstra o carinho que tem pelo seu filho?</i>	56
Tabela 27 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 25: Como é que o teu pai/mãe demonstra o carinho que tem por ti?</i>	57

Tabela 28 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 26: Em que situações elogia o seu filho?</i>	57
Tabela 29 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 27: Costuma dizer ao seu filho que gosta dele? Como é que lhe diz isso?</i>	58
Tabela 30 – <i>Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 27: O teu pai/mãe costuma dizer-te que gosta de ti? Como é que ele te diz isso?</i>	58
Tabela 31– <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 28: Como é como pai/mãe?</i>	60
Tabela 32 – <i>Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 28: Como é o teu pai/mãe para ti?</i>	60
Tabela 33 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 29: Como é o seu filho?</i>	61
Tabela 34 – <i>Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 29: Como é que tu és como filho?</i>	61
Tabela 35 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 30: O que pensa fazer bem como pai/mãe?</i>	62
Tabela 36 – <i>Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 30: O que é que achas que o teu pai/mãe faz bem enquanto pai/mãe?</i>	62
Tabela 37 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 31: O que melhoraria como pai/mãe?</i>	63
Tabela 38 – <i>Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 31: Em que é que tu achas que o teu pai/mãe podiam melhorar?</i>	63
 Lista de Tabelas em Anexo	
Tabela 39 – <i>Caracterização detalhada das famílias adoptivas</i>	82
Tabela 40 – <i>Caracterização detalhada das famílias não-adoptivas</i>	84
Tabela 41 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 1: Que brincadeiras faz com o seu filho?</i>	192

Tabela 42 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 1: Que brincadeiras o teu pai/mãe fazem contigo?</i>	192
Tabela 43 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 3: Quem é que habitualmente trata da higiene do seu filho?</i>	192
Tabela 44 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 3: Quem é que habitualmente trata da tua higiene?</i>	193
Tabela 45 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 4: Quem é que habitualmente trata da alimentação em tua casa?</i>	193
Tabela 46 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 7: Quem é que vai buscar o seu filho à escola?</i>	193
Tabela 47 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 9: Habitualmente conversa sobre que assuntos com o seu filho?</i>	194
Tabela 48 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 9: O teu pai/mãe costuma conversar contigo sobre que assuntos?</i>	194
Tabela 49 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 10: O que faz quando percebe que errou foi injusto(a) com o seu filho</i>	194
Tabela 50 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 11: Quando toma uma decisão que o seu filho não gosta costuma conversar com ele?</i>	195
Tabela 51 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 11: Quando o teu pai/mãe toma uma decisão que tu não gostas ele costuma falar contigo sobre isso?</i>	195
Tabela 52 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 12: Sobre que assuntos os teus pais costumam falar sobre ti?</i>	195
Tabela 53 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 13: O que é que tu, o teu pai e a tua mãe costumam fazer juntos?</i>	195
Tabela 54 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 14: Quais são as regras fundamentais que o seu filho tem que cumprir?</i>	198

Tabela 55 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 15: O que é que o teu pai/mãe fazem para verificar se tu cumpriste ou não essas regras?.....</i>	198
Tabela 56 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 16: O que faz quando o seu filho se porta mal?.....</i>	198
Tabela 57 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 17: O que é que o teu pai/mãe fazem quando te portas bem?.....</i>	199
Tabela 58 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 19: Como reages quando o teu pai/mãe te proíbe de fazer alguma coisa?</i>	199
Tabela 59 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 21: Quais são os castigos que habitualmente dá ao seu filho?</i>	199
Tabela 60 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 22: Costuma explicar ao seu filho a razão porque o castigou?.....</i>	200
Tabela 61 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 23: Em que situações o teu pai/mãe te batem?</i>	200
Tabela 62 – <i>Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 24: Concorda com a sua mulher/ o seu marido sobre os castigos a dar ao seu filho?</i>	200
Tabela 63 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 24: Os teus pais concordam um com o outro nos castigos que te dão?.....</i>	200
Tabela 64 – <i>Frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas à pergunta 23: Em que situações é que o teu pai/mãe te elogiam?.....</i>	202

I. INTRODUÇÃO

Nas múltiplas funções desempenhadas pela família encontra-se como fundamental a criação e educação dos seus filhos. A tarefa parental de educar constitui-se como um processo de uma incomensurável responsabilidade e complexidade, que por outro lado, potência experiências muito positivas e especiais para cada família (Marujo, 1997).

Os pais como educadores têm um papel bastante abrangente na educação e crescimento familiar. Neste processo, a supressão das necessidades mais básicas da criança, conjuga-se simultaneamente com o garantir-lhe competências em áreas tão importantes como o enriquecimento social, emocional e cognitivo (Marujo, 1997).

Com efeito, a dinâmica e o desenvolvimento da família tem vindo a sofrer ao longo dos anos uma evolução histórica, política e social que se tem repercutido na forma como as famílias se desenvolvem. Do mesmo modo, novos sistemas familiares têm sido criados ou formalizados de modo a dar resposta às necessidades sociais e humanas com que nos deparamos, como por exemplo, as famílias adoptivas.

Efectivamente, as investigações na área da adopção têm dado especial importância ao estudo do desenvolvimento das crianças adoptadas, incidindo com menos frequência no estudo das famílias adoptivas. Tal facto, deve-se à necessidade de assegurar a estas crianças um desenvolvimento sustentável, possibilitando-lhes uma vida tão próspera e digna como a de qualquer outro ser humano (Ferreira, Pires & Salvaterra, 2004).

Porém, a literatura incide exaustivamente na pertinência do estudo das famílias adoptivas com elemento essencial para uma adequada integração e desenvolvimento das crianças adoptadas (Palácios & Brodzinsky, 2005).

Neste sentido, esta investigação pretende dar resposta à falta de estudos que existe na área das famílias adoptivas, analisando as práticas educativas parentais das famílias adoptivas em comparação com famílias não-adoptivas. Por conseguinte, foi utilizada uma metodologia qualitativa de análise dos comportamentos parentais com o objectivo de compreender os padrões de comportamento parental de cada família em particular, e posteriormente compará-los, de modo a verificar se existem diferenças ou não entre famílias adoptivas e não-adoptivas quanto aos domínios Autonomia Apoiada, Estrutura, Afecto e Percepção da Família.

II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 - Família como contexto de desenvolvimento

As investigações na área da educação parental têm vindo a considerar a necessidade dos estudos analisarem a família como um sistema de desenvolvimento. Segundo Sprey (2001; citado por Conger, Lorenz & Wickrama, 2004) o estudo da família deve ser feito como um processo, no qual se deve ter em conta a complexidade do sistema, a continua mudança que pode operar e a forma como esta é moldada pelo contexto em que se insere.

Com efeito, o sistema familiar pode ser definido como “um grupo de pessoas que convivem, reconhecendo-se como família, propondo-se a ter entre si uma ligação afectiva duradoura, incluindo o compromisso de uma relação de cuidado contínuo entre os adultos e deles com crianças, jovens e idosos” (Szymansky, 2004, p. 7). Nesta proposta de definição apresentam-se evidentemente a complexidade de relações que este sistema envolve, tendo na sua essência o cuidado entre cada membro. Neste contexto, a família como contexto de desenvolvimento, é um fenómeno muito complexo, cujo entendimento é dificultado pelas numerosas condições em que este sistema se encontra envolvido. Esta sofre influências internas e externas que na maioria das vezes são independentes, e que apresentam efeitos cumulativos ao longo do tempo. Particularmente, o ambiente social em que esta está inserida tem efeito nas práticas que os pais desenvolvem com os seus filhos, o que interfere no tipo de desenvolvimento que estes promovem (Szymansky, 2004).

Efectivamente, o desenvolvimento psicológico da criança é afectado: (1) pela acção conjunta entre os ambientes mais significativos em que a criança está inserida, nomeadamente, família e escola; (2) pelos locais mais importantes que os pais frequentam, como por exemplo, o trabalho e/ou comunidade em geral; (3) pelas mudanças ou continuidades que ocorrem ao longo do tempo e que têm um efeito cumulativo no modo como a criança se desenvolve (Brofenbrenner, 1986; citado por Szymansky, 2004). Neste sentido, uma intervenção e análise do contexto familiar implica não só uma focalização nos processos intrafamiliares referentes à interacção pais e filhos, mas também uma análise às condições extrafamiliares em que a família se insere (Szymansky, 2004).

A consideração da família como um fenómeno histórico, social, psicológico e educativo leva a necessidade de uma análise multidisciplinar para o entendimento da mesma (Szymansky, 2004). Como fenómeno histórico, a família afirma-se como um sistema que sofre alterações no seu papel educativo ao longo da história, assumindo diferentes papéis e adquirindo diferentes direitos (Conger et al., 2004). Do mesmo modo, deve ser dada uma especial atenção à vertente cultural na qual se enquadram essas práticas.

Neste sentido, Montandon (2005) considera que a vertente cultural de cada país têm influência nas práticas educativas parentais, nomeadamente uma investigação realizada em Portugal pode apresentar resultados que não reflectem as mesmas práticas que os pais têm com os seus filhos em países, como por exemplo, os Estados Unidos. O elemento principalmente que permite esta diferenciação é a representação que cada família (figuras parentais) tem do seu papel na educação dos seus filhos.

No plano social, Montandon (2005) afirma que as práticas educativas parentais se diferenciam de acordo com a classe social das famílias. Assim, pais de classes médias e/ou altas tendem a apresentar manifestamente um maior controlo de si nas interacções com as suas crianças, procurando chamá-las à razão quando necessário e exercendo uma disciplina dentro dos limites socialmente aceites. Em contraste, os pais de classes socioeconómicas mais baixas apresentam maiores dificuldades na construção do projecto educativo dos seus filhos, utilizando com maior frequência actos de punição, que acabam por representar a satisfação de caprichos pessoais e que não reflectem qualquer intenção educativa. A adicionar a este factor socioeconómico é necessário também levar em consideração a integração que a família tem na comunidade que constitui um factor importante de suporte social.

Como fenómeno psicológico, a família é um sistema de interconexões que se influenciam mutuamente. Neste sentido, se durante várias décadas os estudos na área da família procuram estudar exclusivamente a influência parental no desenvolvimento social, emocional e físico da criança desde idade mais precoces até à idade adulta (Collins, Maccoby, Steinberg, Hetherington, & Bornstein, 2000). Hoje em dia, as investigações introduziram no estudo da área familiar a influência que as características da criança têm nas competências parentais e no uso de determinadas práticas educativas (Conger et al., 2004).

Por último, a consideração da família como um sistema educativo reflecte as questões da transmissão de valores e o papel socializador que os pais têm na educação das suas crianças. Assim, é necessário que os pais vejam os seus filhos como sujeitos de acção educativa, reconhecendo-os a si próprios como educadores ao longo do desenvolvimento dos seus filhos (Durning, 1999; citado por Szymanski, 2004). Considerando o processo de socialização como um contínuo, a família deve possibilitar à criança as condições necessárias para que estas possam adquirir os valores fundamentais para uma boa adaptação social, bem como o ingresso da escola para lhe conferir uma formação estruturada no campo académico (Szymanski, 2004).

Em suma, a família é um sistema complexo de análise, na medida em que envolve a compreensão de vários contextos desenvolvimentais que se diferenciam cultural, social e psicologicamente. Estes domínios apresentam fortes implicações no desenvolvimento da criança, visto que condicionam as suas aprendizagens e limitam o amadurecimento das suas competências. É importante analisar estas dimensões numa perspectiva interdependente, na medida em que todas elas acabam por contribuir para o uso de determinadas práticas educativas parentais.

2.2 Adopção: História e Direito

Em Portugal, o abandono de crianças deu-se durante vários séculos, em grande parte como forma de encobrir a maternidade que ocorria fora dos casamentos em mulheres de classes sociais altas. Assim, em 1543 a Carta Régia proclamava à responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a educação e protecção das crianças colocadas na Roda dos Expostos as quais eram chamadas de “enjetados” ou “expostos”. A Roda dos Expostos foi extinta em 1870, optando por se conceder às mães indigentes, pobres ou aquelas que vinham posteriormente buscar os seus filhos um subsídio que lhes permitisse cuidar dos mesmos (Bastos, 1995; citado por Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Com efeito, o termo adopção só foi regulamentado em Portugal nas Ordenações Afonsinas e Manuelinas, de modo a atribuir ao adoptado a qualidade de herdeiro. Todavia, o Código Civil de 1987, tradicionalmente reconhecido como Código de Seabra, não contemplava o instituto da adopção. Com as perdas familiares que se fizeram sentir na I e II Guerras Mundiais, o número de órfãos aumentou significativamente, pelo que em 1966 (Decreto-Lei nº 47344 de 25 de Novembro de 1966) o Código Civil introduziu no regime jurídico a adopção num quadro geral de protecção da criança sem família, segundo a regra da adopção restrita. Em 1977, consagrou de uma forma mais assumida (Decreto-Lei nº 496/77, de 25 de Novembro) a adopção plena, na qual o adoptado adquiria todos os direitos de filho legítimo (Salvaterra & Veríssimo, 2008).

O desenvolvimento da sociedade à escala mundial levou a que o regime da adopção tivesse de ser revisto (Decreto-Lei nº 185/93 de 22 de Maio), pelo que a participação de Portugal em convenções e conferências europeias levou a que novas comissões de protecção de menores fossem criadas e perspectivou-se a adopção de crianças portuguesas no paradigma internacional e vice-versa. Já em 1997, um despacho conjunto do Ministério da Justiça e da Solidariedade e Segurança criou o Programa de Adopção 2000 na convicção de que o Estado, enquanto instituição pública, é responsável pelas crianças abandonadas e mal-tratadas. Como tal, era necessária uma reestruturação dos serviços de

adoção da Segurança Social de forma a apoiar mais adequadamente estas crianças. Assim, era necessário “definir os critérios de acolhimento, de diagnóstico e de elaboração do projecto de vida dos menores sem enquadramento familiar, pelos quais face ao caso concreto, o encaminhamento para a adoção é mais ajustado que as medidas de colocação familiar ou institucionalização” (despacho que criou o programa Adopção 2000; citado por Salvaterra & Veríssimo, 2008). Por conseguinte, em 1998 a nova revisão do decreto de lei nº120/98 de 8 de Maio instaurou modificações na lei de modo a fortalecer os interesses da criança e a reforçar a responsabilidade comunitária no cuidado a estes menores desprovidos de meio familiar (Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Em 2003, novas alterações legislativas ocorrem neste domínio, a Lei nº31/2003 de 22 de Agosto determina que, na existência de conflitos entre os direitos da criança e os direitos dos adultos, a lei deve claramente optar pelo direito da criança (Salvaterra & Veríssimo, 2008).

No que diz respeito ao processo de adoção, este acarreta em si uma colaboração interdisciplinar entre as várias instituições intervenientes no processo. Com um papel primordial no processo compete à Segurança Social a detecção, avaliação e intervenção dos contextos da criança, perspectivando um novo projecto de vida para a mesma que envolva o seu desenvolvimento emocional, social e pessoal. Neste sentido, é realizado um estudo exaustivo tanto às condições de vida da criança, como à sua família biológica, no que toca às relações afectivas existentes entre esta e a criança. Se for concluído que existem vínculos afectivos de qualidade e se com apoio a família demonstrar interesse e empenho em reassumir a sua função parental, a criança deve permanecer com a família biológica. Se estas condições não forem verificadas e a família não possuir condições necessárias para educar a criança, deve dar-se a oportunidade à criança de ter uma nova família que lhe permita um desenvolvimento harmonioso. Por conseguinte, se o projecto de vida da criança é a adoção, compete aos serviços responsáveis seleccionarem a família candidata à adoção, seguindo-se a apresentação da situação da criança aos seus candidatos que decidirão se devem ou não aceitar. Caso seja aceite, dar-se-á início ao processo de adoção, que se inicia com o estabelecimento dos primeiros laços afectivos entre a criança e os candidatos. Passado este período inicial que não tem uma duração estandardizada, depende sempre das características da criança e da própria família que pretende adoptar, procede-se à entrega formal da criança à sua nova família. Todo este processo é acompanhado por técnicos competentes que avaliam a integração da criança na sua nova família e apoiam os novos pais na sua tarefa parental. Caso a adoção se concretize em pleno procede-se ao processo judicial que determina a adoção plena da

criança, pelo que esta é registada com o nome da sua nova família (Salvaterra, 2005; citado por Salvaterra & Veríssimo, 2008).

2.3 Práticas Educativas Parentais

O conceito práticas educativas parentais foi proposto por Hoffman (1994). Com este conceito o autor pretende dar importância às estratégias utilizadas pelos pais em situações de conflito com a criança. Estas práticas referem-se a situações quotidianas específicas da interacção pais-filhos, na qual os pais utilizam estratégias para educarem as suas crianças. Segundo Hoffman (1994) estas expressam-se nas interacções típicas entre pais e filhos que se destinam à socialização da criança, ou por outro lado, ao controlo disciplinar. Assim, as práticas educativas parentais podem, de um modo geral, caracterizar-se por comportamentos do tipo coercivo ou indutivo.

As práticas de tipo indutivo correspondem ao afecto e envolvimento emocional que existe na relação entre pais-filhos. Para a criança se sentir num ambiente positivo e afectivo é necessário que os pais demonstrem afecto e carinho para com ela (Sidman, 2001). Os pais que centram as suas práticas sob o domínio não-coercivo são mais afectuosos e utilizam mais reforço positivo, contribuindo desta forma para o desenvolvimento da auto-estima na criança, fomentando assim os comportamentos socialmente desejados (Severe, 2000; citado por Salvador & Weber, 2005).

Por outro lado, as práticas coercivas correspondem à demonstração de práticas aversivas, que são aplicadas pelos pais sob a forma de punição verbal, física ou de privação (Salvador & Weber, 2005). O tipo de práticas coercivas está associado a ambientes familiares inflexíveis, no qual se recorre com frequência a punições negativas para reprimir os comportamentos das crianças (Weber et al., 2003; citado por Salvador & Weber, 2005). Este tipo de ambiente coercivo tem consequências ao nível do desenvolvimento da criança, nomeadamente pode gerar problemas de comportamento como hiperactividade e agressividade, insegurança e medo (Salvador & Weber, 2005).

Adicionalmente, as práticas educativas parentais possibilitam à criança a construção de saberes e a aquisição de competências que lhe permitem ver e estar no mundo de um modo mais adequado. Estas práticas são transmitidas de geração em geração, sendo o resultado de uma aprendizagem social que pais e filhos vão adquirindo ao longo do seu desenvolvimento (Szymanski, 2004). Assim, elas promovem comportamentos socialmente adequados, gerando, nas crianças, sentimentos de bem-estar próprio, melhor desempenho académico e melhores redes de suporte social (Patterson & Hastings, 2008; Bolsoni-Silva & Marturano, 2002;).

Em suma, numa análise às práticas educativas é necessário compreender a sua complexidade e entender a interdependência que existe entre as diversas dimensões. Assim, as práticas educativas parentais reflectem comportamentos e acções contínuas dadas pela família, com o objectivo de possibilitar às crianças a construção e internalização de valor e competências sociais. Todavia, estas não têm um padrão linear e, por vezes, oscilam entre comportamentos ambivalente que ocorrem no meio de diversidade de disposições afectivas (Szymanski, 2004).

2.4 Estilos Parentais

Na mesma linha de investigação da relação entre pais-filhos Baumrind (1967, 1971; citados por Cummings, Davies, & Campbell, 2000) definiu 3 estilos parentais: Democrático, Autoritário e Permissivo. Ao contrário das práticas educativas parentais os estilos parentais são menos variáveis e caracterizam-se pela alta ou baixa responsividade e exigência parental nas interacções com a criança (Baumrind, 1991).

No estilo parental democrático o controlo exercido pelos pais surge como firme e consistente, centrando-se na integração da criança tanto na família como na sociedade, reconhecendo que a criança ganha maturidade ao longo do seu desenvolvimento. Além disso, a comunicação neste estilo parental é carinhosa, clara e recíproca, havendo ainda o favorecimento da autonomia da criança e da sua individualidade. Os efeitos positivos do estilo parental democrático são consistentes tanto com os diferentes períodos de desenvolvimento (Baumrind, 1991; Lamborn, Mounts, Steinberg, & Dornbush, 1991; citados por Cummings, Davies, & Campbell, 2000), como com os diferentes contextos sociais (Steinberg, Mounts, Lamborg; & Dornbush, 1991; citados por Cummings, Davies, & Campbell, 2000).

Considerando o estilo parental autoritário, aqui as práticas de controlo são também firmes, no entanto, há uma obediência estrita e a autoridade parental é inquestionável. Não há qualquer consideração da individualidade, sendo esta punida com severidade. Apesar de nesta situação a criança perceber as regras da sociedade, não é favorecida a internalização dos valores da família e da sociedade. Por outro lado, estes pais caracterizam-se pelo distanciamento e desapego, pela falta de ternura, e pelo desencorajar da autonomia, tendo como consequência uma baixa percepção de eficácia e de integridade pessoal. Neste estilo parental, é menos provável que as crianças tenham sintomas externos, como delinquência ou uso de drogas, mas há uma maior probabilidade de desenvolverem sintomas internos, como auto-desvalorização, baixa auto-eficácia, e pouca autonomia (Baumrind, 1991; Cummings, Davies, & Campbell, 2000).

Por fim, o estilo parental permissivo caracteriza-se pela indulgência, sendo que os pais aceitam e toleram quase todos os comportamentos da criança. Há também uma grande tolerância para com a impulsividade da criança, os seus comportamentos disruptivos e relutância à imposição de regras e autoridade. Deste modo, a criança terá de aprender a regular o seu próprio comportamento, desenvolvendo elevados níveis de auto-valorização e auto-estima mas, por outro lado, lacunas na maturidade, responsabilidade social, ou no controlo da impulsividade (Baumrind, 1991; Cummings, Davies, & Campbell, 2000).

Porém, alguns autores levantam algumas questões sobre o estudo das relações entre a classificação dos estilos parentais e os resultados que as crianças demonstram. Com efeito, comportamentos parentais específicos, cognições e outras práticas surgem simultaneamente com os estilos parentais; por outro lado, os processos associados são impostos pelos estilos parentais de uma forma dinâmica; e por fim, as relações transaccionais dão-se ao longo do tempo entre a parentalidade e os outros factores que influenciam o desenvolvimento da criança (Darling & Steinberg, 1993; Lewis, 1981; citados por Cummings, Davies, & Campbell, 2000).

2.5 Modelo Motivacional das Seis Dimensões da Parentalidade

A revisão literária de Skinner, Johnson e Snyder (2005) encontrou três dimensões prementes na literatura sobre práticas educativas parentais. Em primeiro lugar, o Afecto, sugerindo que a base da prestação de cuidados com a criança é o amor e afecto que os pais nutrem pelos seus filhos (Rohner, 1976; citado por Skinner et al., 2005). A segunda dimensão refere-se à Estrutura, mais precisamente, ao modo como os pais exercem a sua autoridade e impõem a disciplina, bem como, a respectiva internalização por parte da criança das regras que lhe são fornecidas (Flammer, 1995, Kochanska, 1993, Schneewind, 1995; citado por Skinner et al., 2005). A terceira dimensão designada por Autonomia Apoiada, que sugere que o desenvolvimento decorre de forma mais harmoniosa se os pais interagem com a criança de forma “a não comprometerem a sua liberdade de expressão e a sua motivação intrínseca” (Barber, 1996; Deci & Ryan, 1985; Grolnick & Slowiaczek, 1994; citados por Skinner et al., 2005, p.175).

Com efeito, levando em linha de conta as três dimensões salientadas precedentemente, Skinner, Johnson e Snyder (2005) definiram um modelo com seis dimensões multi-dimensionais (e.g. afecto e rejeição) de forma a representar, de um modo mais exaustivo as práticas parentais. Por conseguinte, o modelo apresenta as seguintes dimensões: afecto e rejeição, estrutura e caos, autonomia apoiada e coerção.

O afecto é considerado a dimensão mais importante das práticas parentais, esta refere-se á “expressão de afecto, amor, admiração, bondade” que os pais dão aos seus filhos, incluindo também a regulação emocional da criança e conforto que lhe é prestado. A expressão de afecto e o envolvimento com criança encontram-se especialmente em ambientes educativos harmoniosos, no qual a criança se sente amada e protegida (Skinner et al., 2005, p. 185). Por outro lado, a rejeição retrata comportamentos parentais de negação do seu filho. A expressão de rejeição traduz-se em comportamentos de “aversão, hostilidade, violência, impulsividade e irritabilidade”, nos quais existem uma comunicação fechada na relação pais-criança e os próprios pais revelam sentimentos negativos para com a mesma, criticando-a e humilhando-a (Skinner et al., 2005, p. 185).

A estrutura apresenta-se, de um modo geral, como a regulação que os pais fazem dos comportamentos da criança. Neste sentido, esta refere-se ao fornecimento à criança de expectativas claras em relação ao seu comportamento, em conjugação com uma consistente e apropriada limitação dos comportamentos que a criança pode exhibir. Isto é, ela refere-se às práticas disciplinares parentais que regulam o comportamento da criança (Skinner et al., 2005). Por outro lado, a dimensão caos não traduz apenas a não regulação dos comportamentos da criança, ou o uso de práticas educativa disciplinares inconsistente. Esta caracteriza-se também pelo uso de comportamentos “inconsistentes, erróneos, imprevisíveis e arbitrários”; ou seja, a criança desenvolve-se num contexto confuso e desorganizado, no qual não consegue prever os comportamentos dos seus pais e tem dificuldades e regular o seu próprio comportamento, na medida em que está desprovida do apoio necessário (Skinner et al., 2005, p. 187).

Por último, as dimensões de autonomia apoiada e coerção. A autonomia apoiada compreende as acções nas quais os pais encorajam os seus filhos a activamente explorarem e descobrirem novos desafios e orientam e regulam os objectivos e preferências da criança (Skinner et al., 2005). Assim, ela comporta acções em que os pais apoiam a criança nas mais diversas formas de integração social, para que a criança se sinta apoiada nas múltiplas acções que realiza ao longo do seu desenvolvimento (Skinner et al., 2005; Grusec & Davidov, 2008). Neste sentido, quando os pais interagem com as crianças de modo a permitir-lhes um sentimento de competência, autonomia e pertença, a criança está construtivamente melhor preparada para se integrar socialmente. Para além disso, é caracterizada pelas interacções em que é esperado que a criança expresse a sua opinião e no qual os pais a estimulam a realizar planos e a resolver problemas. Como tal, esta pressupõe que a criança tenha liberdade de escolha e que seja valorizado e tido em consideração a sua expressão comunicacional. Práticas educativas coercivas descrevem um

ambiente de desenvolvimento restrito e super controlado, no qual a obediência aos pais é uma exigência que não pode ser posta em causa (Skinner et al., 2005). Este tipo de práticas está associado ao estilo autoritário definido no modelo de Baumrind (1991), e encontram-se relacionados com o desenvolvimento de problema de comportamentos internos e externos na criança.

De seguida procederemos a uma análise mais exaustiva da literatura de cada dimensão do modelo que retratam as dimensões analisadas ao longo deste trabalho.

2.5.1 *Autonomia Apoiada*

De acordo com o modelo de Skinner e seus colaboradores (2005), a dimensão autonomia apoiada caracteriza-se pelo apoio prestado pelos pais ao longo do processo de socialização da criança. Este apoio ocorre por meio de incentivos feitos à exploração activa que a criança faz do mundo, pelo sentimento de pertença que é dada à mesma e pela valorização da comunicação inter-familiar (Skinner et al., 2005).

Pais, irmãos, professores, amigos e todo o contexto ao redor da criança funcionam como agentes de socialização. Todavia, os pais são os primeiros e mais importantes agentes neste processo. Pais e crianças fazem parte de um sistema bio-social em que compete aos primeiros a protecção da sua descendência. Por conseguinte, a forte necessidade humana de inter-relação tem um papel importante no processo de socialização (Grusec & Davidov, 2008). A oportunidade para tais relações ocorre numa primeira instância no relacionamento entre pais e filhos, através da protecção, alimentação, afecto e carinho que os pais dão aos seus filhos (Grusec & Davidov, 2008). E progride através do investimento e suporte que os pais dão ao investimento social que a criança vai fazendo, nomeadamente com a entrada na escola e com o alargamento da sua rede social (Collins, Harrin, & Susman, 1995).

Com efeito, o processo de socialização envolve a aceitação de valores, padrões e costumes da sociedade, bem como a capacidade para se adaptar e funcionar no contexto social alargado. Neste sentido, a socialização tem como principal objectivo a internalização por parte da criança dos valores que regem a sociedade. A eficácia deste processo encontra-se na capacidade das figuras parentais em orientarem de forma regular, contínua e sistemática a criança nas suas actividades sociais (Grusec & Davidov, 2008).

Ao nível académico, o estudo longitudinal de Hill e colaboradores (2004) com 483 famílias e pré-adolescentes (em torno dos 12 anos de idade) demonstrou que o envolvimento dos pais na escolaridade dos seus filhos, através do auxílio nas tarefas escolares, participação em reuniões, contacto com professores, ou seja, acompanhamento

atento do percurso escolar está correlacionado negativamente com problemas de comportamento e positivamente com aspirações e desempenho académico.

Na aprendizagem e integração dos valores sociais os pais têm pelo menos três modos de organizar e regular as actividades e comportamentos da criança: a modelação, o contexto de aprendizagem e de desenvolvimento, e a interacção directa com a criança (Bronfenbrenner, 2005; citado por Swick, 2008). Através da modelação, os pais utilizam padrões de comportamentos adequados que são integrados pelas crianças e reproduzidos à semelhança do seu modelo paterno (Swick, 2008). O desenvolvimento de ambientes acolhedores de protecção, carinho e apoio parental oferecem também à criança a segurança que esta necessita. Na interacção directa pais-criança, esta experiencia situações emocionais e sociais gratificantes que permitem que o desenvolvimento da empatia, além de consolidar comportamentos emocionais enriquecedores, formando assim a base para as futuras relações com o outro. Assim, a participação parental em actividades apreciadas pelas crianças, os cuidados diários que os pais têm para com os seus filhos, e a participação conjunta em actividades familiares apresentam-se como acções que dão à criança a protecção e apoios necessários para o seu desenvolvimento saudável (Mondi, 2008).

No processo de socialização é, também, importante fazer referência à própria criança no seu desenvolvimento social. A sua perseverança e as respostas que esta dá aos desafios sociais quotidianos podem igualmente ser bons preditores do ajustamento social (Grusec & Davidov, 2008). Assim, crianças com um bom poder de resposta perante as situações sociais (ex. desembaraçada, independentes) conseguem de uma forma mais ajustada dar resposta aos problemas sociais que lhe são apresentados (Wong, McElwain, & Halberstadt, 2009). Contudo, a capacidade de resposta das crianças não se restringe apenas à sua personalidade, mas também ao papel que os pais têm desde cedo no apoio ao desenvolvimento da capacidade de resolução de problemas sociais com que a criança é quotidianamente confrontada (Laible & Thompson, 2008).

A importância da qualidade da relação pais-filhos para o desenvolvimento social das crianças tem sido confirmada por vários estudos (e.g. Cia, Pamplin, & Prette, 2006; Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Wong et al., 2009). Pais que criam ambientes familiares harmoniosos, permitem que a criança se desenvolva em contextos favoráveis. Entre muitas características, esses ambientes apresentam padrões de comunicação abertos, no qual a criança se sente segura e confiante para falar claramente sobre as suas experiências (Cia et al., 2006).

Os padrões de comunicação intrafamiliar (pai-mãe-criança) permitem por um lado, uma maior auto-regulação por parte da criança dos seus próprios comportamentos, por

outro, possibilita também aos pais conhecerem e orientarem as actividades da criança. Esta tarefa assume uma especial importância se levarmos em consideração que na segunda infância, com a entrada para a escola, os pais passam cada vez menos tempo com os seus filhos (Cia et al., 2006; Collins et al., 1995). Neste sentido, os pais devem proporcionar momentos de conversa diária com as crianças falando sobre as actividades realizadas e respondendo às múltiplas questões que podem surgir ao longo do dia da criança e que quando está com os pais deve procurar esclarecer (Arcidiacono & Pontecorvo, 2009).

Ao ouvirem as crianças, os pais estão a atribuir importância ao que a criança está a dizer, o que serve de modelo para quando é necessário a criança ouvir os pais e atribuir importância ao que lhe dizem. Além disso, padrões de comunicação positivos estão também associados a factores de protecção na relação pais-filhos (Kaplow, Curran & Dodge, 2002; Kelly, Comello & Hunn, 2002; Kafka & London, 1991; citados por Salvador & Weber, 2005).

Porém, os pais devem também ter em consideração que as crianças necessitam de alguma privacidade em relação a alguns assuntos. Essa necessidade de privacidade e independência aumenta com a idade, pelo que os pais devem procurar respeitar esse espaço, permanecendo, no entanto, atentos e, caso a situação o exija, intervindo com prontidão (Keijsers, Branje, Frijns, & Frinkenauer, 2010).

2.5.2 Estrutura

Skinner e seus colaboradores (2005) descrevem a dimensão estrutura como a regulação parental realizada sobre os comportamentos da criança. Assim, estes descrevem os comportamentos de limitação e controlo e, as expectativas que os pais tem e transmitem à criança sobre o seu próprio comportamento.

Com efeito, o processo de controlo e restrição parental sobre as crianças, a maneira como devem aplicar determinadas regras e a eficiência das práticas disciplinares têm sido identificados como preditores de uma boa adaptação da criança e, como tal, de boas práticas parentais (Chamberlain & Patterson, 1995).

A investigação sobre as práticas educativas disciplinares tem conceptualizado a disciplina de várias maneiras. Nos anos cinquenta, Baldwin (1949) considerava que a disciplina se podia caracterizar através da distinção entre dois aspectos: a restrição e a permissividade. Nos anos sessenta, os teóricos centraram o seu estudo na investigação de estilos disciplinares. Um desses trabalhos conduziu aos estilos de Baumrind (1991) precedentemente explorados. Actualmente, os teóricos têm procurado estudar a influência de certas práticas disciplinares e as suas consequências (castigos) no desenvolvimento

emocional, social e cognitivo da criança (e.g. Ateah, 2003; Mckee, Roland, Coffelt, Olson, Forehand, Massari, Jones, Gaffney, & Zens, 2007; Murphy-Cowan & Stringer, 1999; Towe-Goodman & Teti, 2008; Simões, 2007).

As práticas parentais disciplinares definem os comportamentos implícitos e/ou explícitos que os pais colocam às suas crianças e que têm um papel fundamental na adaptação da criança. Especificamente, o exercício da disciplina por parte dos pais pode ser radicalmente caracterizado por comportamentos exagerados, coercivos e autoritários, ou por condutas descuidadas, permissivas e inconsistentes (Prinzle, Onghena & Hellincks, 2007). Assim, estas práticas variam consoante as determinantes parentais de cada família, ou seja, dependendo das características dos pais, da criança e do próprio contexto em que ambos estão inseridos (Michalcio & Solomon, 2002).

A aplicação de tais práticas varia também consoante a idade da criança. Crianças na segunda infância tendem a alterar a maneira como vêem a autoridade dos pais. Deste modo, se no pré-escolar as crianças vêem a autoridade parental com base no poder de castigar ou de recompensar, as crianças na segunda infância acreditam que a autoridade parental deriva de todas as coisas que os pais fazem por eles. Neste sentido, os pais têm tendência a usar com menos frequência a punição física, procurando usar estratégias de privação de actividades que são apreciadas pela criança, de apelo à auto-estima ou às suas emoções, estimulando o seu sentimento de culpa e proporcionando uma maior reflexão sobre a responsabilidade nos seus próprios comportamentos (Clifford, 1959; Newson & Newson, 1976; Roberts et al., 1984; citados por Collins et al., 1995)

A construção de regras que orientam o comportamento da criança é importante para o seu desenvolvimento. Ao longo do processo de socialização as regras vão estando cada vez mais implícitas no seu comportamento, sendo a sua adaptação progressivamente mais bem sucedida quanto mais essas regras estiveram claras na sua maneira de ver o mundo (Eisenberg & Murphy, 1995). Os pais como primeiros agentes de socialização da criança têm um papel fundamental na integração destas regras. Assim, fazem parte das práticas disciplinares de carácter indutivo a utilização do reforço positivo na promoção de comportamentos adequados, bem como que saibam negociar e proibir quando a situação assim o implica. As regras não cumpridas devem ser debatidas com as crianças e de um modo assertivo; os pais devem definir consequências que serão aplicadas em futuros incumprimentos (Bolsoni-Silva, & Marturano, 2002). Em caso de comportamentos mal julgados pelos pais, Bolsoni-Silva e Marturano (2002) referem que os pais devem admitir os seus próprios erros, na medida em que tal acção não compromete a sua autoridade, nem a consistência das suas práticas disciplinares. Neste sentido, uma atitude que demonstre a

necessidade de se redimir, por parte dos pais, permite que a criança perceba que estes também cometem erros, possibilitando a generalização desse comportamento a outras redes sociais em que a criança esteja envolvida, como por exemplo, a escola (Collins et al., 1995; Szymansky, 2004)

Em torno das práticas disciplinares levantam-se ainda outras questões como: a consistência de tais práticas, a monitorização, o envolvimento paterno e a flexibilidade dada ao comportamento da criança. Assim práticas disciplinares negativas, nas quais não há uma relativização dos acontecimentos, têm impacto prejudicial no desenvolvimento da criança (Chamberlain & Patterson, 1995).

A prática parental de medidas disciplinares inconsistentes está associada a problema de comportamento na criança, bem como a comportamentos agressivos e a condutas de oposição (Ateah, 2003). O papel da mãe assume, nesta medida, uma importância acrescida, visto que o investimento maternal na educação da criança é normalmente maior que o paterno. Assim, as práticas disciplinares maternas tendem a ser menos punitivas e mais inconsistentes que as paternas (Prinz et al., 2007).

Na mesma linha de investigação encontra-se a monitorização parental dos comportamentos da criança. O papel dos pais neste campo não necessita de ser uma tarefa persistente e de invasão do espaço individual da mesma. Deste modo, esta pode ser feita através de comportamentos activos por parte dos pais na tentativa de acompanharem as actividades diárias dos seus filhos. Esta tarefa pode aliás ser feita por meio do diálogo, no qual os filhos espontaneamente conversam com os seus pais acerca dos seus comportamentos e no qual os pais orientam a conduta dos seus filhos, intervindo mais directamente quando a situação o exigir (Macoby & Martin, 1983; Teixeira, Oliveira & Wottrich, 2006). Segundo Wright e Cullen (2001), a monitorização positiva do comportamento dos adolescentes e o estabelecimento de regras são preditores de uma conduta social positiva e de um desenvolvimento moral e adaptação adequados. Por outro lado, uma baixa monitorização dos comportamentos da criança está associada a padrões de comportamento delinquentes. A longo prazo esta pode mesmo acarretar a entrada de adolescentes no consumo de droga e fomentar comportamentos de violência física sem controlo por parte dos jovens (Chamberlain & Patterson, 1995).

Segundo o modelo dos estilos parentais de Baumrind (1991), a inflexibilidade na regulação do comportamento da criança é uma característica vinculada do estilo autoritário. Neste sentido, os pais de estilo autoritário restringem e supervisionam em excesso a criança, cedendo-lhe pouca liberdade na construção activa do seu próprio desenvolvimento. Assim, é necessário que os pais analisem e ponderem cada

acontecimento e que adequem a este a aplicação de determinadas práticas disciplinares. Isto é, os pais necessitam de ponderar a resposta a determinadas situações dependendo dos acontecimentos que lhes são expostos (Michalcio & Solomon, 2002).

O aprofundamento dos estudos sobre as práticas disciplinares, fizeram emergir várias determinantes que estarão na sua origem. Neste sentido, a investigação tem igualmente procurado estudar a relação entre estas práticas disciplinares, a relação pais-filhos e a adaptação da criança (e.g. Ateah, 2003; Mckee et al., 2007; Murphy-Cowan & Stringer, 1999; Towe-Goodman & Teti, 2008; Simões, 2007).

O estudo longitudinal de Towed-Goodman e Teti (2008) pretendia analisar a relação entre o envolvimento emocional materno, a disciplina e a adaptação da criança. Os resultados demonstraram que o envolvimento emocional materno tem impacto nas práticas disciplinares e na adaptação da criança. Neste sentido, pode concluir-se que um clima emocional pobre faz com que a criança percepcione a disciplina como uma rejeição, o que constitui um preditor de uma má adaptação da criança.

Como já foi referido as práticas disciplinares implicam também consequências atribuídas aos comportamentos desajustados da criança, os castigos. Os castigos definem-se como a resposta dada pelos pais aos maus comportamentos das crianças, surgindo como um acto de repreensão sobre esses mesmos comportamentos (Ateah, 2003).

Um grande número de factores influênciam o uso de determinadas medidas disciplinares por parte dos pais. Em primeiro lugar, a própria experiência que os pais tiveram na sua infância; em segundo lugar, a situação que se desencadeia no momento imediato ao comportamento desapropriado da criança e, por último, o tipo de erro que a criança comete (Ateah, 2003).

Na revisão da literatura foi evidente a controvérsia que as questões em volta dos castigos têm gerado. As consequências ao nível do desenvolvimento das crianças que têm certos estilos de violência repetidos, ainda não se encontram concretamente definidas na literatura. Por um lado, alguns estudos demonstram que o uso da punição física está associado a padrões de comportamentos externos desviantes, tais como o uso de violência em outros contextos que não o familiar (Criss et al., 2002; Kim et al., 2003; Strassberg et al., 1994; citados por McKee et al., 2007). Por outro lado, o uso conjunto de práticas punitivas verbais e físicas está associado a problemas internos de comportamentos na criança (Kim, Ge, Brody, Conger, Gibbons, & Simons, 2003). Neste sentido, pode-se considerar que o uso constante de cada uma das práticas está associado a diferentes tipos de problemas nas crianças. Por conseguinte, o ambiente familiar onde a repreensão

acontece determina igualmente o tipo de problemas de comportamento que a criança manifesta (McKee, et al., 2007).

Em contraste o uso de práticas parentais disciplinares positivas (exemplo: afecto e disciplina apropriada) está associado a menos problemas de comportamento nas crianças (Kotchick & Forehand, 2002). Assim, o estudo de Simons, Johnson, e Conger (1994) demonstra que, em ambiente de envolvimento parental positivo (afecto, apoio, monitorização, consistência), o uso de práticas disciplinares verbais e físicas não apresenta impacto significativo no desenvolvimento psicológico da criança.

De acordo com o estudo de Straus e Field (2003) os castigos físicos são vistos como mais agressivos e intrusivos que os castigos de natureza verbal, pelo que o padrão mais comum identificado nos pais é o uso de castigos de natureza verbal, associados à restrição de actividades que são consideradas importantes pelos filhos.

Com efeito, certos tipos de maus comportamentos como condutas anti-sociais agressivas para com outras crianças, desrespeito a pessoas com mais autoridade e destruição de material que não é seu, está associada ao uso de práticas punitivas físicas por parte dos pais, bem como a recusa a não fazer o que os pais pedem, como por exemplo limpar ou arrumar objectos (Durrant, 1994). Adicionalmente, pais que consideram que o comportamento inapropriado da criança foi intencional têm mais tendência a usar a punição física como castigo imediato à conduta inapropriada, do que os pais que acreditam que tal comportamento não foi intencional (Mulvaney & Mebert, 2007).

Para a aquisição e promoção de determinadas condutas, os pais usam diversas estratégias. Hastings e Grusec (1998; citados por Grusec & Davidov, 2008) consideram que os pais, em resposta aos comportamentos desadequados dos filhos, incluem diversos objectivos nas advertências que fazem. Estes querem que os filhos sejam obedientes, pretendem ensinar valores sociais adequados e manter a harmonia familiar.

Para finalizar, na literatura encontram-se igualmente estudos que associam certas práticas disciplinares com o género de pais e filhos. Estes sugerem que o género dos pais e das crianças são importantes quando se analisa a frequência com que cada medida disciplinar é aplicada. Deste modo, crianças do género masculino de todas as idades recebem mais castigos sobre a forma de punição física do que as raparigas. Os pais (género masculino) são mais susceptíveis de aplicar práticas punitivas físicas aos filhos rapazes do que a filhas raparigas (Chang, Dodge, Schwartz, McBride-Chang, 2003).

2.5.3 *Afecto*

O afecto é visto por Skinner et al. (2005) como a dimensão mais importante das práticas parentais. Este descreve os comportamentos de amor, carinho e afecto que os pais têm para com os seus filhos, bem como a regulação emocional e o conforto que é dado à criança.

O envolvimento afectivo familiar na relação pais-filhos é essencial para um desenvolvimento saudável da criança. Elevados níveis de apoio afectivo nesta relação são considerados como um forte elemento de bem-estar na vida da criança e constituem indicadores de boas práticas parentais (Swick, 2007).

Os pais demonstram o seu afecto pelos filhos de várias formas, algumas delas implícitas no seu comportamento e interacção familiar diária, como por exemplo na participação parental nas brincadeiras da criança (Uzgis & Raeff, 2002). Além disso, os momentos de qualidade e a participação activa em actividades que são do interesse da criança são igualmente formas dos pais mostrarem o carinho e afecto que têm pelos seus filhos. Neste sentido, o carinho parental demonstra a admiração, o afecto e a ligação emocional que os pais têm para com a criança. Envolve a manifestação espontânea de alegria e orgulho pelo que a criança faz, o que determina nela o sentimento de ser especial e apoiada (Maccoby & Martin, 1983; MacDonald, 1992; Robert & Strayer, 1987; citado por Davidov & Grusec, 2006).

De acordo com Shanahan, McHale, Crouter e Osgood (2007) existe também uma relação entre o género que influencia o apoio afectivo dos pais. Assim, pais e criança do mesmo género tendem a ter uma relação mais afectiva e a passar mais tempo juntos, do que pais com género diferente do da criança.

Adicionalmente, a expressão parental de emoções tem importantes implicações na regulação emocional da criança. Crianças que recebem um maior apoio emocional por parte dos pais têm tendência a demonstrar um estatuto social mais elevado, uma melhor qualidade nas suas relações sociais e uma melhor compreensão emocional (McElwain, Harberstadt, & Volling, 2007). Neste sentido, quando a criança expressa emoções negativas, os pais podem reconfortar os filhos e ajudá-los na resolução dos seus problemas (Wong et al., 2009). Se os pais reagem de um modo punitivo ou minimizam os sentimentos dos filhos, estes tendem a exhibir mais problemas de comportamento e menores níveis de competências sociais (Eisenberg et al., 1999; Fabes, Leonard, Kupanoff, & Martin, 2001; citados por Wong et al., 2009). Além disso, a expressividade afectiva dos pais é uma forma de modelar o comportamento da criança, ensinando-lhe o que é apropriado ou não na expressão emocional e o modo como ela deve interpretar as expressões emocionais dos outros (Wong et al., 2009).

Com efeito, as respostas emocionais que os pais dão no seu relacionamento diário com a criança assumem uma grande importância na regulação emocional da mesma e nos investimentos sociais que esta estabelece no decorrer do seu desenvolvimento. O estudo de Davidov e Grusec (2006) com crianças entre o 6 e os 8 anos avaliou as respostas parentais de afecto e aflição e o seu impacto no desenvolvimento da criança. Os seus resultados indicam que as respostas maternas de afecto estão associadas a regulação emocional positiva na criança e, nos rapazes está ainda associado a uma melhor aceitação entre pares. Por outro lado, as respostas parentais de aflição são preditivas de uma regulação emocional negativa nas crianças.

2.6 Percepção da Família

A revisão da literatura permitiu-nos ainda explorar outra dimensão não contemplada no modelo precedentemente apresentado.

Com efeito, a forma como cada membro da família se percebe a si mesmo e percebe os restantes membros tem sido um assunto pouco estudado na literatura (Garcia & Sánchez, 2005). Porém, a influência dos agentes significativos na forma como a criança se auto-percebe é um ponto consensual nas investigações (e.g. Grusec & Davidov, 2008; Swick, 2008).

De acordo com o modelo de Secunda (1992) podem encontrar-se 6 estilos dominantes na forma como as filhas percebem os seus pais: (1) Bons pais – que se caracterizam como pais interessados e afectivos; (2) Pais “*Apaixonados*” – que se caracterizam por pais muito envolvidos na vidas das suas filhas; (3) Pais Distantes – que se caracterizam por comportamentos passivos e baixos nível de comunicação; (4) Pais Sedutores - pais sexualmente agressivos; (5) Pais exigentes – que se definem por comportamentos do tipo intimidatório, imposição de regras rígidas e, por vezes, violência (citado por Carranza, Kilmann, & Vendemia, 2009).

Carranza e Kilmann (2000) consideram que relação positivas e de segurança entre pais-filhos estão associadas a maiores níveis de auto-estima na criança, e estão positivamente correlacionadas com percepções positivas por parte da criança acerca dos seus pais. Em contraste, a percepção de características negativas por parte dos filhos em relação aos pais, está associada ao pouco envolvimento afectivo parental e poucos de níveis de segurança na relação pais-filhos.

Por outro lado, a literatura tem incidido com maior regularidade no estudo do sentimento competência parental, pelo que a teoria indica que esta se encontra positivamente associado a percepções positivas sobre a parentalidade por parte dos pais e a

um desenvolvimento harmonioso da criança. Neste sentido, quando os pais se sentem confiantes na sua capacidade para desenvolverem a sua função parental utilizam práticas educativas parentais mais eficientes e ajustadas (Gilmore & Cuskelly, 2008).

Hann, Prinzie e Dekovic (2009) demonstraram que o sentimento da competência parental é um mecanismo psicológico que explica o porquê da personalidade ser tão importante na parentalidade. Os autores descobriram que a Extroversão e a Amabilidade predis põem os pais a um maior sentimento de competência, o que por sua vez está relacionado “com elevados níveis de afecto e menor níveis de impulsividade” (p.1703). Por outro lado, pais com um baixo sentimento de competência, que sentem que não podem mudar o comportamento dos seus filhos, tem tendência para evitar o uso de regras para regular o seu comportamento dos seus filhos, incorrendo no uso de medidas impulsivas como gritar ou bater para disciplinarem as crianças (Hann et al., 2009).

O sentimento de competência parental encontra-se também relacionado com o sentimento de auto-eficácia parental (Coleman & Karraker, 2003; citado por Hann et al., 2009). Neste sentido, os resultados demonstram que mães que têm experiência com crianças ou que se preparam para ter o segundo filho revelam uma maior percepção de auto-eficácia devido a essa experiência, do que mães que não têm qualquer tipo de prática com crianças (Froman & Owen, 1990). Do mesmo modo, a percepção social que outros fazem da competência parental tem impacto na percepção de competências por parte dos pais. Assim, pais que são percebidos por outros como competentes em relação às suas práticas apresentam uma maior percepção de auto-eficácia em relação a si próprios. No entanto, este factor depende da qualidade da relação entre o casal e da qualidade do suporte social que lhe é dado (Reece, 1993; Reece & Harkless, 1998). Foram também analisadas diferenças quando se compararam os sentimentos de auto-eficácia parental entre pais e mães. Assim, as mães tendem a assumir uma importância quanto a esta matéria e a recorrer a critérios mais rigorosos na sua auto-avaliação. Por sua vez, os pais tendem a desvalorizar a análise deste sentimento.

As próprias características das crianças têm impacto nos sentimentos dos pais e na sua percepção de eficácia no que diz respeito à parentalidade. O estudo de Halpern & McLean (1997) demonstrou que mães que percebem as suas crianças como mais problemáticas, apresentam menores níveis de auto-eficácia. O mesmo acontece com os pais: quanto maior for a percepção que os pais têm dos problemas de comportamento dos seus filhos, maior é o seu sentimento de incompetência (Johnston & March, 1989; citado por Halpern & McLean, 1997). Por conseguinte, pode-se concluir que o temperamento das

crianças pode agir como reforço na percepção que os pais têm das suas competências e nas próprias crenças que eles têm relação a si mesmos (Halpern & McLean, 1997).

2.7 Práticas Educativas Parentais em Famílias Adotivas e Famílias Não-adotivas

Os estudos de natureza comparativa entre famílias adotivas e não-adotivas reivindicam mais uma vez, a falta de documentação teórica que existe sobre as práticas educativas parentais em famílias adotivas (Muñoz, Rebollo, Fernández-Molina, & Morán, 2007; Rosnati, Montiroso, & Barni, 2008; Rueter, Keyes, Iacono & McGue, 2009).

Com efeito, a análise das práticas educativas parentais demonstrou que nas famílias, o apoio familiar, os níveis positivos de comunicação e o controlo indutivo dos comportamentos dos filhos facilitam o desenvolvimento psicológico e está inversamente associado com problemas de comportamento nas crianças (Chamberlain et al., 1995; Ateah, 2003).

Paralelamente, alguns estudos que investigaram o funcionamento familiar em famílias adotivas apresentam resultados que indicam um bom clima familiar e relações positivas entre pais e filhos (Muñoz et al., 2007). Todavia, estes resultados não são consensuais na literatura.

O estudo de Rueter, Keyes, Iacono e McGue (2009) com adolescentes encontrou resultados mais problemáticos quando compararam a interação familiar entre famílias adotivas e não-adotivas. No seu estudo os autores pretendiam comparar níveis de afecto, comunicação apoiada, controlo parental e conflito na relação pais-filhos, utilizando como instrumento um questionário e escalas de observação. Efectivamente, os autores encontram evidências de menores níveis de afecto e de comunicação apoiada em famílias adotivas em comparação com famílias não-adotivas, bem como maiores níveis de conflito na relação pais-filhos. O mesmo acontece para o controlo parental. Mães não-adotivas referem maiores níveis de controlo parental que mães não-adotivas e, através da observação, foram, igualmente, registadas maiores níveis de controlo parental por parte dos pais não-adotivos (género masculino), que por parte dos pais adotivos. Segundo Rueter e seus colaboradores (2009) estes resultados podem ser explicados, por um lado, pelo tipo de metodologia usada na investigação e, por outro, pela própria personalidade dos adolescentes. Assim, nos domínios em que não foram encontradas diferenças entre as práticas parentais em pais adotivos e não-adotivos – afecto, comunicação apoiada e conflito pais-filhos – as diferenças encontradas podem dever-se à própria personalidade do adolescente. O que sugere que os adolescentes adoptados tendem a ser menos afectuosos e mais conflituosos que os adolescentes não-adoptados. Neste sentido, o temperamento e as

características da personalidade têm efeito na interação familiar, factor que se pode dever à pré-disposição que existe nas crianças adoptadas para desenvolverem mais problemas de comportamento e terem um temperamento mais agressivo (Brodzinsky, Lang, Smith, 1995).

Na mesma linha de investigação Rueter e Koerner (2008) avaliaram os padrões de comunicação entre famílias adoptivas e não adoptivas e mostraram que o *status* da adopção e os padrões de comunicação familiar estão relacionados e permitem uma melhor compreensão da adaptação social dos adolescentes. Assim, famílias adoptivas, tendencialmente permissivas que se conformam com determinados padrões comportamentais e que não utilizam estratégias de comunicação para orientar os seus filhos, tendem a amplificar o risco da má adaptação social dos adolescentes adoptados. Por outro lado, as famílias adoptivas com elevados padrões de comunicação orientada tendem a reduzir o risco da má adaptação dos adolescentes, sendo que estes riscos tendem a ser cada vez menores se forem utilizadas estratégias de controlo do comportamento por parte dos pais.

Com efeito, nas famílias adoptivas a boa relação entre pais e filho assume-se como uma condição fundamental para o desenvolvimento ajustado da criança adoptada. Neste sentido, as investigações que analisam as práticas parentais de afecto, comunicação e interacção pais-criança permitem, também, compreender esse mesmo desenvolvimento. Segundo Brodzinsky (2006) uma relação de carinho e confiança familiar nas famílias adoptivas facilita a tarefa parental de revelação sobre a adopção, e permite que a criança se sinta menos culpada e mais à vontade para perguntar coisas sobre o seu passado. Deste modo, resultados como os encontrados por Muñoz e seus colaboradores (2007) apresentam-se como condições importantes para a adaptação social da criança adoptada, bem como para o exercício da parentalidade adoptiva.

Efectivamente o estudo de Muñoz et al. (2007) com adolescentes adoptados e não-adoptados (11-17 anos) e respectivos pais verificou que as famílias adoptivas são percebidas tanto do ponto de vista dos pais e das mães, como dos adolescentes adoptados como mais afectivas, comunicativas e indutivas e como menos críticas e indulgentes. Neste sentido, os pais adoptivos são mais afectuosos com os seus filhos, tem práticas disciplinares mais indutivas e tem padrões de comunicação mais positivos para com os seus filhos que os pais não-adoptivos. Estes resultados podem ser explicados pelas características da amostra que foi utilizada neste estudo. Os adolescentes, objecto de investigação, foram adoptados depois dos 6 anos de idade e passaram no mínimo um ano e meio com a sua família adoptiva. Neste sentido, o pouco afecto que receberam das suas

famílias biológicas, pode influenciar a forma como percebem o afecto dado pelos pais adotivos, valorizando de uma forma mais positiva o investimento emocional e relacional da mesma. Do mesmo modo, o processo de idoneidade que os pais têm de realizar para concretizarem a adopção reúne mais garantias de competência, que nas famílias em geral, para realizar competentemente as tarefas parentais, mostrando uma maior medida de afecto que os pais e mães biológicos. Para além de que, a própria motivação e processo moroso e normalmente doloroso por que passam estas famílias antes da adopção, acabam por resultar num maior investimento dos pais adotivos na educação dos seus filhos. No entanto, é importante valorizar este tipo de práticas educativas parentais positivas, na medida em que estes padrões combinam de uma forma indutiva com o estilo parental democrático, o qual contribui para um melhor desenvolvimento das crianças (Muñoz et al., 2007).

Se os estudos sobre as famílias adoptivas se encontram com menor frequência na literatura, os estudos das crianças adoptadas, por sua vez, são mais referenciados quando se pesquisa sobre a adopção. O estudo longitudinal de Palácios e Sánchez-Sandoval (2005) comparou crianças adoptadas, com crianças não-adoptadas e, com crianças institucionalizadas. Os seus resultados apontaram para um desenvolvimento mais deficitário nas crianças institucionalizadas em comparação com as crianças adoptadas e não-adoptadas. Neste sentido, os autores verificaram padrões semelhantes entre as crianças adoptadas e não-adoptadas quanto ao uso de estratégias de resolução de problemas, auto-estima e satisfação pessoal com a vida. Assim, concluíram que as crianças adoptadas que participaram no seu estudo estão bem integradas nas suas famílias e na escola, mostrando uma boa adaptação psicológica, não se verificando nenhuma diferença notória ao nível do funcionamento psicológico em comparação com as crianças não-adoptadas. Estes resultados são ainda mais verosímeis se as crianças adoptadas estiverem nas famílias adoptivas desde o seu nascimento ou se tiverem sido adoptadas até a um ano de idade. Por outro lado, as crianças institucionalizadas apresentam níveis mais baixos de auto-estima e de satisfação pessoal com a vida e tendem a usar estratégias negativas de resolução de problemas, como o evitamento (Palácios et al., 2005).

Adicionalmente, os autores estudaram ainda a percepção que as famílias adoptivas têm em relação às suas diferenças e semelhanças com as famílias não-adoptivas. De acordo, com Kirk (1964) os pais adoptivos tem tendência a negar ou a minimizar as diferenças que existem entre estes tipos de família, o que pode comprometer o desenvolvimento do ciclo de vida das famílias adoptivas (citado por Palácios et al., 2005). Todavia, Brodzinsky e seus colaboradores (1998) verificaram que a percepção que os pais

têm sobre essas diferenças varia consoante o desenvolvimento da família. Assim, se num período do ciclo de vida da família adotiva os pais tendem a minimizar essas diferenças, noutros tendem a reconhecê-las e a aceitá-las (citado por Palácios et al., 2005). Contudo, o que se torna verdadeiramente importante é que ao longo do desenvolvimento, a família construa defesas contra ao seu *status* de família adotiva, na medida em que estas defesas irão funcionar como suporte nos momentos em que têm de enfrentar situações próprias de uma família adotiva, como por exemplo, o contar e falar com a criança sobre a adoção. Assim, apesar de essas diferenças terem sido reconhecidas pelos pais adotivos, estes manifestaram também uma constante atenção em não fazer da adoção um problema na vida familiar. Ainda assim, as maiores diferenças foram registadas em famílias que adoptaram as suas crianças em idades mais avançadas, sendo que essas diferenças tendem a diminuir com o fortalecimento da relação entre pais-filhos (Palácios et al., 2005).

Na comparação que fizeram entre o stress na parentalidade adotiva e o stress na parentalidade não-adotiva, os autores não encontraram diferenças significativas entre os pais biológicos e os pais adotivos quando as crianças são adoptadas em idades precoces. Não obstante, existem circunstâncias da vida das famílias adoptivas que torna os pais adotivos mais ansiosos que os pais não-adotivos, principalmente se a criança for adoptada em idades tardias (Palácios et al., 2005).

Os autores concluíram que não existem diferenças verdadeiramente significativas entre crianças adoptadas e crianças não-adoptadas, nem entre famílias adoptivas e não-adoptivas quanto aos domínios analisados. Estes referem que quando a criança é adoptada precocemente e não passa muito tempo por um regime de institucionalização, as famílias adoptivas apresentam, inclusive, padrões de relação mais positivos e democráticos com os seus filhos, em comparação com as famílias não-adoptivas.

Quanto às diferenças entre crianças adoptadas e não-adoptadas foram encontrados resultados semelhantes por Rosnati, Montiroso e Barni (2008) na avaliação que fizeram à adaptação psicossocial de crianças em idade escolar e, na qual não obtiveram diferenças significativas entre os relatos dos pais adotivos e dos pais não-adotivos quanto ao desenvolvimento dos seus filhos. Os autores observaram, também, que o género e a idade não influenciam a comparação entre crianças adoptivas e não-adoptivas, na medida em que ambos os pais adotivos e não-adotivos atribuem *scores* mais elevados de agressividade aos rapazes do que às raparigas. Todavia, encontraram diferenças na coesão parental quanto ao reconhecimento do desenvolvimento do seu filho nas famílias adoptivas em comparação com as famílias não-adoptivas. Assim, os casais com crianças adoptadas mostram percepções mais semelhantes no desenvolvimento dos filhos, bem como um

maior emparelhamento na classificação dos problemas dos mesmos, do que os casais com filhos biológicos (Rosnati et al., 2008). Pode-se então concluir, que nas famílias adoptivas existe um maior envolvimento por parte das duas figuras parentais no acompanhamento do desenvolvimento da criança, factor que parece contrastar com o maior investimento da mãe nas famílias não-adoptivas (Rosnati et al., 2008; Prinzie et al., 2007).

Porém, nem sempre os estudos concluem padrões de desenvolvimento semelhantes quando comparam crianças adoptadas e não-adoptadas, muito pelo contrário. A maioria das hipóteses colocadas pelos investigadores quando pretendem comparar este tipo de população tende sempre a colocar maiores problemas de desenvolvimento nas crianças adoptadas do que nas crianças não-adoptadas. Este facto, deve-se à grande maioria de estudos que evidenciam os problemas de comportamento e adaptação social das crianças adoptadas (e.g. Hower, 1997; Lanz, Iafrate, Rosnati, Scabini, 1999). Esta associação é legítima em alguns casos, na medida em que as crianças adoptadas chegam às famílias adoptivas com histórias passadas que envolvem negligência e muitas vezes maus-tratos. Contudo, também existe por parte dos profissionais uma grande tendência em atribuir diagnósticos problemáticos, apenas pelo *status* com que adopção é socialmente conotada (Brodzinsky et al., 1995).

Em suma, os estudos apresentam resultados dissonantes quando à comparação entre famílias adoptivas e famílias não-adoptivas. Se por um lado, alguns encontraram diferenças em relação à interacção familiar, verificando padrões menos positivos nas famílias adoptivas (Rueter et al., 2009; Rueter & Koerner, 2008), por outro lado, outros falam de padrões comunicacionais e apoio afectivo mais positivos nas famílias adoptivas que nas famílias não-adoptivas (Muñoz et al., 2007; Palácios et al., 2005). O mesmo fenómeno aparece acontecer na comparação entre crianças adoptadas e não-adoptadas.

III. PROBLEMÁTICA

3.1 Pertinência

De acordo com Salvaterra e Veríssimo (2008), a adopção é um processo que deve ter em conta tanto as necessidades das crianças como as das famílias. Todavia, os estudos realizados na área da adopção incidem normalmente sobre as crianças adoptadas, havendo pouca informação sistematizada sobre as famílias adoptivas (Ferreira, Pires, & Salvaterra, 2004).

Palácios e Brodzinsky (2005) consideram, igualmente, que a investigação na adopção deve também incidir no estudo das famílias adoptivas a fim de se conhecer as suas necessidades e carências mais prementes. Segundo os autores, a família adoptiva ao longo do seu desenvolvimento, carece de um acompanhamento especial pelos serviços competentes. Como tal, os estudos das famílias adoptivas constituem instrumentos importantes de intervenção, análise e compreensão.

No estudo de Palácios e Sánchez-Sandoval (2005) que comparam crianças adoptadas com crianças não-adoptadas, os autores referem que o tipo de informação obtida é bastante pertinente, tanto para as famílias adoptivas como para as crianças adoptadas, e auxilia ainda os profissionais que trabalham com este tipo de população. Neste sentido, considera-se que a comparação entre famílias adoptivas e não-adoptivas será igualmente útil, e apresentará informação pertinente, para a adaptação da criança adoptada, e para os técnicos que trabalham na adopção.

3.2 Objectivo e Problema

Este estudo tem como objectivo principal avaliar se existem diferenças entre as Práticas Educativas Parentais em famílias adoptivas quando comparadas com famílias biológicas nas dimensões analisadas.

Ao encontro do nosso objectivo foi colocado o seguinte problema: Será que existem diferentes práticas educativas parentais em famílias adoptivas e não-adoptivas, no que se refere à Autonomia Apoiada, Estrutura, Afecto e Percepção da Família?

Os estudos que analisaram semelhante comparação apresentam resultados dissonantes. Rueter e seus colaboradores (2009) encontram menores níveis de afecto, comunicação apoiada, controlo parental, bem como maiores níveis de conflito entre pais-filhos em famílias adoptivas quando comparadas com famílias não-adoptivas. Por outro

lado, Muñoz et al. (2007) registaram maiores níveis de afecto, comunicação e indução nas famílias adoptivas do que nas famílias não-adoptivas.

De acordo com a investigação de Palácio e Sánchez-Sandoval (2005) as crianças adoptadas não apresentam diferenças significativas em relação às crianças não-adoptadas quanto à sua auto-estima, satisfação pessoal e estratégias de resolução de problemas. Assim, os autores concluem que as crianças adoptadas estão bem integradas nas suas famílias e na escola, demonstrando uma boa adaptação psicológica, pelo que não se verificou nenhuma diferença notória ao nível do funcionamento psicológico em comparação com as crianças não-adoptadas.

Dada a disparidade de resultados apresentados e as diversas explicações dadas pelos estudos, esta investigação não tomará nenhuma posição quanto aos resultados esperados na comparação entre as práticas educativas parentais em famílias adoptivas e não-adoptivas.

IV. MÉTODO

Neste capítulo pretende-se caracterizar os participantes que fizeram parte deste estudo, bem como identificar e explicitar os instrumentos e os procedimentos que foram utilizados de modo a concretizar o objectivo formulado.

O presente estudo insere-se no âmbito de uma metodologia do tipo qualitativa. A investigação de natureza qualitativa reconhece que as pessoas interagem em função dos significados que atribuem as coisas, às outras pessoas e às suas próprias condições e contextos, sendo estes significados elaborados na interacção e interpretação que o sujeito faz do mundo (Almeida & Freire, 2007). Assim, procedeu-se à construção de uma entrevista semi-estruturada, que foi aplicada a 16 famílias adoptivas e a 16 famílias não-adoptivas, utilizando o método de triangulação (pai-mãe-criança) característico dos estudos de natureza qualitativa.

4.1 Participantes

4.1.1 *Famílias Adoptivas*

No grupo das famílias adoptivas, os pais tinham idades compreendidas entre os 36 e os 47, verificando-se uma média de 39 de idade. As mães tinham em média 38 anos, sendo que a mais nova tinha 35 e a mais velha 41 anos.

Na grande maioria das famílias adoptivas, o agregado familiar era composto por pai, mãe e filho (75%), sendo que as restantes famílias (25 %) eram constituídas por pai, mãe e dois filhos. 75% das crianças entrevistadas eram filhos únicos do casal, e 18,75% eram o 2º filho; apenas numa família, a criança entrevistada era o primeiro filho do casal (6,25%).

Quanto às habilitações literárias destes pais, 31,25% completaram o 9º ano de escolaridade, sendo a mesma percentagem encontrada para os que completaram o 12º ano. Em 37,5% dos casos, os pais terminaram uma licenciatura. 50 % das mães completaram o 12º ano, 31,25% terminaram uma licenciatura e apenas 18,75% ficou com 9º ano de escolaridade

Em relação à situação profissional, verificaram-se níveis homogéneos entre pais e mães em relação a esta característica. Assim, 68,75% dos pais são empregados efectivos, e 31,25% trabalham por conta própria. Por sua vez, a grande maioria das mães também é empregada e efectiva (81,25%); apenas duas referem trabalhar por conta própria (12,5%) e uma trabalha com contrato limitado (6,25%).

No que se refere aos rendimentos familiares, 31,25% das famílias adoptivas auferem mensalmente entre 1900€ e mais de 2100€, 25% recebe mensalmente entre 1200€-1700€ e 18,75% destas famílias ganham mensalmente entre 1701€- 1900€

Quanto às crianças adoptadas, as suas idades estão compreendidas entre os 7 e os 10 anos, pelo que se verificou uma média de 9 anos. Das 16 crianças que participaram no estudo, 10 eram do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Todas elas têm nacionalidade Portuguesa e frequentam o 1º ciclo do Ensino Básico.

4.1.2 *Famílias Não-adoptivas*

Nas famílias biológicas, os pais têm idades compreendidas entre os 31 e os 46, verificando-se uma média de 38 anos na nossa amostra de progenitores do sexo masculino. As mães tinham em média 37 idade, sendo que a mais nova tinha 31 anos e a mais velha 43 anos.

Na maioria destas famílias, o agregado familiar é composto por pai, mãe e dois filhos (43,75%). Em 31,25% dos casos as famílias são compostas por pai, mãe e uma criança. Com menos frequência foram registados agregados familiares compostos por pais, uma ou mais crianças e elementos da família alargada, nomeadamente avós (18,75%); apenas uma família é composta por pai, mãe e mais de dois filhos, sendo que o filho inquirido no nosso estudo é o quarto e último filho do casal. Em 37,5% dos casos, o filho ao qual foi realizado a entrevista é o segundo do casal e a mesma percentagem foi encontrada para os filhos únicos. 18,75% dos inquiridos são o primeiro filho.

No que se refere ao nível de escolaridade verificaram-se características semelhantes entre pais e mães quanto à escolaridade. Com efeito, 37,5% dos pais e mães completou o ensino secundário, 31,25% concluiu o 3º ciclo do ensino básico, sendo que se verifica a mesma percentagem nos pais que concluíram uma licenciatura. 25 % das mães concluiu os seus estudos com uma licenciatura e apenas uma não completou a escolaridade obrigatória (6,25%). Podemos assim concluir que a maioria dos pais que participaram no estudo concluiu o ensino obrigatório, sendo que o nível de escolaridade mais elevado encontrado foi a licenciatura o que representa mais de 25% da nossa amostra.

Em relação à situação profissional, 87,5% dos pais referiram ser empregados efectivos, e apenas dois trabalhar por conta própria (12,5%). Por sua vez, a maioria das mães que participaram neste estudo são também empregadas efectivas (56,25%), 18,75% trabalha por conta própria, e 25% está na situação de desempregada (desemprego de longa duração) ou trabalha sem contrato de trabalho.

No que se refere aos rendimentos familiares, 31,25% das famílias não-adoptivas auferem, mensalmente, um rendimento entre 1900€ e 2100€. A mesma percentagem foi encontrada para o intervalo de rendimentos de 1501€ a 1700€. Para além disso, 25% das famílias não-adoptivas ganham mensalmente entre 1701€- 1900€. Registou-se, apenas, em duas famílias não-adoptivas rendimentos familiares abaixo dos 800€.

Quanto às crianças não-adoptadas, estas têm idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, pelo que se verificou uma média de 8 anos. Das 16 crianças inquiridas, 10 são do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Todas elas têm nacionalidade Portuguesa e frequentam o 1º ciclo do Ensino Básico.

No Anexo A1 e A2 encontram-se informação mais detalhada relativamente à caracterização de cada família. Toda a informação apresentada relativamente à caracterização dos participantes foi recolhida através da folha de caracterização presente no Anexo B1.

4.1.3 Outras Características das Famílias Adoptivas

Com o objectivo de compreender as características das famílias adoptivas que podiam influenciar os resultados do nosso estudo, foi pedido aos pais adoptivos que respondessem a mais algumas questões de caracterização (Anexo B2).

A grande maioria das famílias adoptivas refere ter recorrido à adopção devido à impossibilidade de ter filhos (87,5%). Apenas duas das famílias adoptivas que participaram neste estudo apresentam como razão para terem adoptado, a responsabilidade social e o desejo de adoptar. Em 75 % dos casos, os agregados familiares são compostos por mãe, pai e criança, sendo os filhos destes casais filhos únicos. Uma família adoptiva tem dois filhos adoptados que são irmãos e duas das famílias têm filhos biológicos nascidas previamente à adopção.

No que se refere à idade de adopção, procurou-se ter em consideração a escolha de famílias que adoptaram as suas crianças em idades precoces. Assim, 43,75% das crianças foram adoptadas aos 2 anos de idade, 25% com 1 ano, 18,75% com 4 anos de idade e 12,5% com 3 anos de idade, pelo que os filhos adoptivos estão com as suas famílias adoptivas no mínimo há 4 anos e no máximo há 9 anos.

Quanto ao conhecimento sobre a adopção, 10 das crianças adoptadas ainda não sabem que o são (62,5%) e 6 já têm conhecimento da sua situação (37,5%).

4.2 Instrumento

Com o objectivo de avaliar as práticas educativas parentais foi realizada uma vasta revisão de literatura nesta área e analisados alguns instrumentos já construídos para o efeito. Assim, com base na recolha da informação e com recurso ao instrumento construído por Quintas (2007) foi elaborado um guião de entrevista semi-estruturada, o qual designamos de Entrevista de Práticas Educativas Parentais e que se dirigia à avaliação das práticas educativas relativas à Autonomia Apoiada, à Estrutura, ao Afecto e à Percepção da Família. A Entrevista destina-se a pais de todas as idades que tenham filhos entre os 6 e os 10 anos de idade. É composta por dois guiões, um para pais e outro para as crianças. Ambos os guiões têm a mesmas questões, divergem apenas na forma como são colocadas as perguntas, visto que houve a necessidade de tornar as questões mais acessíveis às idades das crianças (ver Anexo C1).

A entrevista semi-estruturada, foi o método de recolha de dados usado neste estudo, na medida em ele possibilita uma análise indutiva do discurso dos participantes. Da mesma forma, este instrumento permite uma relação mais envolvida, aproximando-se de um tipo de conversa naturalista, da qual se pretende retirar as ideias e reflexões do entrevistado sobre o tema (D'Andrade, 1976, citado por Denzin & Lincon, 2005). Através deste tipo de entrevista, pode-se identificar os modos, qualitativamente, diferentes com que as pessoas vêem o mundo nos seus mais diversos aspectos, conceptualizando e vivenciando as suas experiências. Neste sentido, a entrevista procura descrever a perspectiva que as pessoas têm sobre o mundo, e não o mundo como ele é (Marton, 1986; citado por Almeida & Freire, 2007).

A Entrevista de Práticas Educativas Parentais foi construída em colaboração com uma aluna do ISPA que estava a realizar a sua investigação na mesma área e que também utilizou este instrumento na sua Dissertação de Mestrado. Assim, o presente instrumento pretende analisar a participação e o comportamento dos pais na educação dos seus filhos e a forma como cada membro das famílias se percebe relativamente às suas práticas parentais. Além disso, com o recurso a entrevistas para crianças é, igualmente possível avaliar a percepção que as crianças têm sobre as práticas parentais dos seus pais.

O instrumento é composto por 31 itens, divididos por 4 dimensões, como acima referimos: Autonomia Apoiada, Estrutura, Afecto e Percepção da Família. Esta denominação vai de encontro com o modelo de Skinner, Johnson e Snyder (2005), excepto a que se refere à Percepção da Família, que foi construída a partir da dimensão Imagem da Família da entrevista de Quintas (2007).

A dimensão Autonomia Apoiada, segundo Skinner e seus colaboradores (2005) retrata as acções parentais de apoio à criança na integração e exploração do mundo, valorizando a importância que os pais dão à expressão comunicacional da criança. Esta dimensão é composta por 13 itens (da pergunta 1 à 13) que remetem tanto para conteúdos de interacção directa (e.g. Habitualmente conversa sobre que assuntos com o seu filho?) como indirecta (e.g. Sobre que assuntos costuma falar com a sua mulher sobre o seu filho?) entre pais e filhos.

A dimensão Estrutura de acordo com Skinner et al. (2005) avalia os comportamentos parentais de disciplina, numa perspectiva de compreensão do modo como as figuras parentais estruturam a acção da criança. Esta dimensão é composta por 11 itens (da pergunta 14 à 24), que retrata tanto as práticas disciplinares parentais (e.g. Quais são as regras fundamentais que o seu filho tem de cumprir?) como os castigos que são aplicados à criança (e.g. Quais os castigos que habitualmente dá ao seu filho?).

O Afecto é uma dimensão que pretende avaliar o modo como os pais expressam o seu afecto, amor e carinho pelos seus filhos (Skinner et al., 2005). Esta é composta por 3 itens (da pergunta 25 à 27 que remetem para a relação afectiva entre pais-filhos (e.g. Como demonstra o carinho que tem pelo seu filho?).

Por último, a dimensão Percepção da Família pretende avaliar o modo como cada membro da família se percepção nas suas funções parentais. É uma dimensão composta por 4 itens (da pergunta 28 à 31) que remetem tanto para a forma como cada membro se caracteriza (Como é como mãe?), como para o modo como se percebem eficazes ou não na sua função parental (O que pensa que faz bem como mãe?).

4.3 Procedimento

Com base na literatura e análises de instrumentos sobre práticas educativas parentais foi construída a Entrevista de Práticas Educativas Parentais utilizada no presente estudo. Neste sentido, após a conclusão do instrumento foi administrado um pré-teste a 2 famílias não-adoptivas e a uma adoptiva, no sentido de se perceber se as questões colocadas eram correctamente entendidas pelos participantes e se, por conseguinte, avaliavam o que era pretendido. A partir da análise das respostas dessas famílias conclui-se não haver necessidade de fazer nenhuma alteração ao instrumento, pelo que se procedeu à recolha de dados.

Contactaram-se pessoas de redes sociais próximas com a finalidade de realizar as entrevistas, por meio de uma amostragem por conveniência. Por conseguinte, a partir de

cada família foi-se trabalhando em rede de modo a completar o número de participantes pretendido (16 famílias não-adoptivas e 16 famílias adoptivas).

As entrevistas foram realizadas, na sua grande maioria, em casa das próprias famílias. Foram aplicadas em separado ao pai, mãe e criança, no mesmo espaço de tempo, de modo a não haver trocas de informação entre os membros das famílias quanto aos conteúdos da entrevista. Não se considerou necessário colocar uma ordem entre cada membro da família, sendo que estas foram aleatoriamente realizadas mediante a própria preferência e disponibilidade das famílias.

Antes do início da entrevista foi dada aos pais uma pequena explicação à cerca da natureza do próprio estudo. Foi, igualmente, pedido que respondessem o mais verdadeiramente possível às questões que lhes íamos colocando, de modo a garantir uma maior fidedignidade dos dados. Foi garantido o anonimato de todos os participantes e assegurado que nenhuma das respostas emitidas seria objecto de juízo de valor e de partilha com os restantes membros da família.

Às crianças, antes do início da entrevista, foi pedido a sua colaboração para a participação no estudo, pelo que lhes foi explicado que a examinadora era também estudante como eles, só que numa escola de crescidos (para os mais novos de 6 e 7 anos) e/ou faculdade (para os mais velho dos 7 aos 10 anos), e que estava a realizar um trabalho para o qual precisava de ajuda. Do mesmo modo, explicou-se que iriam responder a questões relativas à sua vida com os pais a que eles deveriam responder com verdade, sendo que nada do que eles dissessem iria ser contado a ninguém.

No decorrer da entrevista aos pais e crianças foi feito um esforço para os envolver na entrevista e analisar com mais detalhe cada questão. Nesses casos, foram colocadas questões como por exemplo: o que sentia nesses casos; dê-me algum exemplo; explique-me um pouco melhor como fazia nessas situações. Estas questões adicionais permitiram explorar mais as respostas dos pais e envolvê-los mais na situação. Nas crianças foi usado o mesmo tipo de procedimento, tendo sido feitas o mesmo tipo de perguntas, sempre que se verificavam comportamentos de inibição ou respostas de tipo telegráfico. Perante sinais de cansaço nas crianças, foi feito um pequeno intervalo de 1 ou 2 minutos, durante o qual se conversava sobre temas do seu interesse e, seguidamente, se retornavam as questões da entrevista.

Cada entrevista aos pais durou cerca de 20 minutos e às crianças 30 minutos, num total de 1h10m por família. As respostas foram anotadas pelo administrador no momento da própria entrevista.

No final de todas as entrevistas foi pedido aos pais que, em conjunto, preenchessem o formulário de caracterização da família e que assinassem uma folha de consentimento informado (ver Anexo D1). Nas famílias adoptivas, o administrador procedeu à recolha de informação sobre características específicas relativas à adopção. Foi, igualmente, solicitado aos pais que indicassem mais uma família que correspondesse às características do estudo para participar no mesmo.

Todas as entrevistas realizadas foram submetidas a uma análise de conteúdo, que de acordo com as orientações metodológicas definidas por Bardin (1995) “é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (p.19). No Anexo E1 e E2 encontram-se 3 exemplos de cada família relativamente às respostas dadas na entrevista.

Determinar as categorias é um processo que requer subjectividade, na medida em que tem um carácter determinadamente interpretativo implicando alguma escolha e julgamento. Todavia, as elações retiradas dessa análise não podem ser um conjunto de impressões gerais e pessoais, estas têm de ser um instrumento de leitura da realidade apresentada a partir da qual se retira o seu verdadeiro significado (Denzin & Lincoln, 2005).

Após o processo de análise de conteúdo as frequências absolutas de cada categoria foram submetidas a um teste estatístico no sentido de verificar as diferenças significativas entre os grupos de famílias estudados. Assim, a aplicação do teste qui-quadrado permitiu-nos comparar proporções, isto é, as possíveis divergências entre as frequências que foram observadas. Como é um teste não paramétrico, e não depende de parâmetros populacionais, o qui-quadrado permite-nos dizer se os grupos comparados se comportam de forma semelhante ou não, e se as diferenças entre as frequências observadas são estatísticas significativas (Conti, 2009).

4.3.1 Procedimento de análise de conteúdo

Para a análise de resultados foram elaboradas categorias de acordo com as respostas dadas pelos pais e crianças e a literatura consultada. De seguida, são apresentadas as listas de categorias elaboradas para cada pergunta. No Anexo F1 pode consultar-se as respectivas categorias com a explicação e os exemplos.

4.3.1.1 *Autonomia Apoiada*

Nas 13 perguntas da dimensão Autonomia Apoiada foram elaboradas as procedentes categorias. Assim, para a primeira pergunta, *Que brincadeiras faz com o seu filho? / Que Brincadeiras o teu pai/mãe fazem contigo?* foram elaboradas as seguintes categorias: **1) Actividades Desportivas; 2) Jogos electrónicos; 3) Jogos de tabuleiro; 4) Brincadeira livre, 5) Leitura; 6) Desenho; 7) Não brinca.**

Para a segunda questão, *Quantas horas por dia está com o seu filho / Quantas horas por dia o teu pai/mãe está contigo?* foram elaboradas as seguintes categorias: **1) Menos de 3 horas; 2) Entre 3 a 4 horas; 3) Entre 5 e 6 horas; 4) Mais de 6 horas; 5) Mais tempo com a mãe; 6) Mais tempo com o pai; 7) Igual pai e mãe.**

Na terceira pergunta, *Quem é que habitualmente trata da higiene do seu filho? / Quem é que habitualmente trata da tua higiene?* foram constituídas as seguintes categorias: **1) Mãe; 2) Pai; 3) Mãe e Pai; 4) Sozinho; 5) Avós.**

Para a quarta questão, *Quem é que habitualmente trata da alimentação em sua casa? / Quem é que habitualmente trata da alimentação em tua casa?* questão foram elaboradas as seguintes categorias: **1) Mãe; 2) Pai; 3) Mãe e Pai; 4) Avós.**

Na quinta pergunta, *Quem é que ajuda o seu filho nos trabalhos de casa? / Quem é que te ajuda nos trabalhos de casa?* foram constituídas as seguintes categorias: **1) Mãe; 2) Pai; 3) Mãe e Pai; 4) ATL; 5) Sozinho.**

Para a sexta questão, *Quem é que leva o seu filho à escola? / Quem é que te leva à escola?* foram elaboradas as seguintes categorias: **1) Mãe; 2) Pai; 3) Mãe e Pai; 4) Transporte Escolar; 5) Sozinho.**

Na sétima pergunta, *Quem é que vai buscar o seu filho à escola? / Quem é que te vai buscar à escola?* foram elaboradas as seguintes categorias: **1) Mãe; 2) Pai; 3) Mãe e Pai; 4) Transporte Escolar; 5) Sozinho; 6) Avós.**

Para a oitava questão, *Quem é que vai à escola quando os professores pedem?* foram constituídas as seguintes categorias: **1) Mãe; 2) Pai; 3) Mãe e Pai; 4) Mãe ou Pai.**

Na nona questão, *Habitualmente conversa sobre que assuntos com o seu filho? / O teu pai/mãe costumam conversar contigo sobre que assuntos?* foram elaboradas as seguintes categorias: **1) Escola; 2) Família; 3) Quotidiano; 4) Amigos; 5) Actividades de Lazer.**

Para a décima pergunta, *O que faz quando percebe que errou ou foi injusto(a) com o seu filho? / O que é que o teu pai/mãe faz quando percebe que errou ou foi injusto contigo?* foram constituídas as seguintes categorias e subcategorias: **1) Explicação; 2) Nunca Errou; 3) Pede Desculpa; 4) Nada.**

Na décima primeira questão, *Quando toma uma decisão que o seu filho não gosta costuma conversar com ele? / Quando o teu pai/mãe toma uma decisão que tu não gostas ele costuma falar contigo sobre isso?* foram elaboradas as seguintes categorias: **1) Sim; 2) Não.**

Para a décima segunda pergunta, *Sobre que assuntos costuma falar com a sua mulher/ o seu marido sobre o seu filho? / Sobre que assuntos os teus pais costumam falar sobre ti?* foram constituídas as seguintes categorias: **1) Quotidiano; 2) Escola; 3) Saúde; 4) Comportamento; 5) Adopção; 6) Família; 7) Não Sabe.**

Na décima terceira questão, *O que costumam fazer juntos mãe, pai e filho? / O que é que tu, o teu pai e a tua mãe costumam fazer juntos?* foram elaboradas as seguintes categorias: **1) Brincadeiras; 2) Actividade de lazer; 3) Rotinas.**

4.3.1.2 Estrutura

Nas 11 perguntas da dimensão Estrutura foram elaboradas categorias. Assim, para a décima quarta pergunta, *Quais são as regras fundamentais que o seu filho tem que cumprir? / Quais são as regras fundamentais que o teu pai/mãe diz que tens que cumprir?* foram constituídas as seguintes categorias e subcategorias: **1) Educação; 1.1) Respeito, 1.2) Obediência, 1.3) Amizade, 1.4) Sinceridade, 1.5) Responsabilidade; 2) Comportamento; 3) Rotinas.**

Na décima quinta questão, *O que é que faz para verificar se o seu filho cumpriu ou não essas regras? / O que é que o teu pai/mãe faz para verificar se tu cumpres ou não essas regras?* foram elaboradas as seguintes categorias: **1) Monitorização; 2) Controlo; 3) Nada.**

Para a décima sexta pergunta, *O que faz quando o seu filho se porta mal? / O que é que o teu pai faz quando te portas mal?* questão foram constituídas as seguintes categorias: **1) Castigo; 2) Punição verbal; 3) Punição física; 4) Diálogo; 5) Nada.**

Na décima sétima questão, *O que é que faz quando o seu filho se porta bem? / O que é que o teu pai/mãe fazem quando te portas bem?* foram elaboradas as seguintes categorias: **1) Elogio; 2) Afecto; 3) Recompensa material; 4) Recompensa/actividade; 5) Nada.**

Para a décima oitava pergunta, *O que faz quando o seu filho se recusa a fazer aquilo que lhe pediu? / O que é que o teu pai/mãe faz quando te recusas a fazer aquilo que ele te pediu?* foram constituídas as seguintes categorias: **1) Diálogo; 2) Insistência verbal; 3) Punição verbal; 4) Nunca se recusa; 5) Castigo; 6) Punição física.**

Na décima nona questão, *Como reage o seu filho quando o proíbe de fazer alguma coisa? / Como reages quando o teu pai proíbe de fazer alguma coisa?* foram elaboradas

as seguintes categorias: **1) Zangado/irritado** **2) Chora;** **3) Insistência Verbal;** **4) Triste;** **5) Aceita.**

Para a vigésima questão, *Em que situações costuma castigar o seu filho? / Em que situação o teu pai/mãe te costuma castigar?* foram constituídas as seguintes categorias: **1) Mau comportamento;** **2) Má Educação;** **3) Mau desempenho escolar;** **4) Não castiga;**

Na vigésima primeira pergunta, *Quais os castigos que habitualmente dá ao seu filho? / Quais são os castigos que habitualmente o teu pai/mãe te dá?* foram elaboradas as seguintes categorias: **1) Restrição jogos electrónicos;** **2) Não ver TV;** **3) Ficar no quarto;** **4) Restrição de uma actividade de lazer;** **5) Não brincar;** **6) Trabalhos escolares;** **7) Não castiga.**

Para a vigésima segunda questão, *Costuma explicar ao seu filho a razão porque o castigou? / O teu pai/mãe costuma explicar-te porque razão te castigou?* foram constituídas as seguintes categorias: **1) Sim;** **2) Não;** **3) Implícito;** **4) Não castigam.**

Na vigésima terceira pergunta, *Em que situações bate ao seu filho?/Em que situações o teu pai/mãe te bate?* foram elaboradas as seguintes categorias: **1) Nunca bateram;** **2) Raramente batem;** **3) Situações extremas;** **4) Assumir o controlo;** **5) Mau comportamento;** **6) Birras.**

Para a vigésima quarta questão, *Concorda com a sua mulher/ o seu marido sobre os castigos a dar ao seu filho? / Os teus pais concordam um com o outro nos castigos que te dão?* foram constituídas as seguintes categorias: **Sim;** **2) Não;** **3) Às vezes;** **4) Não castigam.**

4.3.1.3 Afecto

Nas 3 perguntas da dimensão Afecto foram elaboradas categorias. Assim, para a **vigésima quinta** pergunta *Como demonstra o carinho que tem pelo seu filho? / Como é que o teu pai/mãe demonstra o carinho que tem por ti?* foram constituídas as seguintes categorias: **1) Afecto Físico;** **2) Afecto Verbal;** **3) Brincadeiras;** **4) Recompensa Material;** **5) Não demonstra;** **6) Cedência.**

Na vigésima sexta pergunta, *Em que situações elogia o seu filho? / Em que situação é que o teu pai/mãe te elogia?* foram elaboradas as seguintes categorias: **1) Escola;** **2) Bom comportamento;** **3) Ajuda nas tarefas domésticas;** **4) Actividades lúdicas;** **5) Afectividade;** **6) Não elogia.**

Para a vigésima sétima questão, *Costuma dizer ao seu filho que gosta dele? Como é que lhe diz isso? O teu pai/mãe costuma dizer-te que gosta de ti? Como é que ele/a te diz*

isso? foram constituídas as seguintes categorias e sub-categorias: **1) Sim; 1.1) Afecto verbal; 1.2) Afecto físico; 1.3) Brincar; 2) Não.**

4.3.1.4 *Percepção da família*

Nas 4 perguntas da dimensão Percepção da Família foram elaboradas categorias. Assim, para a vigésima oitava pergunta, *Como é como pai/mãe? / Como é o teu pai/ mãe para ti?* foram constituídas as seguintes categorias e sub-categorias: **1) Bons Pais; 2) Pais Ausente; 3) Pais Exigentes; 4) Pais Permissivo.**

Na vigésima nona pergunta, *Como é o seu filho? / Como é que tu és como filho?* foram elaboradas as seguintes categorias: **1) Características Comportamentais; 2) Características Cognitivas; 3) Características Afectivas; 4) Características de Personalidade; 5) Características Físicas.**

Para a trigésima pergunta, *O que pensa que faz bem como pai/mãe? / O que é que achas que o teu pai faz bem enquanto pai/mãe?* foram constituídas as seguintes categorias: **1) Afecto; 2) Rotinas / Cuidados diários; 3) Educação 4) Presentes; 5) Brincadeiras; 6) Tarefas domésticas; 7) O melhor de si; 8) Tudo; 9) Apoio Económico; 10) Tarefas Escolares/Escola; 11) Não sei; 12) Presença.**

Na trigésima primeira questão, *O que melhoraria como pai/mãe? / Em que é que tu achas que o teu pai/mãe podiam melhorar?* foram elaboradas as seguintes categorias: **1) Presença; 2) Paciência/ Compreensão 3) Rigidez; 4) Flexibilidade; 5) Afectividade; 6) Não sabe; 7) Nada; 8) Mais brincadeiras.**

V. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo irão ser analisados os dados resultantes da aplicação do questionário. Estes dados serão organizados segundo as dimensões analisadas (Autonomia Apoiada, Estrutura, Afecto e Percepção da Família). Assim, de acordo com as categorias será apresentada uma análise descritiva dos resultados e verificar-se-á se existe ou não uma diferença significativa entre as famílias adoptivas e não-adoptivas. Deste modo, a informação apresentada encontra-se organizada do seguinte modo: em primeiro lugar, são apresentadas as frequências absolutas (FA) e percentagens (%) dos Pais Adoptivos (mãe adoptivas (MA) e pai adoptivo (PA)) e Pais Não-Adoptivos/Biológicos (mãe não-adoptiva/biológica (MNA) e pai não-adoptivos/biológico (PNA)) e na última coluna das tabelas encontram-se registadas as diferenças estatisticamente significativas verificadas na comparação entre pais e mães adoptivos e pais não-adoptivos. O mesmo sistema foi utilizado para a apresentação dos resultados encontrados nas crianças. Assim, foi feita uma comparação entre crianças adoptadas (CA) e crianças não-adoptadas (CNA) verificando-se as frequências absolutas e relativas para cada categoria e analisando-se as diferenças, estatisticamente significativas, encontradas.

É de salientar que quando as percentagens se referem às percepções dos pais, a sua soma é de 100, já que são relativas ao número de sujeitos inquiridos; sempre que estes inquiridos podiam dar várias respostas, em simultâneo, a percentagem total é superior a 100, dado referirem-se às diversas unidades de sentido categorizadas.

De modo a facilitar a leitura dos resultados foram utilizadas algumas siglas como as explicitadas precedentemente. Quando forem referidos resultados encontrados em mãe e pai utilizar-se-á a terminologia Pais Adoptivos ou Não-Adoptivos/Biológicos para explicitar esses mesmos resultados. Os termos pais não-adoptivos e pais biológicos são referidos ao longo da apresentação dos resultados com o mesmo significado.

5.1 Autonomia Apoiada

Seguidamente serão apresentados os resultados encontrados na dimensão Autonomia Apoiada analisada nas questões de 1 a 13 da entrevista. Apenas se apresentam detalhadamente as categorias em que se registaram diferenças significativas, pelo que no Anexo G1 se encontram as tabelas para as questões onde não se verificaram diferenças significativas entre os quatro grupos inquiridos.

Relativamente à questão 1 (Que brincadeiras faz com o seu filho?/Que brincadeiras o teu pai/mãe faz contigo?) não se registaram diferenças significativas nos resultados obtidos (entre Pais Adoptivos e não-adoptivos e entre crianças adoptadas e crianças não-

adoptadas). No entanto, verificou-se que a utilização de jogos electrónicos é a resposta mais frequentemente referida tanto pelos Pais como pelas crianças como se pode observar no Anexo G1.

Tabela 1 – *Frequências de respostas dos pais adoptivos e não-adoptivos à pergunta 2: Quantas horas está com o seu filho?*

Categorias	Pais Adoptivos				Pais Não-Adoptivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Menos 3 horas					5	31,25%			Sim	
Entre 3-4 horas	9	56,25%	8	50,00%	9	56,25%	7	43,75%	Não	Não
Entre 5-6 horas	7	43,75%	8	50,00%	2	12,50%	8	50,00%	Sim	Não
Mais de 6 horas							1	6,25%		Não

A partir da Tabela 1 e relativamente à questão 2 (Quantas horas está com o seu filho?) nos Pais Adoptivos as respostas dos pais e das mães estão quase equitativamente distribuídas entre os 3-4 e os 5-6 horas em que os pais estão com os filhos. As mães apresentam um padrão semelhante quer sejam biológicas ou adoptivas, sendo que ambos os pais considerados referem com mais frequência que passam entre 3-4 horas com os seus filhos (PNA e PA – 56,25%). Os resultados apontam, nos Pais Não-Adoptivos, para que 6,3% passa mais de 6 horas com os filhos e 31,25% passa menos de 3 horas com os filhos.

Ao nível estatístico, para esta questão, encontramos diferenças significativas entre os resultados obtidos nos grupos pais biológicos e pais adoptivos nas categorias MENOS 3H - $\chi^2 (1, N= 16) = 5,926, p = 0,015$. Na segunda categoria os pais adoptivos quando comparados com os pais não-adoptivos referem com maior frequência estar com os filhos ENTRE 5-6 HORAS - $\chi^2 (1, N= 16) = 3,865, p = 0,049$ horas χ^2 com os seus filhos.

Tabela 2 – *Frequências de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 2: Quantas horas por dia o teu pai/ a tua mãe está contigo?*

Categorias	Crianças adoptadas		Crianças não-adoptadas		Diferenças Significativas
	FA	%	FA	%	
Mais tempo com a mãe	9	56,25%	14	87,50%	Sim
Mais tempo com o pai	5	31,25%	2	12,50%	Não
Igual pai e mãe	2	12,50%			Não

Face à mesma questão (Quantas horas por dia o teu pai/ a tua mãe está contigo) tanto as crianças adoptadas como as crianças não-adoptadas referem com maior frequência (CA – 56,25% e CNA – 87,5%) que passam mais tempo com a mãe, apesar de estas frequências serem claramente mais elevadas nas crianças não-adoptadas que nas crianças adoptadas.

Efectivamente, a partir da análise estatística verificou-se diferenças significativas entre as crianças adoptadas e crianças não-adoptadas na categoria MAIS TEMPO COM A MÃE - $\chi^2 (1, N=16) = 3,865, p = 0,049$, pelo que as crianças não-adoptadas referem passar mais tempo com a mãe que as crianças adoptadas.

Relativamente à questão 3 (Quem é que habitualmente trata da higiene do seu filho?/ Quem é que habitualmente trata da tua higiene?) não se registaram diferenças entre os grupos analisados. No entanto, verificou-se uma maior incidência de respostas dos Pais Não-Adoptivos na categoria MÃE (PNA – 62,5% e MNA – 42,75%) em comparação com os Pais Adoptivos nos quais as respostas se encontram, de uma maneira geral, distribuídas, equitativamente, pelas categorias MÃE (PA e MA – 31,25%), MÃE E PAI (PA – 31,25% e MA – 43,75%) e SOZINHO (PA – 31,25% e MA – 25%). Na comparação feita entre o grupo de crianças foi encontrado o mesmo padrão de respostas como se pode observar no Anexo G1.

Tabela 3 – Frequência de respostas dos pais adoptivos e não-adoptivos à pergunta 4: Quem é que habitualmente trata da alimentação em sua casa?

Categorias	Pais Adoptivos				Pais Não-Adoptivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Mãe	6	37,50%	6	37,5%	13	81,25%	13	81,25%	Sim	Sim
Pai	4	25,00%	3	18,75%					Sim	Não
Mãe e Pai	6	37,50%	7	43,75%	3	18,75%	3	18,75%	Não	Não

De acordo com a Tabela 3 e face questão 4 (Quem é que habitualmente trata da alimentação em sua casa?) no grupo dos Pais Não-adoptivos, a mãe é quem trata da alimentação em casa (PNA – 81,25% e MNA – 81,25%). Por sua vez, nos Pais Adoptivos as frequências encontram-se distribuídas pelas três categorias apresentadas, sendo que se registaram com igual frequência nas mães as categorias MÃE (MA – 37,5%) e MÃE E PAI (MA – 37,5%) e uma frequência de respostas mais elevada nos pais do que nas mães (PA-37,5%; MA-43,75%,) na categoria MÃE E PAI.

Com efeito, ao nível estatístico encontraram-se diferenças significativas entre Pais Adoptivos e Pais Biológicos na categoria MÃE - $\chi^2(1, N=16) = 6,348, p = 0,012$, pelo que as mães biológicas tratam habitualmente mais vezes da alimentação que as mães adoptivas. E, ainda diferenças nos pais adoptivos e não-adoptivos quanto à categoria PAI $\chi^2(1, N=16) = 4,571, p = 0,033$, sendo que os pais adoptivos tratam com frequência da alimentação em suas casas, enquanto que os pais não-adoptivos nunca o referem.

Para a mesma questão não se registaram diferenças significativas entre os resultados dados pelos grupos de crianças adoptadas e não-adoptadas. No entanto, verificou-se uma maior referência das crianças não-adoptadas quanto ao papel da MÃE na alimentação (CNA – 56,25%); nas crianças não-adoptadas as respostas incidiram com mais frequência na categoria MÃE E PAI (CA – 43,75%) (ver Anexo G1).

Tabela 4 – Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 5: Quem é que ajuda o seu filho nos trabalhos de casa?

Categorias	Pais Adotivos				Pais Não-Adotivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Mãe	1	6,25%	1	6,25%	7	43,75%	7	43,75%	Sim	Sim
Pai	4	25,00%	2	12,50%	1	6,25%			Não	Não
Mãe e pai	7	43,75%	9	56,25%	5	31,25%	5	31,25%	Não	Não
ATL					2	12,50%	3	18,75%	Não	Não
Sozinho	4	25,00%	4	25,00%	1	6,25%	1	6,25%	Não	Não

Atentando à Tabela 4 e para a questão 5 (Quem é que ajuda o seu filho nos trabalhos de casa?) os Pais Adotivos referem com maior frequência (PA – 43,75% e MA – 56,25%) que MÃE E PAI ajudam os seus filhos nos trabalhos de casa. Nos Pais Biológicos, a resposta mais frequentada verifica-se na categoria MÃES (MNA – 43,75% e PNA – 43,75%). Assim sendo, encontram-se diferenças significativas nos grupos Pais Adotivos e Pais Biológicos na categoria MÃE $\chi^2(1, N=16) = 6,348, p = 0,012$, sendo que as mães biológicas referem ajudar mais os seus filhos nos trabalhos de casa do que as mães adotivas.

Tabela 5 – Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 5: Quem é que te ajuda nos trabalhos de casa?

Categorias	Crianças adoptadas		Crianças não-adoptadas		Diferenças Significativas
	FA	%	FA	%	
Mãe	1	6,25%	4	25,00%	Não
Pai	6	37,50%	1	6,25%	Sim
Mãe e pai	5	33,25%	8	80,00%	Não
Sozinho	4	25,00%	3	18,75%	Não

Face à mesma questão (Quem é que ajuda nos trabalhos de casa?) as crianças adoptadas respondem com maior frequência (CA – 37,5%) ser o PAI quem ajuda nos trabalhos de casa registando-se uma frequência semelhante (CA – 33,25%) para a categoria MÃE E PAI. As crianças não-adoptadas referem com maior frequência (CNA – 50%) serem o MÃE E PAI que ajudam nos trabalhos de casa.

Com efeito, ao nível estatístico encontraram-se diferenças significativas na categoria PAI- $\chi^2(1, N=16) = 4,571, p = 0,033$, pelo as crianças adoptadas são mais ajudadas nos trabalhos de casa pelos seus pais que as crianças não-adoptadas.

Tabela 6 – Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 6: Quem é que leva o seu filho à escola?

Categorias	Pais Adotivos				Pais Não-Adotivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Mãe	3	18,75%	3	18,75%	9	56,25%	9	56,25%	Sim	Sim
Pai	7	43,75%	6	37,50%	5	31,25%	4	25,00%	Não	Não
Mãe e pai	2	12,50%	3	18,75%			1	6,25%	Não	Não
Transporte Escolar	3	18,75%	3	18,75%	1	6,25%	1	6,25%	Não	Não
Sozinho	1	6,25%	1	6,25%	1	6,25%	1	6,25%	Não	Não

Quando questionado sobre quem é que leva o seu filho à escola, os Pais Adoptivos referem com maior frequência que os Pais Não-adoptivos, o PAI (PA- 43,75% e MA – 37,5%; PNA-31,25% e MNA-25%), enquanto a MÃE é referida com mais frequência pelos Pais Não-adoptivos (PNA – 56,25% e MNA – 56,25%; PA-18,75% e MA-18,75%).

Assim sendo, ao nível estatístico registaram-se diferenças significativas entre as Pais Adoptivos e Biológicos em relação à categoria MÃE $\chi^2 (1, N=16) = 4,800, p = 0,028$, havendo a percepção de que as mães biológicas levam, com mais frequência, os seus filhos à escola que as mães adoptivas.

Tabela 7 – Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 6: Quem é que te leva à escola?

Categorias	Crianças adoptadas		Crianças não-adoptadas		Diferenças Significativas
	FA	%	FA	%	
Mãe	3	18,75%	9	56,25%	Sim
Pai	6	37,50%	5	31,25%	Não
Mãe e pai	3	18,75%			Não
Transporte escolar	3	18,75%	1	6,25%	Não
Sozinho	1	6,25%	1	6,25%	Não

Confrontadas com a mesma questão (Quem é que te leva à escola?) e à semelhança das respostas dadas pelos pais, as crianças adoptadas referem com mais frequência (CA – 37,5%) ser o PAI quem as leva à escola e as crianças não-adoptadas ser a MÃE (CNA-56,25%).

Neste sentido, a análise estatística registou diferenças significativas entre crianças adoptadas e não-adoptadas na categoria MÃE $\chi^2 (1, N=16) = 4,8, p = 0,028$, pelo que as crianças não-adoptadas referem com maior frequência ser a mãe que as leva à escola em quando comparadas com as crianças adoptadas.

Tabela 8 – Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 7: Quem é que te vai buscar à escola?

Categorias	Crianças adoptadas		Crianças não-adoptadas		Diferenças Significativas
	FA	%	FA	%	
Mãe	4	25,00%	7	43,75%	Não
Pai	3	18,75%	6	37,50%	Não
Mãe e pai	4	25,00%			Sim
Transporte escolar	3	18,75%	1	6,25%	Não
Sozinho	1	6,25%	1	6,25%	Não
Avós	1	6,25%	2	12,50%	Não

De acordo com a Tabela 8 e, para a questão 7 (Quem é que te vai buscar à escola?) as crianças adoptadas referem com igual frequência que é a MÃE e MÃE E PAI (CA – 25%) que vão buscá-los à escola. As crianças não-adoptadas referem com mais frequência (CNA – 43,75%) ser a mãe que as vai buscar à escola.

Por conseguinte, em termos estatísticos registaram-se diferenças significativas entre os resultados obtidos nos grupos crianças adoptadas e crianças não-adoptadas quanto à

categoria MÃE E PAI - χ^2 (1, N=16) = 4,571, $p = 0,033$, sendo que as crianças adotadas referem mais vezes serem a mãe e o pai que lhe vão buscar à escola.

Para a mesma questão não se registraram diferenças entre o grupo de Pais comparados. No entanto, existe uma maior referência da categoria MÃE E PAI nos Pais Adotivos (MA e PA – 18,75%) do que nos Pais Não-Adotivos (MNA – 6,25%), apesar da resposta mais frequente nos dois grupos ser a MÃE (ver Anexo G1).

Tabela 9 – Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 8: Quem é que vai à escola quando os professores pedem?

Categorias	Pais Adotivos				Pais Não-Adotivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Mãe	4	25,00%	3	18,75%	10	62,50%	9	56,25%	Sim	Sim
Pai	1	6,25%	1	6,25%	2	12,5%	1	6,25%	Não	Não
Mãe e pai	11	68,75%	12	75,00%	3	18,75%	4	25,00%	Sim	Sim
Mãe ou pai					1	6,25%	2	12,50%	Não	Não

A partir da tabela 9 e relativamente à questão 8 (Quem é que vai à escola quando os professores pedem?) os Pais Biológicos referem com maior frequência (PNA- 62,5% e MNA – 56,25%; PA-25% e MA-18,75%) que são as mães que vão mais à escola sempre que esta solicita, sendo que nas famílias adotivas a maior incidência de respostas recai na categoria MÃE E PAI (PA-68,75% e MA – 75%).

Em termos estatístico, encontramos diferenças significativas entre pais biológicos e pais adotivos nas categorias MÃE - χ^2 (1, N= 16) = 4,571, $p = 0,033$ e MÃE E PAI - χ^2 (1, N= 16) = 8,127, $p = 0,004$, sendo que na primeira categoria os pais biológicos referem mais que são as mães que vão à escola e, na segunda categoria, os pais adotivos referem, com maior incidência do que os Pais biológicos que ambos vão à escola.

Quando comparadas as mães biológicas com as mães adotivas encontramos diferenças significativas nas mesmas categorias e no mesmo sentido do verificado com os pais (MÃE - χ^2 (1, N= 16) = 4,8, $p = 0,028$; MÃE E PAI - χ^2 (1, N=16) = 8, $p = 0,005$).

Tabela 10 – Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 8: Quem é que vai à escola quando os professores pedem?

Categorias	Crianças adotadas		Crianças não-adotadas		Diferenças Significativas
	FA	%	FA	%	
Mãe	3	18,75%	10	62,5%	Sim
Pai			1	6,25%	Não
Mãe e Pai	13	81,25%	4	25,00%	Sim
Mãe ou Pai			1	6,25%	Não

Confrontadas com a mesma questão (Quem é que vai à escola quando os professores pedem?) as crianças adotadas referem com mais frequência (CA – 81,25%) que a MÃE E PAI vão à escola quando solicitados. Por sua vez, as crianças não-adotadas

referem com mais frequência (CNA – 62,5%) ser a MÃE que vai á escola quando esta solicita.

Por conseguinte, verificaram-se diferenças significativas entre os resultados dos dois grupos de crianças nas categorias MÃE - χ^2 (1, N= 16) = 6,348, $p = 0,012$ e MÃE E PAI - χ^2 (1, N= 16) = 10,165, $p = 0,01$, pelo que as crianças não-adoptadas quando comparadas com as crianças adoptadas, referem que é a mãe que vai à escola quando esta solicita. E as crianças adoptadas referem com maior frequência que a mãe e o pai vão á escola sempre que haja solicitação para tal.

Relativamente à questão 9 (Habitualmente conversa sobre que assuntos com o seu filho?/ O teu pai/mãe costuma conversar contigo sobre que assuntos?) não se encontram diferenças significativas entre famílias adoptivas e famílias biológicas. Verifica-se uma maior incidência nos dois grupos de Pais na categoria ESCOLA quando se referem aos assuntos sobre os quais falam mais com os filhos (ver Anexo G1).

Tabela 11 – Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 10: O que é que o teu pai/mãe faz quando percebe que errou ou foi injusto contigo?

Categorias	Crianças Adoptadas				Crianças Não-Adoptadas				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Explicação	7	43,75%	6	37,50%	2	12,50%	3	18,75%	Sim	Não
Nunca errou	2	12,50%	2	12,50%	3	18,75%	2	12,50%	Não	Não
Pede Desculpa	6	37,50%	5	31,25%	8	50,00%	10	62,50%	Não	Não
Nada	3	18,75%	5	31,25%	5	31,25%	3	18,75%	Não	Não

Atentando à Tabela 11, relativa à questão 10 (O que é que o teu pai/mãe faz quando percebe que errou ou foi injusto contigo?), as crianças adoptadas referem com mais frequência (CA-P 43,75%; CA-M 37,5%) que os pais conversam com elas dando-lhes uma EXPLICAÇÃO quando percebem que erram ou foram injustos. As crianças não-adoptadas referem com mais frequência que os pais lhes PEDEM DESCULPA quando erram ou são injustos para com eles (CNA-P – 50%; CNA-M – 62,5%).

Em termos estatísticos verificam-se diferenças significativas entre as crianças adoptadas e não-adoptadas na categoria EXPLICAÇÃO - χ^2 (1, N= 16) = 3,865, $p = 0,049$ na pergunta que se dirige aos pais, pelo que as crianças adoptadas referem com mais frequência que os pais adoptivos lhes explicam porque erram ou foram injustos para com elas, do que as crianças não-adoptadas.

Para a mesma questão não se encontraram diferenças significativas entre Pais Adoptivos e Pais Não-adoptivos. Todavia, a frequência de respostas incide com maior frequência nos dois grupos de Pais analisados, no PEDE DESCULPA (PA – 75% e MA – 87,5%; PNA – 62,5% e MNA – 68,75%).

No que concerne à questão 11 (Quando toma uma decisão que o seu filho não gosta costuma conversar com ele?/ Quando o teu pai/mãe toma uma decisão que tu não gostas ele costuma falar contigo?) não se registaram diferenças significativas entre os grupos de famílias estudados. No entanto encontra-se um padrão descritivo bastante semelhante de respostas entre os grupos de participantes estudados, na medida em que todos referem, com maior frequência, que existe um diálogo por parte dos pais quando tomam decisões que os seus filhos não gostam (ver Anexo G1).

Tabela 12 – Análise descritiva das respostas dos pais adoptivos e não-adoptivos à pergunta 12: Sobre que assuntos costuma falar com a sua mulher/o seu marido sobre o seu filho?

Categorias	Pais Adoptivos				Pais Não-Adoptivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Quotidiano	6	37,50%	8	50,00%	5	31,25%	7	43,75%	Não	Não
Escola	13	81,25%	13	81,25%	9	56,25%	11	68,75%	Não	Não
Saúde	7	43,75%	6	37,50%	4	25,00%	3	18,75%	Não	Não
Comportamento	5	31,25%	6	37,50%	9	56,25%	7	43,75%	Não	Não
Adopção	3	18,75%	1	6,25%					Não	Não
Família	4	25,00%	2	12,50%					Sim	Não

A partir da Tabela 12 e relativamente à questão 12 (Sobre que assuntos costuma falar com a sua mulher/o seu marido sobre o seu filho?) tanto as famílias adoptivas como as famílias não-adoptivas referem com maior frequência que os pais, entre si, conversam sobre assuntos relacionados com a ESCOLA (PA – 81,25% e MA – 81,25%; PNA – 56,25% e MNA – 68,75%), sendo que 56,25% dos pais biológicos referem falarem com as mães à cerca dos COMPORTAMENTOS dos filhos. O somatório das percentagens apresenta valores superiores a 100% porque os sujeitos inquiridos dos grupos considerados podiam dar, simultaneamente, mais do que uma resposta, as percentagens referem, então a frequência em cada categoria e não o número de sujeitos.

Em termos estatísticos encontraram-se diferenças significativas na categoria FAMÍLIA - $\chi^2 (1, N= 16) = 4,571, p = 0,033$, na comparação feita entre pais adoptivos e pais biológicos, sendo que os pais adoptivos quando comparados com os pais biológicos, referem, com maior frequência, falarem com as respectivas mães sobre assuntos relacionados com a família.

Não se registaram diferenças significativas entre crianças adoptadas e não-adoptadas nesta mesma questão, contudo observam-se, igualmente frequências mais elevadas nas respostas das Crianças não adoptadas nos assuntos referentes à ESCOLA (CA – 62,5% e CNA – 87,5%).

Tabela 13 – *Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 13: O que costumam fazer juntos mãe, pai e filho?*

Categorias	Pais Adotivos				Pais Não-Adotivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Brincadeiras	5	31,25%	5	31,25%	3	18,75%			Não	Sim
Actividades de lazer	16	100,00%	15	93,75%	15	93,75%	14	87,50%	Não	Não
Rotinas	2	12,50%	3	18,75%	1	6,25%	3	18,75%	Não	Não

Observando a Tabela 13 onde se inscrevem a frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos quanto à pergunta 13 (O que costumam fazer juntos mãe, pai e filho?), podemos verificar que tanto uns como outros referem, com maior frequência (PA – 100%, MA – 93,75%; PNA – 93,75% e MNA – 87,5%), as ACTIVIDADES DE LAZER, como actividade que costumam fazer em família. O valor apresentado em relação à soma das percentagens é superior a 100%, na medida em que se verificaram que os mesmos sujeitos respondiam a mais de uma categoria considerada.

Na análise estatística verificou-se existirem diferenças significativas entre os dois grupos de mães quanto à categoria BRINCADEIRAS - $\chi^2 (1, N= 16) = 5,920, p = 0,015$, uma vez que as mães adotivos quando comparadas com as mães biológicas referem, com maior frequência, fazerem brincadeiras juntos (mãe, pai e filho).

Para a mesma questão não se observaram diferenças significativas entre os dois grupos de crianças. Registou-se, no entanto, de um modo semelhante uma maior frequência da ACTIVIDADES DE LAZER como actividades que realizam em família.

5.1.1 Descrição Sinóptica dos resultados na dimensão Autonomia Apoiada

Na dimensão Autonomia Apoiada encontram-se os seguintes resultados:

- Os pais adotivos passam mais tempo com os seus filhos que os pais não-adotivos. Do mesmo modo, as crianças não-adotadas referem passar mais tempo com a mãe do que as crianças adoptadas;
- As mães biológicas tratam mais da alimentação em suas casas que as mães adoptivas. Por sua vez, os pais adotivos tratam mais da alimentação em suas casa que os pais biológicos;
- As mães biológicas ajudam mais os seus filhos nos trabalhos de casa, do que as mães adoptivas. As crianças adoptadas referem que são mais ajudadas pelos seus pais nos trabalhos de casa que as crianças não-adotadas;
- Nos Pais Biológicos em comparação com os Pais Adotivos, é a mãe quem leva com mais frequência os filhos à escola.

- As crianças adoptadas referem mais vezes que os seus Pais os vão buscar à escola em comparação com as crianças não-adoptadas;
- Nos Pais Biológicos é a mãe quem vai mais frequentemente à escola quando os professores assim o solicitam. Nos Pais Adoptivos são ambos - mãe e o pai - que vão à escola, quando os professores pedem;
- As crianças adoptadas referem, com mais frequência que os pais adoptivos lhes explicam porque erram ou foram injustos para com elas, quando comparadas com as crianças não-adoptadas.
- Os pais adoptivos conversam mais do que os pais não-adoptivos, com as mães sobre assuntos relacionados com a sua família;
- As mães adoptivas brincam mais com os seus filhos em situações de dinâmica familiar do que as mães biológicas que nunca referem as brincadeiras como actividade realizada em família.

5.2 Estrutura

Seguidamente serão apresentados os resultados encontrados na dimensão Estrutura, colocada nas questões 14 a 24 da entrevista. Apenas se apresentam detalhadamente as categorias em que se registaram diferenças significativas, pelo que no Anexo G2 se encontram as tabelas com as questões onde não se verificaram diferenças significativas entre Pais Adoptivos e Não-adoptivos e entre crianças adoptadas e crianças não-adoptadas.

Em todas as Tabelas apresentadas (excepto na Tabela 24) o somatório das percentagens é superior a 100%, visto que os inquiridos respondiam, em simultâneo, às várias categorias consideradas.

Tabela 14 – *Frequências de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 14: Quais são as regras fundamentais que o teu pai/mãe diz que tens de cumprir?*

Categorias	Crianças Adoptadas				Crianças Não-adoptadas				Diferenças Significativas		
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães	
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%			
Educação	Respeito	6	37,50%	6	37,50%	3	18,75%	3	18,75%	Não	Não
	Obediência	3	18,75%	3	18,75%	1	6,25%	1	6,25%	Não	Não
	Amizade					1	6,25%	1	6,25%	Não	Não
	Sinceridade	1	6,25%	1	6,25%			2	12,5%	Não	Não
	Responsabilidade	1	6,25%					1	6,25%	Não	Não
	Comportamento	16	100,00%	14	87,50%	12	75,00%	12	75,00%	Sim	Não
	Rotinas	3	18,75%	2	12,50%	3	18,75%	6	37,50%	Não	Não

Relativamente à questão 14 (Quais são as regras fundamentais que o teu pai/mãe diz que tens de cumprir?) tanto as crianças adoptadas como as crianças não-adoptadas, referem, com maior frequência (CA-P - 100%, CA-M 87,5%; CNA-P - 75%, CNA-M -

75%), que a regra fundamental que os Pais lhes impõem é relativa ao COMPORTAMENTO.

Porém, apesar de a categoria COMPORTAMENTO ser a mais referidas pelas crianças dos dois grupos registaram-se diferenças significativas entre estes - $\chi^2(1, N=16) = 4,571, p = 0,033$, uma vez que as crianças adoptadas quando comparadas com as não-adoptadas referem, com maior frequência que as regras definidas pelos pais são as relativas ao comportamento.

Para a mesma questão não se verificaram diferenças significativas entre os dois grupos de Pais. No entanto, há uma predominância de respostas relativas ao RESPEITO em ambos os grupos (PA – 75% e MA – 6,2%; PNA e MNA – 62,5%), como se pode ver no Anexo G2.

Tabela 15 – Frequências de respostas dos pais adoptivos e não-adoptivos à pergunta 15: O que é que faz para verificar se o seu filho cumpriu ou não essas regras?

Categorias	Pais Adoptivos				Pais Não-Adoptivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Monitorização	12	75,00%	10	62,50%	8	50,00%	10	62,50%	Não	Não
Controlo	3	18,75%	5	31,25%	2	12,50%	5	31,25%	Não	Não
Nada	1	6,25%	1	6,25%	6	37,50%	1	6,25%	Sim	Não

Observando a Tabela 15 referente à pergunta 15 (O que é que faz para verificar se o seu filho cumpriu ou não essas regras?) pode-se constatar que ambos os Pais dos dois grupos considerados referem com mais frequência (PA – 75%, MA – 62,5%; PNA – 50%, MNA – 62,5%) a MONOTORIZAÇÃO do comportamento como forma de verificar se as crianças cumprem ou não as regras que lhes são impostas. Por conseguinte, verificámos diferenças significativas entre os pais adoptivos quando comparados com os pais não-adoptivos na categoria NADA - $\chi^2(1, N=16) = 4,571, p = 0,033$, sendo que os pais não-adoptivos referem, com mais frequência, não tomarem nenhum tipo de medida para verificar o cumprimento das regras dos seus filhos, em comparação com os pais adoptivos.

Nos grupos de crianças estudados não se registaram diferenças significativas, verificando-se mais frequentemente respostas relativas à MONOTORIZAÇÃO (CA-P – 62,5% e CA-M – 50%; CNA-P – 50% e CNA-M – 50%) (ver Anexo G2).

Tabela 16 – Frequências de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 16: O que é que o teu pai/mãe faz quando te portas mal?

Categorias	Crianças Adoptadas				Crianças Não-adoptadas				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Castigo	7	43,75%	6	37,50%	8	50,00%	7	43,75%	Não	Não
Punição verbal	10	62,50%	11	68,75%	4	25,00%	10	62,50%	Sim	Não
Punição física	3	18,75%	1	6,25%	4	25,00%	4	25,00%	Não	Não
Diálogo	1	6,25%	1	6,25%			1	6,25%	Não	Não
Nada			1	6,25%	2	12,50%			Não	Não

Atentando à Tabela 16 que apresenta a frequência de respostas das crianças adotadas e não-adotadas referentes à questão 16 (O que é que o teu pai/mãe faz quando te portas mal?), é possível observar que as crianças adotadas referem, com maior frequência a PUNIÇÃO VERBAL (CA-P - 62,5% e CA-M - 68,75%; CNA - P - 25% e CNA - M - 62,5%). As crianças não-adotadas referem o CASTIGO (CA-P - 50% e CNA - M - 43,8%) como medida tomada quando elas se portam mal.

Em função dos resultados obtidos, verificam-se diferenças significativas ao nível estatístico na categoria PUNIÇÃO VERBAL - $\chi^2(1, N=16) = 4,571, p = 0,033$ para os dois grupos de crianças. O grupo das crianças adotadas refere que o pai assume, com mais frequência, a PUNIÇÃO VERBAL na sequência do seu mau comportamento.

Para a mesma questão, não se registaram diferenças significativas entre Pais Adotivos e Pais Não-adotivos. Ainda assim, os Pais Adotivos referem com mais predominância (PA - 62,5% e MA - 75%) a PUNIÇÃO VERBAL como medida tomada quando os seus filhos se portam mal. Os pais adotivos, por sua vez, referem, com mais frequência, o uso do CASTIGO, (PNA - 62,5% e MNA - 56,25%) (ver Anexo G2).

Tabela 17 – Frequências de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 17: O que é que faz quando o seu filho se porta bem?

Categorias	Pais Adotivos				Pais Não-Adotivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Elogio	14	87,50%	10	62,50%	8	50,00%	7	43,75%	Sim	Não
Afecto	1	6,25%	7	43,75%	2	12,50%	5	31,25%	Não	Não
Recompensa material	3	18,75%	5	31,25%	4	25,00%	6	37,50%	Não	Não
Recompensa/actividade	6	37,50%	5	31,25%	4	25,00%	5	31,25%	Não	Não
Nada			1	6,25%	2	12,50%			Não	Não

Quando questionado sobre o que fazem quando os seus filhos se portam bem (questão 17), ambos os Pais (Adotivos e Biológicos) mencionam com mais frequência (PA - 87,5%, MA - 62,5%; PNA - 50%, MNA - 43,75%) o ELOGIO. Todavia, verificaram-se diferenças significativas nessa mesma categoria ELOGIO - $\chi^2(1, N=16) = 5,236, p = 0,022$, pelo que os pais adotivos referem, com mais frequência, do que os pais biológicos, que elogiam os seus filhos quando este se portam bem.

Para a mesma questão não se registaram diferenças significativas entre crianças adotadas e não-adotadas, registando-se um padrão pouco homogéneo de resposta quanto a esta questão como se pode observar no Anexo G2.

Tabela 18 – *Frequências das respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 18: O que faz quando o seu filho se recusa a fazer aquilo que lhe pediu?*

Categorias	Pais Adotivos				Pais Não-Adotivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Diálogo	4	25,00%	5	31,25%	3	18,75%	2	12,50%	Não	Não
Insistência verbal	7	43,75%	5	31,25%	4	25,00%	7	43,75%	Não	Não
Punição verbal	2	12,50%	1	6,25%	4	25,00%	6	37,5%	Não	Sim
Nunca se recusa	4	25,00%	6	37,50%			3	18,75%	Não	Não
Castigo					6	37,50%	1	6,25%	Sim	Não
Punição física					2	12,50%	2	12,50%	Não	Não

De acordo com os dados apresentados na Tabela 18, os pais adotivos e as mães biológicas referem, mais frequentemente, (PA – 43,75% e MNA – 43,75%) a utilização da PUNIÇÃO VERBAL quando os seus filhos se recusam a fazer algo para que foram solicitados. Por sua vez, as mães adotivas referem mais vezes (MA – 37,5%; MNA – 18,75%) que os seus filhos NUNCA SE RECUSAM a fazer nada daquilo que elas lhes solicitam e os pais não-adotivos salientaram com maior frequência (PNA – 37,5%; PA – 0%) o uso do CASTIGO como resposta à recusa, por parte da criança, em responder adequadamente aos pedidos que lhe são endereçados. Como se observa, nenhum Pai Adotivo referiu as categorias CASTIGOS e PUNIÇÃO FÍSICA.

Registaram-se diferenças significativas na categoria CASTIGOS - $\chi^2 (1, N=16) = 7,385, p = 0,007$, na comparação feita entre os dois grupos de pais, sendo que os pais biológicos referem com mais frequência que castigam os seus filhos quando estes se recusam a fazer alguma coisa que lhes é pedida, em analogia com os pais adotivos que nunca referem a utilizam do castigo. Do mesmo modo, verificaram-se diferenças significativas entre mães adotivas e mães biológicas na categoria PUNIÇÃO VERBAL - $\chi^2 (1, N=16) = 4,571, p = 0,033$, uma vez que as mães biológicas utilizam mais, frequentemente, do que as mães adotivas, a punição verbal quando os filhos se recusam a obedecer.

Tabela 19 – *Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 18: O que é que o teu pai/mãe faz quando te recusas a fazer aquilo que eles te pediram?*

Categorias	Crianças Adoptadas				Crianças Não-adoptadas				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Diálogo	1	6,25%	1	6,25%	1	6,25%			Não	Não
Insistência verbal	6	37,50%	6	37,50%	7	43,75%	7	43,75%	Não	Não
Punição verbal	3	18,75%	5	31,25%	5	31,25%	8	50,00%	Não	Não
Nunca se recusa	6	37,50%	5	31,25%	1	6,25%	1	6,25%	Sim	Não
Castigo					1	6,25%	2	12,5%	Não	Não
Punição física					2	12,50%	1	6,25%	Não	Não

Confrontados com a mesma questão (O que é que o teu pai/mãe faz quando te recusam a fazer aquilo que eles te pediram?) as crianças adoptadas referem (relativamente

ao pai) com a mesma frequência as categorias INSISTÊNCIA VERBAL e NUNCA SE RECUSA (CA-P – 37,5%). Quer as crianças filhas de pais biológicos, quer as adotadas referem, com maior frequência, a INSISTÊNCIA VERBAL (CNA – P – 43,75% e CNA-M – 43,75%; CNA-M – 37,5%; CNA-P – 37,5%). Em semelhança com as repostas dadas pelos pais adotivos, as crianças adotadas também nunca referem as categorias CASTIGO e PUNIÇÃO VERBAL.

Ao nível estatístico verificaram-se diferenças significativas entre crianças adotadas e crianças não-adotadas na categoria NUNCA SE RECUSA - χ^2 (1, N=16) = 4,571, $p = 0,033$, sendo que as crianças adotadas referem esta categoria mais vezes.

Tabela 20 – Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 19: Como reage o seu filho quando o proíbe de fazer alguma coisa?

Categorias	Pais Adotivos				Pais Não-Adotivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Zangado/Irritado	13	81,25%	12	75,00%	12	75,00%	16	100,00%	Não	Sim
Chora	1	6,25%	6	37,50%	2	12,50%	1	6,25%	Não	Sim
Insistência verbal	1	6,25%	2	12,50%	2	12,50%	1	6,25%	Não	Não
Triste	1	6,25%			1	6,25%			Não	Não
Aceita	1	6,25%	1	6,25%	1	6,25%	1	6,25%	Não	Não

De acordo com a Tabela 22 e relativamente à pergunta 19 (Como reage o seu filho quando o proíbe de fazer alguma coisa), os pais adotivos e os pais não-adotivos referem com mais frequência (PA – 81,25% e MA – 75%; PNA – 75% e MNA – 100%) que os seus filhos ficam ZANGADOS/IRRITADOS quando são proibidos de fazer alguma coisa.

Foram verificadas diferenças significativas na categoria ZANGADO/IRRITADO - χ^2 (1, N=16) = 19,200, $p = 0,0$, uma vez que as mães biológicas referem, com maior frequência do que as mães adoptivas, que os seus filhos ficam zangados/irritados quando estas os proibem de fazer algo. Do mesmo modo, registaram-se diferenças significativas na comparação entre os grupos de mães na categoria CHORA - χ^2 (1, N=16) = 4,571, $p = 0,033$, sendo que as mães adoptivas referem com mais frequência, do que as mães biológicas que os seus filhos choram quando estas os proibem de fazer alguma coisa.

Para a mesma questão não se encontraram diferenças significativas entre crianças adotadas e crianças não-adotadas, verificando-se, no entanto, à semelhança daquilo que acontece nos dois grupos de Pais uma maior incidência (CA-P e CA-M – 81,25%; CNA-P 75% e CNA-M 62,5%) na categoria ZANGADO/IRRITADO (ver Anexo G2).

Tabela 21 – Frequência de respostas dos pais adotivos e não-adotivos à pergunta 20: Em que situações costuma castigar o seu filho?

Categorias	Pais Adotivos				Pais Não-Adotivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Mau comportamento	14	87,50%	13	81,25%	13	81,25%	11	68,75%	Não	Não
Má educação	7	43,75%	3	18,75%	9	56,25%	10	62,50%	Não	Sim
Mau desempenho escolar					1	6,25%			Não	Não
Não castiga	1	6,25%	2	12,50%	2	12,50%	1	6,25%	Não	Não

Observando a Tabela 21 referente à pergunta 20 (Em que situações costuma castigar o seu filho?), ambos os grupos de Pais referem, com maior frequência, castigarem (PA – 87,5%, MA – 81,25%; PNA – 81,25%, MNA – 68,75%) os seus filhos em situações de MAU COMPORTAMENTO, registrando também frequências relevantes na categoria MÁ EDUCAÇÃO, principalmente nas respostas dos Pais Biológicos (PNA – 56,25%, MNA – 62,5%). Por conseguinte, foram verificadas diferenças significativas entre mães adotivas e não-adotivas na categoria MÁ EDUCAÇÃO - $\chi^2 (1, N=16) = 6,348, p = 0,012$: as mães não-adotivas referem, com mais frequência do que as mães adotivas, castigarem os seus filhos em situações de má educação.

Tabela 22 – Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 20: Em que situações o teu pai/mãe te castiga?

Categorias	Crianças Adoptadas				Crianças Não-adoptadas				Diferença Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Mau comportamento	13	81,25%	14	87,50%	13	81,25%	9	56,25%	Não	Sim
Má educação	4	25,00%			2	12,50%			Não	
Mau desempenho escolar					2	12,50%	2	12,50%	Não	Não
Não castiga			2	12,50%	4	25,00%	4	25,00%	Sim	Não

Confrontados com a mesma questão (Em que situações o teu pai/mãe te castiga?) os dois grupos de crianças adoptadas e não-adoptadas referem com maior frequência a categoria MAU COMPORTAMENTO (CA-P - 81,25%, CA-M – 87,5%; CNA-P – 81,25%, CNA-M – 56,25%) quando questionadas sobre as situações que levariam os seus pais a castigá-las.

Ainda assim, registaram-se diferenças significativas nessa mesma categoria, MAU COMPORTAMENTO - $\chi^2 (1, N=16) = 3,865, p = 0,049$, uma vez que as crianças adoptadas referem, com maior frequência do que as crianças não-adoptadas, que as suas mães as castigam em situações de mau comportamento. Para além disso, verificaram-se diferenças significativas na categoria NÃO CASTIGA - $\chi^2 (1, N=16) = 4,571, p = 0,033$, sendo que as crianças não-adoptadas referem com mais frequência que as crianças adoptadas que os seus pais não as castigam.

Tabela 23 – Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 21: Quais são os castigos que habitualmente o teu pai/mãe te dá?

Categorias	Crianças Adoptadas				Crianças Não-adoptadas				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Restrição jogos electrónicos	7	43,75%	5	31,25%	9	56,25%	7	43,75%	Não	Não
Não ver TV	6	37,50%	5	31,25%	5	31,25%	2	12,50%	Não	Não
Ficar no quarto	6	37,50%	7	43,75%	3	18,75%	4	25,00%	Não	Não
Restrição de uma Activi. Lazer	1	6,25%			2	12,50%	3	18,75%	Não	Não
Não brincar	4	25,00%	3	18,75%					Sim	Não
Traba. escolares					1	6,25%			Não	
Não castiga			4	25,00%	4	25,00%	4	25,00%	Sim	Não

De acordo com a Tabela 23 e para a questão 21 (Quais são os castigos que habitualmente o teu pai/mãe te dá?), ambos os grupos de crianças referem (relativamente aos pais) com mais frequência (CA-P - 43,75%; CNA-P - 56,25%, CNA-M - 43,75%) a RESTRIÇÃO JOGOS ELECTRÓNICOS, como castigo que os pais lhes dão. Para o caso das mães, as crianças adoptadas referem com maior frequência FICAR NO QUARTO (CA-M - 43,75%) como castigo que as mães lhes dão.

Em termos estatísticos verificaram-se diferenças significativas entre as categorias NÃO BRINCAR - $\chi^2(1, N=16) = 4,571, p = 0,033$, uma vez que as crianças adoptadas referem, com maior frequência do que as crianças não-adoptadas, que os pais as castigam proibindo-as de brincar. Também na categoria NÃO CASTIGA se verificaram diferenças significativas - $\chi^2(1, N=16) = 4,571, p = 0,033$, sendo que as crianças não-adoptadas referem, mais vezes do que as crianças adoptadas, que os pais não as castigam.

Para a mesma questão não se verificaram diferenças significativas entre Pais Adoptivos e Pais Não-Adoptivos. No entanto, como se pode observar no Anexo G2, as respostas dos Pais Adoptivos inserem-se com mais frequência na RESTRIÇÃO DE JOGOS ELECTRÓNICOS (PA - 50%; MA - 43,75%) e FICAR NO QUARTO (PA - 43,75% e MA - 43,75%), um pouco á semelhança do que se registou nas crianças adoptadas. Os Pais Não-Adoptivos, do mesmo modo como as crianças não-adoptadas referem mais predominantemente (PNA - 75%, MNA - 37,5%) a RESTRIÇÃO DE JOGOS ELECTRÓNICO como castigo que, habitualmente, dão aos seus filhos.

Tabela 24 – Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 22: O teu pai/mãe costuma explicar-te porque te castigou?

Categorias	Crianças Adoptadas				Crianças Não-adoptadas				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Sim	14	87,50%	10	62,50%	9	56,25%	9	56,25%	Sim	Não
Não	2	12,50%	3	18,75%	4	25,00%	2	12,50%	Não	Não
Não castigam			3	18,75%	3	18,75%	6	37,50%	Não	Não

Atentando à Tabela 24 e no que se refere à pergunta o teu pai/mãe costuma explicar-te porque te castigou, tanto as crianças adoptadas como as crianças não-adoptadas

referem, com maior frequência (CA-P – 87,5%, CA-M – 62,5%; CNA-P – 56,25%, CNA-M – 56,25%), que os seus pais lhes explicam a razão porque foram castigadas (categoria - SIM).

Todavia, verificaram-se diferenças significativas na pergunta dirigida aos pais na categoria SIM - χ^2 (1, N=16) = 3,865, $p = 0,049$, uma vez que as crianças adoptadas referem, com maior frequência do que as crianças não-adoptadas, que os seus pais lhes explicam a razão porque foram castigados.

Para a mesma pergunta não se registaram diferenças significativas entre os dois grupos de Pais estudados. No entanto, e à semelhança do registado nas crianças, verificou-se igualmente uma maior predominância (PA – 87,5% e MA – 68,75%; PNA – 87,5% e MNA – 93,75%) de respostas na categoria SIM (ver Anexo G2).

Tabela 25 – Frequência de respostas dos pais adoptivos e não-adoptivos à pergunta 23: Em que situações bate ao seu filho?

Categorias	Pais Adoptivos				Pais Não-Adoptivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Nunca bateram	8	50,00%	11	68,75%	6	37,50%	3	18,75%	Não	Sim
Raramente batem	1	6,25%	3	18,75%	3	18,75%	1	6,25%	Não	Não
Situações extremas	4	25,00%	3	18,75%	3	18,75%	7	43,75%	Não	Não
Assumir o controlo	3	18,75%	2	12,50%	2	12,50%	3	18,75%	Não	Não
Mau comportamento	2	12,50%	3	18,75%	2	12,50%	3	18,75%	Não	Não

Observando a Tabela 25, para a pergunta 23 (Em que situações bate ao seu filho?) os Pais Adoptivos referem com maior frequência que NUNCA BATEM (PA – 50%, MA – 68,75%) a mesma categoria é mencionada mais vezes (PNA – 37,5%) pelos pais não-adoptivos, no entanto, as mães adoptivas referem, com mais frequência, baterem nos seus filhos em SITUAÇÕES EXTREMAS (MNA – 43,75%).

Encontraram-se diferenças significativas na categoria NUNCA BATEM - χ^2 (1, N=16) = 8,127, $p = 0,004$, uma vez que as mães adoptivas referem, com mais frequência do as mães não-adoptivas, que nunca batem.

Para a mesma questão não se registaram diferenças significativas entre crianças adoptadas e crianças não-adoptadas. No entanto, como se pode observar no Anexo G2, as crianças adoptadas, no se refere à punição física por parte dos pais, referem, com igual frequência (CA-P – 43,75%), situações de MAU COMPORTAMENTO e NUNCA BATEM. Relativamente às mães referem numa percentagem alta (CA-M – 62,5%) que estas nunca lhes bateram. Já nas crianças não-adoptadas o MAU COMPORTAMENTO aparece de uma forma mais constante (CNA-P – 62,5% e CNA-M – 43,75%) relativamente às situações em os pais usam a punição física.

No que se refere à questão 24 (Concorda com a sua mulher/ o seu marido sobre os castigos a dar ao seu filho?/ Os teus pais concordam um com o outro nos castigos que te dão?) não se registaram diferenças significativas entre os dois grupos de pais, verificando-se uma maior incidência na categoria SIM (ver Anexo G2).

5.2.1 *Descrição Sinóptica dos resultados na dimensão Estrutura*

Na dimensão Estrutura encontram-se os seguintes resultados:

- As crianças adoptadas em comparação com as crianças não adoptadas referem com mais frequência, que as regras que os seus pais lhes colocam são relativas ao seu comportamento.
- Os pais não-adoptivos quando comparados com o outro grupo de pais, referem, com mais frequência, não tomarem nenhuma medida para verificar o cumprimento das regras definidas face aos filhos.
- As crianças adoptadas em comparação com as crianças não-adoptadas, referem que os seus pais usam, com mais frequência, a punição verbal quando elas se portam mal,
- Os pais adoptivos elogiam mais os seus filhos quando este se portam bem, do que os pais biológicos;
- Os pais biológicos referem o castigo como a modalidade mais utilizada quando os filhos se recusam a fazer aquilo que lhes é pedido. Os pais adoptivos dizem que nunca castigam os filhos), Perante a recusa dos filhos, as mães biológicas utilizam, mais frequentemente, a punição verbal do que as mães adoptivas.
- As crianças adoptadas referem mais vezes que nunca se recusam a fazer nada que os pais lhes pedem que as crianças não-adoptadas.
- As mães biológicas referem com mais frequência que os seus filhos ficam irritados /zangados quando estas os proíbem de fazer alguma coisa. As mães adoptivas, por outro lado, referem, mais frequentemente, do que as mães biológicas, que os seus filhos choram quando estas os proíbem de fazer algumas coisa.
- As mães biológicas castigam mais os seus filhos em situações de má educação do que as mães adoptivas. Na perspectiva das crianças verificou-se que as não-adoptadas referem, com mais frequência, do que as crianças não-adoptadas, que as mães as castigam em situações de mau comportamento. Para além disso, as crianças não-adoptadas referem mais vezes que as crianças adoptadas, que os pais não as castigam.

- As crianças adoptadas referem mais frequente que o castigo que os seus pais lhes dão é o não brincar, sendo que as crianças não-adoptadas referem, com maior frequência, que não recebem nenhum castigo por parte dos seus pais.
- As crianças adoptadas referem mais frequentemente, do que as crianças não-adoptadas, que os pais lhes explicam a razão porque foram castigadas.
- As mães adoptivas referem, mais frequentemente, do que as mães não-adoptivas, que nunca batem aos seus filhos

5.3 Afecto

Seguidamente serão apresentados os resultados encontrados na dimensão Afecto para famílias adoptivas e não-adoptivas, analisada nas questões 25 a 27 da entrevista. Apenas se apresentam detalhadamente as categorias em que se registaram diferenças significativas, pelo que no Anexo G3 se encontram as tabelas com as questões onde não se verificaram diferenças significativas entre os dois grupos de pais e de crianças considerados no presente estudo.

À semelhança do explicitado na dimensão Estrutura o somatório das percentagens tem valores superiores a 100%, visto que os elementos inquiridos podiam responder, em simultâneo, às várias categorias consideradas.

Tabela 26 – Frequência de respostas dos pais adoptivos e não-adoptivos à pergunta 25: Como demonstra o carinho que tem pelo seu filho?

Categorias	Pais Adoptivos				Pais Não-Adoptivos				Diferença Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Afecto físico	15	93,75%	16	100,00%	10	62,50%	14	87,50%	Sim	Não
Afecto verbal	3	18,75%	7	43,75%	2	12,50%	6	37,50%	Não	Não
Brincadeiras	2	12,50%			3	18,75%	1	6,25%	Não	Não
Recompensa material							1	6,25%	Não	Não
Não demonstra					4	25,00%			Sim	Não

A partir da Tabela 26 e relativamente à questão 25 (Como demonstra o carinho que tem pelo seu filho?) os Pais Adoptivos e os Pais Biológicos responderam maioritariamente (PA – 93,75%, MA – 100%; PNA – 62,5%, MNA – 87,5%) na categoria AFECTO FÍSICO.

Contudo e em termos estatísticos, verificaram-se diferenças significativas entre os pais adoptivos e os pais não-adoptivos nas categorias AFECTO FÍSICO - $\chi^2 (1, N= 16) = 4,571, p = 0,033$ e NÃO DEMONSTRA - $\chi^2 (1, N= 16) = 4,571, p = 0,033$, sendo que os pais adoptivos em comparação com os pais biológicos, referem, com maior frequência, demonstrarem o carinho que tem pelos seus filhos através do afecto físico. Quatro dos pais

biológicos inquiridos (25%) referem não demonstrarem o carinho que têm pelos seus filhos, enquanto que esta categoria não é frequentada pelo outro grupo de pais.

Tabela 27 – Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 25: Como é que o teu pai/mãe demonstra o carinho que tem por ti?

Categorias	Crianças Adoptadas				Crianças Não-Adoptadas				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Afecto físico	15	93,75%	15	93,75%	4	25,00%	15	93,75%	Sim	Não
Afecto verbal	3	18,75%	1	6,25%	3	18,75%	2	12,50%	Não	Não
Brincadeiras	4	25,00%			7	43,75%	1	6,25%	Não	Não
Recompensa material					1	6,25%	1	6,25%	Não	Não
Cedência					3	18,75%	1	6,25%	Não	Não
Não demonstra	1	6,25%			3	18,75%			Não	Não

Confrontados com a mesma questão (Como é que o teu pai/mãe demonstra o carinho que tem por ti?) as crianças adoptadas referem com mais frequência (CA-P – 93,75%, CA-M – 93,75%) que os Pais demonstram o carinho que têm por elas através do AFECTO FÍSICO, o mesmo acontece com as crianças não-adoptadas no que se refere à mãe (CNA-M – 93,75%). Por outro lado, na pergunta que remetia para o pai, as crianças não-adoptadas referem com mais frequência (CNA-P – 43,75%) as BRINCADEIRAS como o modo como os pais demonstram o carinho que tem por elas.

Por conseguinte, verificaram-se diferenças significativas entre as crianças adoptadas e as crianças não-adoptadas na categoria AFECTO FÍSICO - χ^2 (1, N= 16) = 15,676, $p = 0,0$ (na pergunta remetida para o pai), pelo que as crianças adoptadas referem, mais vezes do que as crianças não-adoptadas, que os seus pais demonstram o carinho que têm por elas através de gestos físicos de ternura, como abraços, beijos, festas.

Tabela 28 – Frequência de respostas dos pais adoptivos e não-adoptivos à pergunta 26: Em que situações elogia o seu filho?

Categorias	Pais Adoptivos				Pais Não-Adoptivos				Diferença Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Escola	6	37,50%	10	62,5%	11	68,75%	12	75,00%	Não	Não
Bom comport.	14	87,50%	10	62,5%	6	37,50%	10	62,50%	Sim	Não
Ajuda tare. domésticas	1	6,25%	1	6,25%			3	18,75%	Não	Não
Activ. lúdicas			2	12,50%	5	31,25%	3	18,75%	Sim	Não
Afectividade	3	18,75%	5	31,25%			1	6,25%	Não	Não
Não elogia					1	6,25%			Não	

De acordo com a Tabela 28 e para a questão 26 (Em que situações elogia o seu filho?) os pais adoptivos referem (PA – 87,5%), com maior frequência, elogiar o seu filho em situações de BOM COMPORTAMENTO. Do mesmo modo, as mães adoptivas referem, com maior frequência, que elogiam os filhos em situações de BOM COMPORTAMENTO (MA – 62,5%) e em situações relacionadas com a ESCOLA (MA – 62,5%). Os Pais Biológicos, por sua vez, referem com maior incidência (PA – 68,75%,

MA – 75%), que elogiam os seus filhos face a comportamentos relacionados com o domínio ESCOLAR. Assim, sendo registaram-se diferenças estatisticamente significativas nas categorias BOM COMPORTAMENTO - χ^2 (1, N= 16) = 8,533, $p = 0,003$ e ACTIVIDADES LÚDICAS - χ^2 (1, N= 16) = 5,926, $p = 0,015$, sendo que os pais adoptivos referem mais vezes do que os pais biológicos que elogiam os seus filhos pelo bom comportamento; os pais biológicos mais do que os pais adoptivos referem elogiarem os seus filhos em actividades lúdicas.

Para a mesma questão não se encontraram diferenças significativas nos grupos de crianças. No entanto, verificou-se uma maior referência da parte das mesmas na categoria ESCOLA (CA-P 56,25% e CA-M 68,75%; CNA-P 62,5% e CNA-M 75%) como situação que é maior fonte de elogios pelos pais (ver Anexo G3).

Tabela 29 – Frequência de respostas dos Pais Adoptivos e Não-Adoptivos à pergunta 27: Costuma dizer ao seu filho que gosta dele? Como é que lhe diz isso?

Categorias		Pais Adoptivos				Pais Não-Adoptivos				Diferença Significativas	
		Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
		FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Sim	Afecto verbal	13	81,25%	16	100,00%	8	50,00%	15	93,75%	Não	Não
	Afecto físico	6	37,50%	6	37,50%	4	25,00%	4	25,00%	Não	Não
	Brincar	2	12,50%					1	6,25%	Não	Não
	Não					8	50,00%			Sim	

De acordo com a Tabela 29 e para a pergunta 27 (Costuma dizer ao seu filho que gosta dele? Como é que lhe diz isso?), os Pais Adoptivos e a mães biológicas referem, com maior frequência, que a forma como dizem aos seus filhos que gostam deles é através do AFECTO VERBAL (PA – 81,25%, MA – 100%; MNA – 93,75%). Metade dos pais biológicos que participaram neste estudo (PNA – 50%) referem que NÃO costumam dizer aos filhos que gostam deles enquanto os restantes 50% dizem, directamente, aos filhos que gostam deles e fazem-no através de palavras de afecto (AFECTO VERBAL).

Por conseguinte, verificaram-se diferenças significativas na categoria NÃO - χ^2 (1, N= 16) = 10,667, $p = 0,01$, pelo que os pais biológicos mais do que os pais adoptivos referem com mais frequência que não costumam dizer aos seus filhos que gostam deles. Os pais adoptivos dão resposta nula nesta categoria.

Tabela 30 – Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 27: O teu pai/mãe costuma dizer-te que gosta de ti? Como é que ele/a te diz isso?

Categorias		Crianças Adoptadas				Crianças Não-Adoptadas				Diferença Significativas	
		Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
		FA	%	FA	%	FA	%	FA	%		
Sim	Afecto verbal	13	81,25%	13	81,25%	6	37,50%	16	100,00%	Sim	Não
	Afecto físico	5	31,25%	7	43,75%	3	18,75%	3	18,75%	Não	Não
	Brincar	3	18,75%	1	6,25%	2	12,5%			Não	Não
	Não					8	50,00%			Sim	Não

Confrontadas com a mesma questão, as crianças adotadas mencionam com mais frequência (CA-P – 81,25%, CA-M – 81,25%) que os seus Pais costumam dizer que gostam delas através do AFECTO VERBAL, sendo que o mesmo se verifica com as crianças não-adotadas (CNA-M – 100%) no que se refere às mães. Quanto à pergunta destinada aos pais, metade das crianças (CNA-P – 50%) referem que os seus pais NÃO costumam dizer que gostam delas. Estes resultados vão de encontro aos verificados nos dois grupos considerados.

Por conseguinte, verificaram-se diferenças significativas entre as crianças adotadas e as crianças não-adotadas no que se refere às categorias AFECTO VERBAL - $\chi^2 (1, N= 16) = 6,348, p = 0,012$ e NÃO - $\chi^2 (1, N= 16) = 10,667, p = 0,001$, uma vez que as crianças adotadas referem com maior frequência que os seus pais dizem que gostam delas através de palavras que expressam esse sentimento (afecto verbal); as crianças não-adotadas mencionam, com mais frequência, que os seus pais não lhes costumam dizer que gostam delas.

5.3.1 *Descrição Sinóptica dos resultados na dimensão Afecto*

- Os pais adoptivos quando comparados com os pais biológicos referem, com mais frequência, demonstrarem o carinho que tem pelos seus filhos através de gestos físicos de ternura (abraços, beijos, festas em. Por outro lado, os pais biológicos referem, mais frequentemente do que os pais adoptivos., que não demonstram o carinho que têm pelos seus filhos
- As crianças adoptadas mais do que as crianças não-adotadas referem, mais vezes, que seus pais demonstram o carinho que têm por elas através de gestos de afecto físico.
- Os pais adoptivos referem mais vezes do que os pais biológicos que elogiam os seus filhos pelo seu bom comportamento. Os pais biológicos elogiam, mais do que os pais adoptivos, os seus filhos nas actividades lúdicas.
- Os Pais Adoptivos e as mães biológicas costumam dizer sempre que gostam dos seus filhos, contudo, os pais biológicos referem com mais frequência que não costumam dizer aos seus filhos que gostam deles.
- As crianças adoptadas referem com maior frequência que os seus pais dizem que gostam delas através de palavras que expressam esses sentimentos (afecto verbal). Por outro lado, as crianças não-adotadas, em comparação com as adoptadas, mencionam com mais frequência que os seus pais não lhes costumam dizer que gostam delas,

5.4 Percepção da Família

De seguida serão apresentados os resultados encontrados na dimensão Percepção da Família e que correspondem às questões 28, 29, 30 e 31 da entrevista. Verificaram-se diferenças significativas em todas as questões em ambos os grupos de pais considerados.

Com efeito, do mesmo modo, como se verificou nas dimensões precedentes, os resultados encontrados na Percepção da Família reflectem igualmente somatórios das percentagens superiores a 100% (excepto na Tabela 31 e 32), facto que se pode explicar pela referência a várias categorias na resposta dada pelos inquiridos.

Tabela 31 – *Frequência de respostas dos pais adoptivos e não-adoptivos à pergunta 28: Como é como pai/mãe?*

Categorias	Pais Adoptivos				Pais Não-Adoptivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR		
Bons Pais	14	87,50%	11	68,75%	10	62,50%	11	68,75%	Não	Não
Pais Ausentes					5	31,25%			Sim	
Pais Exigentes	2	12,50%	3	18,75%	1	6,25%	3	18,75%	Não	Não
Pais Permissivos			2	12,50%			2	12,50%		Não

A partir da Tabela 31 e referente à pergunta 28 (Como é como pai/mãe?) os Pais Adoptivos e os Pais Biológicos referem com mais frequência (PA – 87,5% e MA – 68,75%; PNA – 62,5% e MNA – 68,75%) características que os definem como BONS PAIS. Os pais biológicos referem-se, com frequência (PNA – 31,25%) com características de PAIS AUSENTES, enquanto que o outro grupo de pais considerado não apresenta nenhuma resposta nesta categoria.

Por conseguinte, verificaram-se diferenças significativas entre pais adoptivos e pais biológicos na categoria PAIS AUSENTES - $\chi^2 (1, N= 16) = 5,926, p = 0,015$.

Tabela 32 – *Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 28: Como é o teu pai/mãe para ti?*

Categorias	Crianças Adoptadas				Crianças Não-Adoptadas				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR		
Bons Pais	14	87,50%	15	93,75%	9	56,25%	13	81,25%	Sim	Não
Pais Ausentes	1	6,25%	1	6,25%	1	6,25%			Não	Não
Pais Exigentes	1	6,25%			6	37,50%	3	18,75%	Sim	Não

Confrontadas com a mesma questão (Como é o teu pai/mãe para ti?), as crianças adoptadas e não-adoptadas, tal como os seus pais, deram maior número de respostas (CA-P – 87,5% e CA-M – 93,75%; CNA-P – 56,25% e CNA-M – 81,25%) na categoria BONS PAIS. Todavia, essa percentagem é mais baixa na caracterização que as crianças não-adoptadas fazem dos seus pais.

Assim sendo, verificaram-se diferenças significativas nas categorias BONS PAIS - $\chi^2 (1, N= 16) = 3,865 p = 0,049$ e PAIS EXIGENTES - $\chi^2 (1, N= 16) = 4,571, p = 0,033$, pelos que as crianças adoptadas referem com mais frequência respostas na categoria BONS PAIS, do que as crianças não-adoptadas; as crianças não-adoptadas referem com mais frequência respostas na categoria PAIS EXIGENTES que as crianças adoptadas.

Tabela 33 – Frequência de respostas dos pais adoptivos e não-adoptivos à pergunta 29: Como é o seu filho?

Categorias	Pais Adoptivos				Pais Não-Adoptivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR		
Caract. Comportamentais	12	75,00%	8	50,00%	8	50,00%	8	50,00%	Não	Não
Caract. Cognitivas	3	18,75%	4	25,00%	5	31,25%	4	25,00%	Não	Não
Caract. Afectivas	16	100,00%	14	87,50%	7	43,75%	13	81,25%	Sim	Não
Caract. Personalidade	10	62,50%	9	56,25%	9	56,25%	10	62,50%	Não	Não
Caract. Físicas			3	18,75%			1	6,25%		Não

Observando a Tabela 33 referente à pergunta (Como é o seu filho?), os Pais Adoptivos caracterizam mais frequentemente (PA – 100%; MA – 87,5%) com respostas que remetem para a categoria CARACTERÍSTICAS AFECTIVAS, o mesmo se verificou nas mães não-adoptivas (MNA – 81,25%). Os pais não-adoptivos referem com mais frequência (PNA – 56,25%) CARACTERÍSTICAS DE PERSONALIDADE.

Neste sentido, verificou-se diferenças significativas entre pais adoptivos e pais não-adoptivos quanto à categoria CARACTERÍSTICAS AFECTIVAS - $\chi^2 (1, N= 16) = 12,522, p = 0,0$, pelo que os pais adoptivos descrevem com maior frequência os seus filhos atendendo a características afectivas do que os pais não-adoptivos.

Tabela 34 – Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 29: Como é que tu és como filho?

Categorias	Crianças adoptadas		Crianças não-adoptadas		Diferenças Significativas
	FA	FR	FA	FR	
Caract. Comportamentais	7	43,75%	8	50,00%	Não
Caract. Cognitivas	1	6,25%	1	6,25%	Não
Caract. Afectivas	8	50,00%	6	37,50%	Não
Caract. Personalidade	5	31,25%	11	68,75%	Sim
Caract. Físicas	1	6,25%			Não

Questionadas sobre a forma como se caracterizam como filhos, metade do grupo das crianças adoptadas (CA – 50%) referem CARACTERÍSTICAS AFECTIVAS. Do mesmo modo, se registam frequências importantes na categoria CARACTERÍSTICAS COMPORTAMENTAIS no grupo das crianças adoptadas (CA – 43,75%). Por sua vez, as crianças adoptadas referem com mais frequência (CNA – 68,75%) CARACTERÍSTICAS DE PERSONALIDADE quando se descrevem a si próprias, enquanto filhas. Neste sentido, verificaram-se diferenças significativas entre os dois grupos de crianças na categoria

CARACTERÁTICAS PERSONALIDADE - χ^2 (1, N= 16) = 24,500, $p = 0,034$, sendo que são as crianças não-adoptadas que dão maior número de respostas nesta categoria.

Tabela 35 – Frequência de respostas dos pais adoptivos e não-adoptivos à pergunta 30: O que pensa fazer bem como pai/mãe?

Categorias	Pais Adoptivos				Pais Não-Adoptivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR		
Afecto	11	68,75%	11	68,75%	1	6,25%	7	43,75%	Sim	Não
Rotinas/C.D.	2	12,50%					1	6,25%	Não	Não
Educação	7	43,75%	6	37,50%	7	43,75%	6	37,50%	Não	Não
O melhor de si	1	6,25%	3	18,75%	1	6,25%			Não	Não
Tarefas escol./escola	1	6,25%			2	12,50%			Não	
Tudo	3	18,75%	2	12,50%	2	12,50%	3	18,75%	Não	Não
Presença			1	6,25%	3	18,75%	4	25,00%	Não	Não
Apoio Económico					3	18,75%			Não	

Notas: CD – Cuidados diários, Escol. – Escolares.

Atentado à Tabela 35 que reflecte os resultados encontrados na questão 30 (O que pensa fazer bem como pai/mãe?) os Pais adoptivos referem com mais frequência (PA – 68,75% e MA – 68,75%) o AFECTO. As mães não-adoptivas referem, igualmente, com mais incidência (MNA – 43,75%) o AFECTO, e os pais adoptivos a EDUCAÇÃO (PA – 43,75%), como dimensões positivas da sua parentalidade.

Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre pais adoptivos e pais não-adoptivos na categoria AFECTO - χ^2 (1, N= 16) = 24,500, $p = 0,034$, sendo que os pais adoptivos referem com mais frequência do que os outros a categoria AFECTO.

Tabela 36 – Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 30: O que é que achas que o teu pai faz bem enquanto pai/mãe?

Categorias	Crianças Adoptadas				Crianças Não-Adoptadas				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR		
Afecto	2	12,50%	1	6,25%	2	12,50%	4	25,00%	Não	Não
Recompensa material					1	6,25%	1	6,25%	Não	Não
Brincadeiras	4	25,00%	1	6,25%	13	81,25%	8	50,00%	Sim	Sim
Tarefas dom.	1	6,25%	1	6,25%	1	6,25%	4	25,00%	Não	Não
Tarefas escol./Escola	1	6,25%			1	6,25%	2	12,50%	Não	Não
Tudo	11	68,75%	14	87,50%					Sim	Sim
Apoio Económico					1	6,25%			Não	

Notas: Escol. – Escolares.

Confrontada com a mesma questão (O que é que achas que o teu pai faz bem enquanto pai/mãe) as crianças adoptadas referem com maior frequência (CA-P – 68,75% e CA-M – 87,5%) que os seus pais fazem TUDO bem enquanto pais. Por sua vez, as crianças não-adoptadas referem mais frequentemente (CNA-P – 81,25%, CNA-M – 50%) as BRINCADEIRAS como a coisa que os seus Pais fazem bem enquanto pais.

Por conseguinte, registaram-se diferenças estatisticamente significativas entre crianças adoptadas e crianças não-adoptadas nas categorias BRINCADEIRA - χ^2 (1, N= 16) = 10,165 $p = 0,001$ (Pai) - χ^2 (1, N= 16) = 27,575, $p = 0,006$ (Mãe); e TUDO - χ^2 (1, N= 16) = 16,762, $p = 0,0$ (Pai) - χ^2 (1, N= 16) = 16,762, $p = 0,0$ (Mãe).

Tabela 37 – Frequência de respostas dos pais adoptivos e não-adoptivos à pergunta 31: O que melhoraria como pai/mãe?

Categorias	Pais Adoptivos				Pais Não-Adoptivos				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pais	Mães
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR		
Presença			2	12,50%	5	31,25%	4	25,00%	Sim	Não
Paciência/ compreensão	7	43,75%	1	6,25%	3	18,75%	4	25,00%	Não	Não
Rigidez	2	12,50%	5	31,25%	1	6,25%	3	18,75%	Não	Não
Flexibilidade	4	25,00%	5	31,25%	2	12,50%	8	50,00%	Não	Não
Afectividade	2	12,50%	2	12,50%	1	6,25%			Não	Não
Não sabe	1	6,25%	1	6,25%	2	12,50%	1	6,25%	Não	Não
Nada	2	12,50%	1	6,25%	2	12,50%	1	6,25%	Não	Não

De acordo com a Tabela 37, e referente à pergunta (O que melhoraria como pai/mãe?), os pais adoptivos referem com mais frequência (PA – 43,75%) a PACIÊNCIA/COMPREENSÃO como característica que melhoraria na parentalidade. As mães adoptivas referem com a mesma frequência a RIGIDEZ e a FLEXIBILIDADE (MA – 31,25%). As mães não-adoptivas, por seu lado, mencionam mais frequentemente (MNA – 80%) a FLEXIBILIDADE como elemento a melhorar na relação com os filhos. Os pais não-adoptivos referem com maior frequência (PNA – 31,25%) a PRESENÇA como facto a melhorar no exercício da sua função parental.

Verificaram-se diferenças significativas na categoria PRESENÇA - χ^2 (1, N= 16) = 5,926, $p = 0,015$, pelo que os pais não-adoptivos referem com maior frequência que estariam mais presentes na vida dos seus filhos, em comparação com os pais não-adoptivos que nunca mencionam essa categoria.

Tabela 38 – Frequência de respostas das crianças adoptadas e não-adoptadas à pergunta 31: Em que é que tu achas que o teu pai/mãe podiam melhorar?

Categorias	Crianças Adoptadas				Crianças Não-Adoptadas				Diferenças Significativas	
	Pai		Mãe		Pai		Mãe		Pai	Mãe
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR		
Presença	1	6,25%			3	18,75%			Não	
Paciência/compreensão	6	37,50%	1	6,25%	6	37,5%	6	37,5%	Não	Sim
Flexibilidade	3	18,75%	3	18,75%	5	31,25%	5	31,25%	Não	Não
Mais brincadeiras	1	6,25%	5	31,25%	4	25,00%	1	6,25%	Não	Não
Nada	5	31,25%	7	43,75%	1	6,25%	4	25,00%	Não	Não

Confrontadas com a mesma questão (Em que é que tu achas que o teu pai/mãe podiam melhorar?), as crianças não-adoptadas referem com maior frequência (CNA-P – 37,5%, CNA-M 37,5%) que os seus pais poderiam melhorar na PACIÊNCIA/COMPREENSÃO. As crianças adoptadas referem mais frequentemente

(CA-P 37,5%) que os seus pais poderiam melhorar na PACIÊNCIA/COMPREENSÃO e as suas mães não necessitam de melhorar em NADA (CA-M - 43,75%).

Verificaram-se diferenças significativas entre as crianças adoptadas e as crianças não-adoptadas na categoria PACIÊNCIA/COMPREENSÃO - χ^2 (1, N= 16) = 4,571, $p = 0,033$, sendo que as crianças adoptadas referem com menos frequência que as crianças não-adoptadas, que as suas mães deveriam de melhorar na paciência/compreensão.

5.4.1 *Descrição Sinóptica dos resultados na Percepção da Família*

Na dimensão Percepção da Família encontram-se os seguintes resultados:

- Pais biológicos percebem-se mais como pais ausentes do que os pais adoptivos; As crianças adoptadas percebem mais os seus pais como bons pais que as crianças não-adoptadas, pelo que as crianças não-adoptadas atribuem mais características de pais exigentes aos seus pais que as crianças adoptadas.

- Os pais adoptivos, por comparação com os outros pais descrevem com maior frequência os seus filhos, tendo em conta as características afectivas. As crianças não-adoptadas em comparação com as crianças adoptadas, incidem as suas respostas na personalidade.

- Os pais adoptivos mais do que os pais não-adoptivos, referem, mais frequentemente, o afecto como uma característica positiva na relação que estabelecem com os filhos. Por sua vez, as crianças não-adoptadas referem, mais frequentemente, as brincadeiras como actividade que pensam que os seus pais fazem bem enquanto pais. Já as crianças adoptadas referem, mais frequentemente, que as crianças não-adoptadas, que os seus Pais fazem tudo bem.

- Os pais não-adoptivos mencionam com maior frequência a presença como um factor que melhorariam no exercício da parentalidade. As crianças não-adoptadas referem mais frequentemente do que as crianças adoptadas, que as suas mães poderiam melhorar na paciência/compreensão que têm para com elas.

Nos Anexo H1, H2, H3, H4 podem ser consultados o tratamento estatístico realizado para a análise dos resultados.

VI. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo procurar-se-á sistematizar os resultados encontrados neste trabalho à luz da teoria encontrada de forma a responder de uma forma clara e científica aos objectivos e problemas colocados. Assim, será feito um breve resumo que enquadra esta investigação e, posteriormente, discutiremos os resultados encontrados de acordo com as dimensões analisadas. Por fim, será feita uma reflexão sobre as limitações do próprio estudo e serão sugeridas algumas referências que poderão pautar novas investigações.

Tal como foi referido no capítulo precedente, serão usadas algumas terminologias que facilitam a leitura. Assim, sempre que for usado os termos “Pais Adoptivos” e “Pais Não-adoptivos/Biológicos” (letras maiúsculas) estamo-nos a referir aos pais e mães adoptivas e aos pais e mães não-adoptivos/biológicos. Para nos referirmos aos pais e/ou às mães de forma individual, serão utilizados os mesmos termos mas com letra minúscula. Do mesmo modo, os termos “não-adoptivos” e “biológicos” serão referidos com um significado equivalente.

6.1 Breve enquadramento do estudo

A realização deste estudo teve como objectivo compreender se existem diferenças nas Práticas Educativas Parentais (PEP) dentro dos grupos de famílias estudados – famílias adoptivas e famílias não-adoptivas. A pertinência de estudo encontra-se destacada na grande maioria da literatura referente à adopção que foca a necessidade da realização de estudos que incidam sobre a dinâmica familiar das famílias adoptivas (e.g. Ferreira et al., 2004; Palácio et al., 2005; Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Com base numa metodologia comparativa procurou-se compreender se existiam diferenças entre pais adoptivos e pais não-adoptivos, entre mães adoptivas e mães não-adoptivas e entre crianças adoptadas e crianças não-adoptadas, relativas às PEP de Autonomia Apoiada, Estrutura, Afecto e Percepção da Família.

A literatura apresenta resultados dissonantes quanto a este tema. Se por um lado, alguns estudos encontraram práticas educativas parentais de afecto, comunicação e disciplina indutiva mais positivas em famílias adoptivas que em famílias não-adoptivas (Muñoz et al., 2007), por outro, Rueter e seus colaboradores (2009) referem menores níveis de afecto, de comunicação apoiada, de controlo parental, bem como maiores níveis de conflito entre pais-filhos em famílias adoptivas quando comparadas com as famílias biológicas

Por conseguinte, a presente investigação não colocou nenhuma posição quanto aos resultados esperados, tendo sido formulado o seguinte problema: Será que existem

diferentes Práticas Educativas Parentais em famílias adoptivas e não.adoptivas, no que se refere à Autonomia Apoiada, Estrutura, Afecto e Percepção da Família?

De seguida iremos analisar os resultados encontrados em cada dimensão:

6.2 Autonomia Apoiada

Na dimensão Autonomia Apoiada pretendeu-se avaliar os comportamentos parentais de apoio à criança na integração e exploração do mundo.

Os resultados encontrados indicam que a mães biológicas em comparação com as mães adoptivas, assumem mais tarefas relacionadas com o apoio escolar dos seus filhos, bem como uma maior responsabilidade nas na execução, apoio e monitoria das tarefas alimentares.

Efectivamente, os resultados encontrados nas famílias biológicas podem ser explicados pelos diferentes papéis existentes entre pai e mãe na educação dos seus filhos. De acordo com Cox, Owen, Henderson e Margand (1992, citado por Monteiro, Veríssimo, Vaughn, Santos, & Fernandes, 2008), as mães têm tendência a ter um maior envolvimento na educação dos filhos em comparação com os pais, pelo que a prestação de cuidados e a responsabilidade escolar são tarefas mais associadas às mães do que aos pais. Ao longo de décadas e, ainda recentemente, o papel da mãe é o de educar e cuidar dos seus filhos. Por outro lado, ao contrário das mães que têm mais sensibilidade para estas questões, os pais necessitam de uma maior experiência e adaptação a essas mesmas tarefas. Tal facto, não os torna menos competentes na prestação de cuidados diários aos seus filhos, contudo, estes necessitam de uma maior consciencialização e experiência para, efectivamente, assumirem as suas responsabilidades, e para que, em casal, as tarefas sejam partilhadas (Balanchó, 2004).

Todavia, o padrão encontrado nas famílias adoptivas no plano das percepções, foi de uma maior participação dos pais adoptivos nessas mesmas tarefas: passam pais tempo com os seus filhos que os pais não-adoptivos. Por conseguinte, os resultados demonstram-nos que os pais adoptivos participam, mais activamente, na vida escolar dos seus filhos, indo à escola quando esta solicita, ajudando nos trabalhos de casa e indo buscar os seus filhos, bem como sendo o responsável pela alimentação em casa, em comparação com os pais não-adoptivos. Já Rosnati e seus colaboradores (2008) encontraram um maior envolvimento das duas figuras parentais no acompanhamento e desenvolvimento da criança nos Pais Adoptivos, em contraste de um maior investimento da mãe nas famílias não-adoptivas. Por outro lado, estes resultados podem também ser explicados pela própria

vivência familiar característica das famílias adoptivas. De facto, a concretização do desejo de ser pai e mãe acarreta um processo complexo, moroso e normalmente doloroso que acaba por resultar num maior investimento e participação dos pais adoptivos na educação dos seus filhos em comparação com os pais não-adoptivos (Muñoz, 2007).

A maior participação das mães biológicas em tarefas escolares e de alimentação em comparação com as mães não-adoptivas, não significa que as últimas não assumam este papel na educação dos seus filhos. O que efectivamente parece acontecer é uma partilha destas tarefas entre mãe e pai adoptivos, como se pode observar, por exemplo, nas diferenças encontradas na idas à escola quando os professores pedem, no qual a maioria dos Pais Adoptivos vão em conjunto. Esta maior partilha de tarefas poderá, também, explicar o facto de as mães adoptivas brincarem mais com os seus filhos em actividades familiares. Assim, a divisão das tarefas parentais pode explicar o maior envolvimento das mães adoptivas em actividades de tempo livre quando comparadas com as mães não-adoptivas.

Verificou-se, também, que os pais adoptivos conversam mais em casal sobre aspectos relacionados com a sua família. Este facto pode ser explicado pelas próprias características das famílias adoptivas. Assim, subjacente ao assunto família, pode encontrar-se a própria questão da adopção e o *status* das famílias adoptivas. Esta comunicação aberta entre o casal sobre questões familiares é um importante suporte para enfrentar questões possivelmente mais complexas e ansiogéneas, especificamente relacionadas com a adopção (Palácio et al., 2005).

É igualmente importante de referir que os resultados encontrados nas crianças apontam na mesma direcção dos encontrados nos Pais.

Em suma, na comparação estabelecida entre famílias adoptivas e não-adoptivas, verificou uma maior participação dos pais adoptivos nas Práticas Educativas Parentais de Autonomia Apoiada, pelo que os pais adoptivos dão maior suporte à criança na integração e exploração social, do que os pais não-adoptivos. Verifica-se uma maior divisão das tarefas de apoio na autonomia dos filhos nas famílias adoptivas, em contraste com uma maior responsabilidade das mães nas famílias biológicas nessa mesma tarefa.

6.3 Estrutura

Na dimensão Estrutura pretendeu-se avaliar o modo como os pais estruturam os comportamentos das crianças, direccionadas para as práticas disciplinares dos mesmos.

Os resultados indicam que os pais biológicos supervisionam, com menos frequência, o cumprimento de regras por parte das crianças e tendem a utilizar mais

castigos que os pais adotivos quando os seus filhos se recusam a fazer alguma coisa que lhe foi solicitado. Por sua vez, os pais adotivos elogiam mais os seus filhos no bom comportamento que os pais não-adotivos.

Por outro lado, as mães biológicas tendem a castigar mais vezes os seus filhos em situações de má educação e utilizam mais a punição verbal quando as suas crianças se recusam a fazer algo que lhes é pedido. Já as mães adotivas referem com maior frequência nunca terem utilizado a punição física com os filhos e mencionam mais vezes que as crianças choram quando lhes é proibido fazer algo, enquanto que as mães biológicas referem mais vezes que as suas crianças ficam irritadas na mesma situação.

As diferenças encontradas apontam para um maior uso de práticas disciplinares do tipo indutivo por parte dos Pais Adotivos. Estas, caracterizam-se pelo acompanhamento, supervisão, reforço e punição e reforços adequados aos comportamentos da criança, utilizando, com menor frequência, a punição física, e promovendo a reflexão por parte da criança do seu próprio comportamento. Este tipo de prática está associado ao estilo parental democrático de regulação do comportamento da criança (Cecconello, Antoni, & Koller, 2003; Michacio et al., 2002). Assim, estes resultados corroboram os encontrados no estudo de Muñoz e seus colaboradores (2007) que verificaram uma maior utilização por parte dos Pais Adotivos de comportamentos indutivos na regulação do comportamento da criança. Do mesmo modo, Fuentes, González, Linero, Bajara, Morena, Goicoechea e Fernández (2001) no estudo realizado com famílias adotivas, verificaram um maior recurso a práticas do tipo democrático por parte dos Pais Adotivos quanto às práticas disciplinares e regulação do comportamento da criança (citado por Muñoz, 2007).

Paralelamente, registaram-se nas crianças resultados semelhantes que vão de encontro às conclusões precedentemente explicitadas. Assim, as crianças adoptadas referem que os seus pais dão mais regras relacionadas com o seu comportamento, utilizam mais a punição verbal quando estas se portam mal, e que as castigam mais com a proibição da brincadeira, do que as crianças não-adoptadas. Além disso, as crianças adoptadas referem mais frequentemente que os seus pais lhes explicam a razão pela qual elas são castigadas. Por outro lado, as crianças não-adoptadas referem com mais frequência que os seus pais não lhes dão castigos.

Verifica-se que a percepção das crianças quanto às práticas disciplinares dos seus pais aponta para uma maior participação dos pais adotivos na regulação do comportamento das crianças em relação aos pais não-adotivos. Deste modo, apesar de haver por parte das crianças adoptadas mais referências ao uso de medidas disciplinares praticadas pelos seus pais, existem também referências consistentes quanto à explicação

das decisões tomadas, o que vai de encontro ao uso de práticas disciplinares indutivas já, anteriormente, referidas. Assim, estes resultados vão também de encontro aos verificados por Muñoz et al. (2007), no qual se constatou que os adolescentes adoptados percebem as práticas disciplinares dos seus pais com um carácter indutivo. O uso de práticas indutivas por parte dos Pais Adoptivos não significa, porém, que as crianças não percebam certas medidas tomadas como rígidas ou injustas (Palácios et al., 2005).

Por último, torna-se igualmente importante referir que a utilização de mais práticas de carácter indutivo por parte dos Pais Adoptivos, não implica que as práticas disciplinares dos Pais biológicos sejam menos positivas. O que efectivamente se verifica, e que vai de encontro ao analisado na dimensão Autonomia Apoiada, é que os pais adoptivos têm uma maior participação que os pais biológicos na regulação do comportamento da criança, tendo práticas de carácter indutivo. Tal facto, pode também explicar a maior referência das mães biológicas à utilização do castigo, em comparação com as mães adoptivas.

Em suma, na comparação feita entre as percepções relativas às PEP de Estrutura verificou-se que os pais adoptivos utilizam mais práticas disciplinares de tipo indutivo que os pais biológicos, na estruturação que fazem do comportamento da criança.

6.4 Afecto

Na dimensão Afecto pretendeu-se avaliar o modo como os pais expressam o seu afecto, amor e carinho pelos seus filhos.

Os resultados incidem, mais uma vez, sobre as diferentes práticas educativas parentais dos pais adoptivos e dos pais biológicos. Essas mesmas diferenças são verificadas nas crianças em relação aos pais, sendo que nenhuma diferença significativa foi encontrada nas mães. Neste sentido, tanto da perspectiva dos pais como das crianças, os pais adoptivos demonstram mais o carinho que tem pelos seus filhos por meio de gestos de ternura física (Afecto Físico), elogiam mais e dizem mais vezes aos seus filhos que gostam deles.

De facto, a literatura evidencia o carácter mais distante e insensível dos pais na relação com os seus filhos (Belsky, 1984; Melsky 1985, citado por Balancho, 2004). Os pais tendem a demonstrar de uma maneira mais contida o seu amor, sendo muitas vezes considerados como pouco afectuosos com as suas crianças.

Na comparação feita entre pais, verificou-se que os pais adoptivos demonstram mais o afecto pelos seus filhos que os pais não-adoptivos. Assim, tal como Muñoz e seus colaboradores (2007), verificámos que os pais adoptivos são mais afectuosos para com os

seus filhos, do que os pais não-adoptivos. De facto, a importância e motivação de ser pai podem também explicar os resultados aqui encontrados.

Em suma, os pais adoptivos expressam mais afecto para com os seus filhos que os pais não-adoptivos. A mesma percepção foi verificada nas crianças.

6.5 Percepção da Família.

Na dimensão Percepção da Família pretendeu-se avaliar o modo cada membro da família se percebe no desempenho das suas funções parentais, por um lado, e, por outro, se as percepções dos filhos vão ou não no mesmo sentido, corroborando ou não as percepções dos pais.

Os resultados apresentam diferenças significativas em todas as questões analisadas centrando-se, mais uma vez, sobre as diferenças entre pais adoptivos e pais não-adoptivos, e entre crianças adoptadas e não-adoptadas quanto às Práticas Educativas Parentais.

Efectivamente, os pais não-adoptivos percebem-se como mais ausentes, pelo que quando inquiridos sobre o que podiam alterar para se sentirem melhores pais, as respostas foram no sentido de amentar a sua presença junto dos filhos. Por sua vez, os pais adoptivos caracterizam mais os seus filhos atendendo a características afectivas, considerando também que o que fazem melhor enquanto pais é no plano dos afectos com que os tratam. Neste contexto, do mesmo modo como verificamos um maior envolvimento emocional e afectivo dos pais adoptivos com os seus filhos, podemos explicar também o foco da dimensão afectiva na forma como descrevem os seus filhos e sobre aquilo que pensam fazer bem enquanto pais. O sentimento de competência parental que diferencia os pais adoptivos dos pais não-adoptivos centra-se fundamentalmente na presença mais constante e afectiva na educação dos seus filhos, o que vai de encontro do verificado nas dimensões precedentes. Se por um lado, podemos referir novamente o desejo de ser pai como forma de explicar este investimento na vida dos filhos, é importante referir também que os pais adoptivos passam por um processo complexo de avaliação das suas competências, o que reúne mais garantias ao nível do seu desempenho parental futuro e pode explicar a forma positiva como se percebem (Muñoz et al., 2007;).

Paralelamente, os resultados verificados nas crianças, indicam que as não-adoptadas tendem a caracterizar os seus pais como mais exigentes, referindo que o que estes fazem de melhor enquanto pais são as brincadeiras, e que as suas mães poderiam melhorar na paciência e na compreensão que tem para com elas. Por sua vez, as crianças adoptadas caracterizam com mais frequência os seus pais como bons pais, referindo igualmente que os seus Pais fazem tudo enquanto Pais.

De acordo com a Carranza e Kilmann (2000) a percepção positiva das crianças em relação aos seus pais está associada a um bom envolvimento afectivo na relação pai-criança, bem como a bons níveis de interacção familiar. Neste sentido, os resultados encontrados nesta investigação vão de encontro ao verificado pelos autores, no que se refere à Percepção das Famílias adoptivas.

A percepção das crianças adoptadas em relação à sua família assenta em padrões mais positivos que os identificados nas crianças não-adoptadas. Este resultado pode ser explicado pelo maior investimento na educação dos pais adoptivos em comparação com os pais não-adoptivos. De facto, ao longo da análise foi evidente o maior investimento paterno na educação dos filhos e daí se justificar a diferença encontrada na percepção das crianças em relação à forma como percebem a sua família.

6.6 Discussão global dos resultados

A comparação estabelecida entre famílias adoptivas e famílias não-adoptivas permitiu-nos afirmar que existem mais Práticas Educativas Parentais de Autonomia Apoiada, Estrutura, Afecto e uma melhor Percepção da Família nas famílias adoptivas do que nas famílias não-adoptivas, nos sujeitos que participaram neste estudo. Estes resultados são ainda mais verosímeis quando comparadas as PEP entre os pais adoptivos e não-adoptivos e à percepção que as crianças têm relativamente a essas mesmas práticas. Inclusive nas categorias onde não se verificaram diferenças estaticamente significativas, as percentagens observadas reflectem este mesmo padrão.

Com efeito, pode-se igualmente afirmar que existe uma maior divisão de tarefas das PEP nas famílias adoptivas, dado que pai e mãe adoptivos partilham mutuamente as tarefas relativas à educação do seu filho. De facto, o estudo de Levy-Shiff, Bar, e Har-Even (1990, citado por Brodzinsky et al., 1995) que comparou a transição para a parentalidade em famílias adoptivas e não-adoptivas, refere que os casais adoptantes dividem mais as responsabilidades familiares que remetem para deveres domésticos ou cuidados com crianças. Pelo contrário, o papel das mães nas famílias não-adoptivas insere-se numa perspectiva mais tradicional dos comportamentos sociais e de género, no qual a mãe é a principal responsável pelos deveres domésticos e pela educação da criança a um nível geral (Balancho, 2004).

A participação dos pais adoptivos na educação dos seus filhos pode também ser explicada pelas próprias características inerentes a este tipo de família, como foi explicitado em cada dimensão em particular. Para além disso, as expectativas positivas

quanto à entrada na criança na família, factor que se encontra associado à infertilidade bem patente nos participantes deste estudo, pode também explicar os resultados encontrados.

Por outro lado, é pertinente realçar o facto de na nossa amostra as crianças adoptadas já estarem com os seus pais adoptivos há pelo menos 4 anos e terem sido adoptados em idades precoce, características estas que podem também concorrer para a obtenção dos resultados positivos encontrados e que demonstram uma boa integração familiar e uma boa adaptação psicológica da criança (Palácio et al., 2005).

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Práticas Educativas Parentais (PEP) inserem-se no estudo psicológico da educação parental, destinando-se a compreender os comportamentos e as acções contínuas dos Pais que melhor favorecem e promovem condições para que a criança construa e internalize valores e competências sociais que lhe assegurem a sua estabilidade e segurança no decorrer do seu desenvolvimento.

O presente estudo teve como objectivo verificar se existem diferenças entre as Práticas Educativas Parentais em famílias adoptivas e não-adoptivas nas dimensões analisadas – Autonomia Apoiada, Estrutura, Afecto e Percepção da Família. A análise permitiu-nos concluir que, nos participantes estudados nesta investigação, verificam-se diferenças importantes ao nível das PEP dos pais adoptivos e pais não-adoptivos e, também, relativamente à percepção que as crianças têm sobre essas mesmas práticas. Assim, os pais adoptivos têm mais PEP de Autonomia Apoiada, Estrutura, Afecto e uma melhor percepção da suas práticas que os pais não-adoptivos. A mesma percepção acontece nas crianças adoptadas e não-adoptadas relativamente a estas mesmas práticas.

Embora um estudo de natureza académica tenha, habitualmente, limitações decorrentes de vários factores, entre os quais o tamanho e o facto de se tratar de uma amostra de conveniência, acreditamos que existem especificidades na paternidade adoptiva. Na adopção, a criança chega à família de forma diferente da habitual, com uma história preadoptiva e duas parselhas parentais. Quando a parentalidade adoptiva é estabelecida a partir da impossibilidade de gerar um filho biológico, existem lutos e percas que necessitam ser elaborados. Os factores conscientes (a esterilidade, as cobranças da sociedade, a história preadoptiva da criança, a natureza e características dos pais biológicos, o prejuízo) e factores inconscientes (medos, desejos, fantasias, as necessidades de cada um dos cônjuges têm que ser consideradas e trabalhadas. É indispensável que os candidatos a pais compreendam a própria dinâmica psicológica para que tenham condições de estabelecer os parâmetros para a construção de uma relação saudável com os futuros filhos (Moeller, et al., 2006).

Com efeito, foi, para nós, importante reflectir sobre três aspectos essenciais evidenciados pela presente investigação. Em primeiro lugar, o facto das PEP dos pais não-adoptivos evidenciarem ainda um padrão tradicional de envolvimento parental, com um papel pouco presente dos pais na educação dos filhos. Este tipo de estrutura familiar leva a que as mães ainda assumam o papel central na educação, havendo pouca partilha das tarefas educativas entre os elementos do casal. Em segundo lugar, importa realçar o facto de esse mesmo padrão não acontecer nos pais adoptivos, que, provavelmente, dominados

pelo intenso desejo de serem pais têm um papel mais presente na educação dos seus filhos. Nas famílias adoptivas parece existir uma maior partilha das tarefas relativas à parentalidade, em contraste com o padrão mais tradicional das famílias não-adoptivas.

Por último, o facto de as crianças terem sido adoptadas em idades precoces e estarem com as famílias adoptivas há pelo menos 4 anos, parece ser benefício para a adaptação da criança aos pais, e *vice-versa*, permitindo a utilização de estratégias educativas mais eficazes na relação pais-filhos. Não obstante, a maioria destas crianças ainda não sabe que foram adoptadas. Neste sentido, se por um lado estas boas práticas podem facilitar esta revelação, a literatura evidencia também que durante o ciclo de vida das famílias adoptivas, a questão da verdade sobre a adopção quando não bem trabalhada pelos pais, pode causar distúrbios ao nível familiar, pelo que a intervenção com os pais a este nível é essencial (Palácios et al., 2005).

Este estudo tem evidentes limitações, nomeadamente a escassa literatura existente sobre as práticas educativas parentais dos pais adoptivos, e principalmente, estudos que retratem a realidade portuguesa nesta matéria. Do mesmo modo, a dificuldade em realizar estudos que envolvam famílias desta natureza e a inacessibilidade que persiste para aceder a este tipo de população, o que dificulta a realização de mais estudos neste âmbito.

Por outro lado, verificou-se nas crianças um cansaço acrescido que surgiu devido à dimensão da entrevista, já que tinham de responder às mesmas perguntas para o pai e mãe. Assim, apesar de este facto ter sido controlado pelo experimentador, fazendo pequenas pausas entre as questões quando necessário, este é um aspecto a ter em consideração em investigações futuras da mesma natureza.

Para finalizar, em futuros trabalhos, torna-se importante incidir com mais regularidade no estudo das práticas parentais dos pais adoptivos em diversas fases do seu ciclo familiar e ao longo das etapas de desenvolvimento da criança. Neste sentido, considera-se importante a realização de estudos de carácter longitudinal que analisem estas famílias ao longo do seu ciclo de vida. Do mesmo modo, sugere-se a realização de estudos com maior potencialidade de generalização dos resultados encontrados, de modo a caracterizar o tipo de práticas parentais das famílias adoptivas.

Por outro lado, investir também noutras áreas de trabalhos relacionadas com a adopção, como por exemplo a percepção dos técnicos que trabalham com as famílias adoptivas será também uma importante vertente a desenvolver nesta área. Os estudos a realizar devem assinalar as principais diferenças na identidade dos pais adoptivos, de forma a salientarem elementos importantes para o trabalho preventivo (Moeller, et al., 2006).

Importa, também, salientar que as famílias biológicas manifestaram algumas características que nos orientam para a necessidade da sociedade equacionar projectos e estratégias de educação parental que se constituam em baluartes das fragilidades individuais em matéria educativa (Machado, 2010).

VIII. REFERÊNCIAS

- Almeida, L. S., & Freire, F. (2007). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Arcidiacono, F. & Pontecorvo, C. (2009). Cultural practices in Italian family conversations: Verbal conflict between parents and preadolescents. *European Journal of Psychology Education, 24*(1), 97-117.
- Ateah, C. A. (2003). Disciplinary practices with children: Parental sources of information, attitudes, and educational needs. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing, 26*, 89-101.
- Balancho, L. S. F. (2004) Ser pai: Transformações inter-geracionais na parentalidade. *Análise Psicológica, 22*(2), 377-286.
- Baldwin, A. L. (1949). The effect of home environment on nursery school behavior. *Child Development, 20*, 49-61.
- Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Baumrind, D. (1991). The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. *Journal of Early Adolescence, 11*, 56-95.
- Bolsoni-Silva, A. T., & Marturano, E. M. (2002). Práticas educativas e problemas de comportamento: Uma análise à luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia, 7*(2), 227-235.
- Brodzinsky, D. M., Lang, R., & Smith, D. W. (1995). Parenting adopted children. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting - Status and social condition of parenting* (Vol.3) (pp. 209-232). Mahwah: Lawrence Erlbaum.
- Brodzinsky, D., M. (2006). Family structural openness and communication openness as predictors in the adjustment of adopted children. *Adoption Quarterly, 9*(4), 1-18.
- Carranza, L. V., & Kilmann, P R. (2000). Links between perceived parent characteristics and attachment variables for women from intact families. *Adolescence, 35*, 295-312.
- Carranza, L. V., Kilmann, P. R., & Vendemia, J. M. (2009). Links between parent characteristics and attachment variables for college students of parental divorce. *Adolescence, 44*, 253-259.
- Cecconello, A.M., Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo, 8*, 45-54.
- Chamberlain, P., & Patterson, G. R. (1995). Discipline and child compliance in parenting. In M. H. Bornstein (Ed.). *Handbook of Parenting: Applied and practical parenting*, (vol.1) (pp. 65-89). Mahwah: Lawrence Erlbaum.
- Chang, L., Dodge, K. A., Schwartz, D., & McBride-Chang, C. (2003). Harsh parenting in relation to child emotion regulation and aggression. *Journal of Family Psychology, 17*, 598-606.
- Chitas, V. C. (1998). Práticas educativas parentais e comportamento social da criança. Dissertação de mestrado em psicologia educacional, não publicada, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Cia, F., Pamplin, R., & Prette, Z. (2006). Comunicação e participação pais-filhos: Correlação com habilidades sociais e problemas de comportamento dos filhos. *Paidéia, 16*(35), 395-406.
- Collins, W. A., Harris, M. L., & Susman, A. (1995). Parenting during middle childhood. In M. H. Bornstein (Ed.). *Handbook of Parenting: Children and parenting*, (Vol.1), (pp. 65-89). Mahwah: Lawrence Erlbaum.
- Collins, W. A., Maccoby, E. E., Steinberg, L., Hetherington, E. M., & Bornstein, M. H. (2000). Contemporary research on parenting. *American Psychologist, 55*, 218-232.

- Conger, R. D., Lorenz, F. O., & Wickrama, K. A. S. (2004). Changing families in changing times. In R. D. Conger, F. O. Lorenz, & K. A. S. Wickrama (Eds.), *Continuity and change in family relations: Theory, methods, and empirical findings*, (pp. 3-13). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.
- Conti, F. (2009). *Qui Quadrado*. Consultado em 21 de Junho de 2010 através de <http://www.ufpa.br/dicas/biome/biopdf/bioqui.pdf>.
- Cummings, E. M., Davies, P. T., & Campbell, S. B. (2000). *Developmental psychopathology and family process: Theory, research, and clinical implications*. New York: Guilford Press.
- Davidov, M., & Grusec, J. E. (2006). Untangling the links of parental responsiveness to distress and warmth to child outcomes. *Child Development*, *77*, 44-58.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2005). *The sage handbook of qualitative research*. UK: Thousand Oaks
- Durrant, J. E. (1994). The abolition of corporal punishment in Canada: Parents' versus children's rights. *International Journal of Children's Rights*, *2*, 129-136.
- Eisenberg, N., & Murphy, B. (1995). Parenting and children's moral development. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting – Applied and practical parenting* (vol. 4) (pp. 227-257). Mahwah: Lawrence Erlbaum.
- Ferreira, S. A., Pires, A., & Salvaterra, F. (2004). Filho do coração... Adopção e comportamento parental. *Análise Psicológica*, *22*, 399-411.
- Froman, R. D., & Owen, S. V. (1990). Mothers' and nurses' perceptions of infant care skills. *Research in Nursing and Health*, *13*, 247-253.
- García, J. A., & Sánchez, J. (2005). Práticas educativas familiares y autoestima. *Psicothema*, *17*(1), 76-82.
- Gilmore, L., & Cuskelly, M. (2008). Factor structure of the parenting sense of competence scale using a normative sample. *Child: Care, health and development*, *35*(1), 48-55.
- Grusec, J., & Davidov, M. (2008). Socialization in the Family. In J. E. Grusec & P. D. Hasting (Eds.), *Handbook of Socialization: Theory and research* (pp. 284-308). New York: Guilford Press.
- Halpern, L. F., & Mclean, W. E. (1997). Hey mom, look at me. *Infant Behavior and Development*, *20*(4), 515-529.
- Hann, A. D., Prinzie, P., & Dekovic, M. (2009). Mothers' and fathers' personality and parenting: The mediating role of sense of competence. *Developmental Psychology*, *45*(6), 1695-1707.
- Hill, N. E., Castellino, D. R., Lansford, J. E., Nowlin, P., Dodge, K. A., Bates, J. E., & Pettit, G. S. (2004). Parent academic involvement as related to school behavior, achievement and aspirations: demographic variations across adolescence. *Child Development*, *75*(5), 1491-1509.
- Hoffman, M. (1994). Discipline and internalization. *Developmental Psychology*, *30*, 26-28.
- Hower, D. (1997). Parent-reported problem in 211 adopted children: Some risk and protective factors. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *38*, 401-411.
- Keijsers, L., Branje, S. J. T., Frijns, T., & Frinkenauer, C. (2010). Gender differences in keeping secrets from parents in adolescence. *Developmental Psychology*, *46*(1), 293-298.
- Kim, I. J., Ge, X., Brody, G. H., Conger, R. D., Gibbons, F. X., & Simons, R. L. (2003). Parenting behaviors and the occurrence and co-occurrence of depressive symptoms and conducts problems among African American children. *Journal of Family Psychology*, *17*, 571-583.
- Kotchick, B. A., & Forehand, R. (2002). Putting parenting in perspective: A discussion of the contextual factors that shape parenting practices. *Journal of Child and Family Studies*, *11*, 255-269.

- Laible, D., & Thompson, R. A. (2008). Early Socialization: A relationship perspective. In J. E. Grusec & P. D. Hosting (Eds.), *Handbook of Socialization: Theory and research*, (pp. 181-207). New York: Guilford Press.
- Lanz, M., Iafrate, R., Rosnati, R., & Scabini, E. (1999). Parent-child communication and adolescents' self-esteem in separated inter-country adoptive and intact-nonadoptive families. *Journal of Adolescence*, 22, 785-794.
- Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In P.H. Mussen (Ed.), *Handbook of child psychology* (Vol.4) (pp. 1 – 101). New York: Wiley.
- Machado, M. (2010). *Pais e mães na construção da parentalidade*. Comunicação apresentada no Seminário Preparar o Nascimento organizado pelo Gabinete de Psicologia PSICOSET, Setúbal.
- Marujo, H. A. (1997). As Práticas Parentais e o desenvolvimento socio-emocional: Propostas para uma otimização de recursos e de resultados. In H. Marchand, & H. R. Pinto (Eds.), *Família: Contributos da psicologia e das ciências da educação* (pp. 129-141). Lisboa: Educa.
- McElwain, N. L., Harberstadt, A. G., & Volling, B. L. (2007). Mother-reported and father-reported reaction to children's negative emotions: relations to young children's emotional understanding and friendship quality. *Child Development*, 78, 1407-1425.
- McKee, L., Roland, E., Coffelt, N., Olson, A. L., Forehand, R., Massari, C., Jones, D., Gaffney, C. A., & Zens, M. S. (2007). Harsh discipline and child problem behaviors: The role of positive and gender. *Journal of Family Violence*, 22, 187-196.
- Michalcio, S. P., & Solomon, C. R. (2002). The relationship between older and newer parenting categories and child behavior. *American Journal of Orthopsychiatry*, 72(3), 401-414.
- Mondi, E. M. (2008). Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. *Psicologia e Argumentação*, 26(54), 233-244.
- Montandon, C. (2005). As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. *Educação e Sociedade*, 26(91), 485-507.
- Monteiro, L., Veríssimo, M., Vaughn, B. E., Santos, A. J., & Fernandes, M. (2008). Análise dos fenómenos de base segura em contexto familiar: as relações criança/mãe e criança/pai. *Psicologia*, 22(1), 105-125.
- Mulvaney, M. K., & Mebert, C. J. (2007). Parental corporal punishment predicts behavior problems in early childhood. *Journal of Family Psychology*, 21(3), 389-397.
- Muñoz, I. M., Rebollo, M. J., Fernández-Molina, M., & Morán, R. B. (2007). Percepción de las estrategias de socialización parentales en familias adoptivas y no adoptivas. *Psicothema*, 19(4), 597-602.
- Murphy-Cowan, T., & Stringer, M. (1999). Physical punishment and the parenting cycle: A survey of Northern Irish parents. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 9, 61-71.
- Palácios, J., & Brodzinsky, D. M. (2005). Recent changes and future directions for adoption research. In D. M. Brodzinsky, & J. Palácios (Eds.) *Psychological issues in adoption: research and practice*. (pp. 257-269). USA: Preager Publishers.
- Palácios, J., & Sánchez-Sandoval, Y. (2005). Beyond adopted/nonadopted comparison. In D. M. Brodzinsky, & J. Palácios (Eds.), *Psychological issues in adoption: Research and practice* (pp. 117-144). USA: Preager Publishers.
- Patterson, C. J., & Hastings, P. D. (2008). Socialization in the context of family diversity. In J. E. Grusec, & P. D. Hosting (Eds.), *Handbook of Socialization: Theory and research*, (pp. 329-351). New York: Guilford Press.

- Prinzle, P., Onghena, P., & Hellincks, W. (2007). Reexamining the parenting scale: Reliability, factor structure, and concurrent validity of a scale for assessing the discipline practices of mother and fathers of elementary-school-aged-children. *European Journal of Psychological Assessment, 23*(1), 24-31.
- Quintas, R. (2007). *Relações entre pais e filhos: A educação em questão*. Dissertação de Mestrado em psicologia educacional, não publicada, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Reece, S. M. (1993). Social support and the early maternal experience of primiparas over 55. *Maternal Child Nursing Journal, 21*(3), 91-98.
- Reece, S. M., & Harkless G. (1998). Self-efficacy, stress, and parental adaptation: Applications to the care of childbearing families. *Journal of Family Nursing, 4*(2), 198-215.
- Rosnati, R., Montiroso, R., & Barni, D. (2008). Behavioral and emotional problems among Italian international adoptees and non-adopted children: Father's and mother's reports. *Journal of Family Psychology, 22*(3), 541-549.
- Rueter, M. A., & Koerner, A. F. (2008). The effect of family communication patterns on adopted adolescent adjustment. *Journal of Marriage and Family, 70*, 715-727.
- Rueter, M. A., Keyes, M. A., Iacono, W. G., & McGue, M. (2009). Family interactions in adoptive compared to nonadoptive families. *Journal of Family Psychology, 23*(1), 58-66.
- Salvador, A. P. V., & Weber, L. N. D. (2005). Práticas educativas parentais: Um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. *Interação em Psicologia, 9*, 341-353.
- Salvaterra, F., & Veríssimo, M. (2008). A adoção: O direito e os afectos. Caracterização das famílias do Distrito de Lisboa. *Análise Psicológica, 26*, 501-517.
- Schettini, S. S., Amazonas, M. C., & Dias, C. M. (2006). Famílias adoptivas: Identidade e diferença. *Psicologia em Estudo, 11*(2), 285-293.
- Shanahan, L., McHale, S. M., Crouter, A. C., & Osgood, D. W. (2007). Warmth with mothers and fathers from middle childhood to late adolescence: within- and between-families comparisons. *Developmental Psychology, 43*(3), 551-563.
- Sidman (2001). *Coerção e suas implicações*. Campinas: Editora Livro Pleno.
- Simões, A. (2007). Bater não educa? – A problemática pedagógica dos castigos físicos infligidos pelos pais. *Psicologia, Educação e Cultura, 11*(1), 7-38.
- Simons, R. L., Johnson, C., & Conger, R. D. (1994). Harsh corporal punishment versus quality involvement as an explanation of adolescent maladjustment. *Journal of Marriage and Family, 56*, 591-607.
- Skinner, E., Johnson, S., & Snyder, T. (2005). Six dimensions of parenting: A motivational model. *Parenting: Science and Practice, 5*(2), 175-25.
- Straus, M. A., & Field, C. J. (2003). Psychological aggression by American parents: National data on prevalence, chronicity and severity. *Journal of Marriage and Family, 65*, 795-808.
- Swick, K. (2007). Empower foster parents toward caring relations with their children. *Early Childhood Educational Journal, 33*(4), 279-287.
- Swick, K. (2008). Empowering the parent-child relationship in homeless and other high-risk parents and families. *Early Childhood Educational Journal, 36*, 149-153.
- Szymanski, H. (2004). Práticas educativas familiares: A família como foco de atenção psico-educacional. *Estudos de Psicologia, 21*(2), 5-16.
- Teixeira, M., Oliveira, A., & Wottrich, S. (2006). Escalas de Práticas Parentais (EPP): Avaliando dimensões de práticas parentais em relação a adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 19* (3), 1-11.

- Towe-Goodman, N. R., & Teti, D. M., (2008). Power assertive discipline, maternal emotional involvement and child adjustment. *Journal of Family Psychology, 22*(3), 648-651.
- Uzgiris, I. C., & Raeff, C. (2002). Play in parent-child interaction. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting: Applied and parenting practice* (Vol.4) (pp. 65-89). Mahwah: Lawrence Elbaum.
- Vittrup, B., Holden, G., & Buck, J. (2006). Attitudes predict the use of physical punishment: A prospective study of the emergence of disciplinary practices. *Pediatrics, 117*, 2055-2064.
- Wong, M. S., McElwain N. L., & Halberstadt, A., G. (2009). Parent, family, and child characteristics: Associations with mother- and father- reported emotion socialization practices. *Journal of Family Psychology, 23*(4), 452-463.
- Wright, J. P., & Cullen, F. T. (2001). Parental efficacy and delinquent behavior: Do control and support matter. *Criminology, 39*(3), 677-705.